

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULO GILBERTO MOSSMANN SOBRINHO

**OS *DEUTSCH-BRASILIANER* EM OPOSIÇÃO AO PRR: UM ESTUDO DE CASO A
RESPEITO DOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM GERMÂNICA QUE DERROTARAM O
PRR NAS ELEIÇÕES DE 1891**

Porto Alegre

2014

PAULO GILBERTO MOSSMANN SOBRINHO

**OS *DEUTSCH-BRASILIANER* EM OPOSIÇÃO AO PRR: UM ESTUDO DE CASO A
RESPEITO DOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM GERMÂNICA QUE DERROTARAM O
PRR NAS ELEIÇÕES DE 1891**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.

Porto Alegre

2014

Catlogação na Publicação

M913d Mossmann Sobrinho, Paulo Gilberto
Os *deutsch-brasilianer* em oposição ao PRR: um estudo de caso a respeito dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891 / Paulo Gilberto Mossmann Sobrinho. -- Porto Alegre, 2014.
155 f.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Política. 3. Eleição de 1891. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

PAULO GILBERTO MOSSMANN SOBRINHO

**OS *DEUTSCH-BRASILIANER* EM OPOSIÇÃO AO PRR: UM ESTUDO DE CASO A
RESPEITO DOS MUNICÍPIOS DE ORIGEM GERMÂNICA QUE DERROTARAM O
PRR NAS ELEIÇÕES DE 1891**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada pela Banca Examinadora em ____/____/2015.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz – PUCRS

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr – FACCAT e ISEI

Prof^a. Dra. Roswithia Weber – FEEVALE

Dedico este trabalho à Simone por todo o amor, companheirismo, felicidade e paz de espírito que ela me trouxe. Sua existência em minha vida foi essencial para a construção desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor René Ernaini Gertz, por ter aceito o desafio de me orientar neste Trabalho de Conclusão e ter contribuído muito para a elaboração do mesmo, estando sua contribuição baseada em sugestões apresentadas através de conversas e incontáveis e-mails e, acima de tudo, confiança, que se estreitaram durante o processo de construção deste trabalho.

Aos professores da Cassio Alan Abreu Albernaz, Claudia Musa Fay, Luciano Aronne de Abreu, Marçal de Menezes Paredes e René Ernaini Gertz, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que muito contribuíram em suas disciplinas para a minha formação não só pelo aspecto do conhecimento, como também pelo aspecto humano;

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), através do Programa de Pós-Graduação em História, e seus colaboradores, pelo apoio que recebi durante a realização deste trabalho;

Aos professores do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), que muito contribuíram no início de minha vida acadêmica;

Agradeço ao programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado esta pesquisa, o que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, Eunice e Felipe, de modo mais que especial, que me passaram os principais dos ensinamentos que um ser humano deve possuir: respeito, sinceridade e dignidade;

Aos meus avós, Almira e Montoar (*in memoriam*) e Irminda e Moacir (*in memoriam*) pelo carinho recebido.

A Cazuza por me fazer compreender, através de sua música, que a “vida me endoida”, mas também que “a vida é bela”;

A Adriano Gabiru pelo gol marcado contra o Barcelona e que eternizou o Sport Clube Internacional entre os grandes clubes que foram Campeões Mundiais pela FIFA;

A todos que, de alguma maneira, me ajudaram na elaboração desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como temática principal a apreciação dos teutos na constituição política do Rio Grande do Sul durante o período de transição política entre a Monarquia e a República. Delimita-se como período para análise dos fatos a década de oitenta do século XIX (período durante o qual pode-se perceber a presença dos teutos na política brasileira), tendo-se como o ponto nevrálgico o ano de 1891, ano da eleição constitucional no Rio Grande do Sul. O resultado nas urnas demonstrou o caráter oposicionista de políticos das áreas de imigração alemã. Não serão retratados, nesta pesquisa, os momentos de grande significância da Revolução Federalista (1893-95), por se considerar que tão expressivo acontecimento merece um trabalho focado especialmente nesse fato histórico. Buscar-se-á responder como o papel dos *Deutsch-Brasilianer* representou não só um viés de mero expectador ou coadjuvante, mas um papel de ator decisivo para a formação de conjunturas políticas de grandes embates políticos, em que chegou, inclusive, a ponto de desafiar o projeto hegemônico partidário estabelecido pelo Partido Republicano Riograndense – PRR, de Júlio de Castilhos. Será respondida, através de um estudo de caso, a seguinte questão: como três municípios recém emancipados (São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo), fora de regiões de grandes estâncias (que era a base solidificada da oposição ao PRR, encabeçado por Gaspar Silveira Martins), de presença maciça na sociedade de *Deutsch-Brasilianer*, geraram um foco de oposição tão forte ao PRR – oposição forte a ponto de derrotar a máquina eleitoral do PRR, caracterizada por eleições fraudulentas, na eleição da Assembleia Constituinte sul-riograndense, no ano de 1891.

Palavras-chave: Assembleia Constituinte. Oposição. PRR. Eleição de 1891. Retaliação política.

ABSTRACT

This work has as its main theme the assessment of the Teutons in the political constitution of Rio Grande do Sul during the political transition period between the monarchy and the Republic. The work defines the period for analysis of facts to the 80s of 19th Century (which is possible to see the presence of the Teutons in Brazilian politics), taking as the critical point the year 1891, year of the constitutional election in Rio Grande do Sul. The results of the polls showed the opposition political character of German immigration areas. There will not be portrayed in this research the moments of great significance of the Federalist Revolution (1893-95), as they are considered a significant event which deserves a focused work especially on this historical fact. The research will be responding how the role of *Deutsch-Brasilianer* represented not only a mere spectator bias or adjuvant, but a decisive active actor role in the formation of situations of major political clashes policies, even to the point of to challenge the party hegemonic project established by the Republican Party Riograndense – PRR of Julio de Castilhos. Through a case study, the following question will be answered: how three municipalities newly emancipated (*São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul and Taquara do Mundo Novo*), out of regions of large resorts (which was the solidified basis opposition to PRR, headed by Gaspar Silveira Martins), a solid presence in society *Deutsch-Brasilianer*, generated a strong focus of opposition to PRR – a strong opposition to point to defeat the PRR's electoral machine, characterized by fraudulent elections at the election of the Constituent Assembly of Rio Grande do Sul, in 1891.

Keywords: Constituent Assembly. Opposition. PRR. Election of 1891. Retaliation policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Busto de Júlio de Castilhos no centro do Brasão do Rio Grande do Sul	38
Ilustração 2: Gráfico do histograma das datas de fundações dos municípios do Rio Grande do Sul	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação comparativa dos partidos na chefia do poder executivo e legislativo no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir de 1868.....	34
Tabela 2: Municípios onde o PRR perdeu nas eleições de 1891.....	57
Tabela 3: Localidades de origem germânica, onde o PRR perdeu nas eleições de 1891.....	57

LISTA DE SIGLAS

ALRS – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

PC – Partido Conservador

PL – Partido Liberal

PRF – Partido Republicano Federalista

PRR – Partido Republicano Riograndense

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO NO RIO GRANDE DO SUL.....	25
2.1 CASTILHISMO: A METAMORFOSE DO POSITIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL	30
2.2 A FORMAÇÃO HEGEMÔNICA POLÍTICA DO PARTIDO LIBERAL.....	32
2.3 ORIGENS DO PRR E A ESTRATÉGIA DE CONTROLE DO ESTADO.....	36
2.4 A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO MÍTICO/POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL	39
2.5 A COMPOSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA	43
3. OS DEBATES NOS JORNAIS DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DA ELEIÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1891	50
3.1 A IMPRENSA PARTIDÁRIA COMO MEIO DE COOPTAÇÃO POLÍTICA.....	50
3.2 OS ACIRRADOS DEBATES NO CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE	52
3.3 A REPERCUSSÃO DO <i>GOVERNICH</i> O NA IMPRENSA FEDERALISTA.....	60
3.4 A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XIX	65
3.4.1 Karl Von Koseritz.....	65
3.4.2 Os jornais como meios de cooptação nas áreas de imigração alemã	67
4. O ENGAJAMENTO POLÍTICO PARTIDÁRIO DOS TEUTO-BRASILEIROS	71
4.1 O NACIONALISMO ALEMÃO	73
4.1.1 Johann Gottfried von Herder.....	74
4.1.2 Johann Gottlieb Fichte.....	75
4.2 AS ORIGENS DO PENSAMENTO TEUTO-BRASILEIRO	76
4.3 A CONSTITUIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ.....	80
4.3.1 Partido do Centro	82
4.3.2 Partido Colonial	83
4.4 AS ORIGENS DO POVOAMENTO DE SÃO LOURENÇO DO SUL	86
4.4.1 A colônia alemã de São Lourenço do Sul	87
4.4.2 O Conflito entre Jacob Rheingantz e os colonos alemães em São Lourenço do Sul	90
4.4.3 A colônia rumo à emancipação.....	92
4.4.4 A composição política de São Lourenço do Sul	94
4.5 ORIGENS DO POVOAMENTO DE SANTA CRUZ DO SUL.....	99
4.5.1 A colônia alemã de Santa Cruz do Sul	99
4.5.2 O processo emancipatório	101
4.5.3 A composição política de Santa Cruz do Sul.....	102
4.5.4 O <i>governicho</i> em Santa Cruz do Sul e suas implicações	106

5.TAQUARA DO MUNDO NOVO: UM CELEIRO LIBERAL NO ALTO VALE DOS SINOS.....	109
5.1 SANTA CRISTINA DO PINHAL: OCUPAÇÃO PIONEIRA NA REGIÃO	110
5.1.1 Os primórdios do município pinhalense	113
5.1.2 A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul	115
5.2 ORIGENS DE TAQUARA DO MUNDO NOVO	117
5.2.1 A Colônia do Mundo Novo.....	117
5.2.2 A emancipação de Taquara do Mundo Novo	119
5.3 A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO EM SANTA CRISTINA DO PINHAL E TAQUARA DO MUNDO NOVO	123
5.3.1 Os três conturbados anos de transição republicana	125
5.3.2 As consequências das eleições para a Assembleia Constituinte sul-riograndense de 1891 no Alto Vale dos Sinos	126
5.3.3 As combinações políticas e o fim da municipalidade de Santa Cristina do Pinhal	134
6. CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS.....	142
REFERÊNCIAS DE FONTES	151

1. INTRODUÇÃO

No final do século XIX, período de transição do Império para a República no Brasil, o Rio Grande do Sul apresentou uma acirrada disputa de poder, consubstanciada entre o Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano Riograndense (PRR). Essa característica da política influenciou em vários aspectos da sociedade sul-riograndense e nas esferas das municipalidades.

Esse embate político sul-rio-grandense perdurou por praticamente todo o período conhecido como República Velha, ou Primeira República (1889-1930), e apresentou uma característica diferenciada do estado sul-rio-grandense em relação aos demais estados da federação, em que, de modo geral, a troca da forma de governo não substituiu, de fato, os políticos que estavam no poder.

No Rio Grande do Sul, os políticos que estavam no poder antes da Proclamação da República sucumbiram depois dela. Com a queda dos liberais, os republicanos liderados por Júlio de Castilhos assumiram o poder no estado. A partir dessa inversão do comando, iniciou um processo de intensas disputas entre políticos republicanos – que se dividiram em várias facções, com a predominância no poder da ala positivista do Partido Republicano Riograndense (PRR), sob liderança de Júlio de Castilhos – e políticos liberais – que tentaram se aglutinar com outros partidos para a disputa o poder.

Contudo, mesmo que houvesse um engendramento de composição política hegemônica, já que o PRR elaborava uma máquina política centralizadora e autoritária, a eleição da Assembleia Constituinte sul-rio-grandense de 1891 demonstrou a existência de focos de oposição que deveriam ser combatidos dentro do estado. Esses focos de oposição foram evidenciados nessa eleição, com o PRR perdendo nas urnas, apesar das prováveis fraudes eleitorais, em dez municípios (FRANCO, 2001). Dentre esses municípios, três apresentam um aspecto em comum, são municípios constituídos por populações predominantes de descendentes de imigrantes teutos.

Muito se tem escrito a respeito da participação dos imigrantes teutos na formação da sociedade sul-rio-grandense. No entanto, naquilo que tange à participação teuta na esfera política, ainda existe uma vasta lacuna a ser preenchida. Costuma-se, inclusive, por parte da historiografia tradicional, apresentar os “teuto-brasileiros” como indivíduos apolíticos, ou até politicamente marginais. Por esse

motivo, essa pesquisa tem como finalidade servir como mais um material que tenta fugir da temática cultural/econômica predominante nos escritos sobre os teutos, procurando seguir significativa participação na esfera política sul-rio-grandense. Além disso, tem-se o intuito de desconstruir o mito do aspecto apolítico dos mesmos.

Analisar-se-á a participação dos teuto-brasileiros na política sul-rio-grandense através de estudos de caso acerca da formação política dos municípios de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e, notadamente, de Taquara do Mundo Novo, por todo aspecto de singularidade que esse último apresentou no decorrer da implantação do regime republicano no Rio Grande do Sul.

Esses municípios, de forte presença germânica, representaram nas eleições da constituinte estadual sul-rio-grandense de 1891 um entrave para as pretensões do Partido Republicano Riograndense – PRR. Esse partido estava por estabelecer um processo hegemônico no Rio Grande do Sul, isso se não fosse o fato de os citados municípios estarem entre os dez em que o PRR não obteve a vitória nas urnas, juntamente com Bagé, Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Cacimbinhas¹, Viamão, Lavras do Sul. Vale salientar que esses sete municípios são de origem lusa, historicamente constituídos por latifundiários seguidores da corrente liberal de Gaspar Silveira Martins.

No entanto, o caso de Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul e Taquara do Mundo Novo parece ser mais emblemático, pois, afinal de contas, esses municípios de forte presença teuta acabaram por virar núcleos de oposição ao PRR. Assim, buscar-se-á também verificar qual foi a reação do PRR frente a essas municipalidades, após a derrota nas urnas do ano de 1891. Baseado na História Política, será, assim, levantada uma série de hipóteses que podem ser testadas através do contexto do Rio Grande do Sul, a partir do processo de mudanças de ordem política ocorridas na transição do Império para a República (1889-1892).²

Dessa forma, essa pesquisa tem como temática principal a avaliação dos teutos na constituição política do Rio Grande do Sul durante o período de transição política entre a Monarquia e a República. O período a ser retratado na pesquisa é limitado ao contexto que enfoca a década de oitenta do século XIX (período no qual se possibilitou

¹ Atual município de Pinheiro Machado.

² Não se retratará, nessa pesquisa, os momentos de grande significância da Revolução Federalista (1893-95), por se considerar que tão expressivo acontecimento merece um trabalho focado especialmente nesse fato histórico.

a presença dos teutos na política brasileira), tendo como ponto nevrálgico o ano de 1891, ano da eleição constitucional no Rio Grande do Sul. O resultado nas urnas demonstrou o caráter oposicionista de políticos de áreas de imigração alemã. Buscar-se-á verificar o papel que os *Deutsch-Brasilianer* apresentaram não só sob o viés de mero expectador ou coadjuvante, mas o papel de ator decisivo para a formação de conjunturas políticas de grandes embates, chegando, inclusive, ao ponto de desafiar o projeto hegemônico partidário estabelecido pelo PRR de Júlio de Castilhos.

O início da vinda desses teutos ocorreu no ano de 1824, dando origem, assim, no Rio Grande do Sul, ao processo de imigração europeia dos povos germânicos – intitulam-se “povos germânicos” uma vez que a Alemanha ainda não era unificada como Nação. Considera-se a vinda desses imigrantes um marco na história do Rio Grande do Sul. Esse processo migratório propiciou, a partir da metade do século XIX e idos do século XX, uma divisão no estado sul-rio-grandense em duas grandes regiões: região norte e região sul. A norte, tendo a forte presença oriunda da imigração teuta e ítala, passou a apresentar uma maior dinâmica e diversificação em sua economia em contrapartida à região sul, que era formada por grandes estâncias, cuja economia de cunho basicamente pecuária estava por iniciar um processo de estagnação econômica.

A vinda desses imigrantes teutos pode ser compreendida a partir de uma expectativa de que na América houvesse a possibilidade de ascensão social muito mais rápida que na Europa, devido a sua estrutura social ser menos rígida do que a europeia.³ Com essas premissas, foi evidenciada, no decorrer do século XIX, a influência dos teutos na composição da sociedade sul-rio-grandense.

Sobre a presença e a participação dos teutos ou dos também conhecidos como *Deutsch-Brasilianer*, na sociedade sulina, muito já se produziu, em diversos eventos e seminários. No entanto, a maioria dos pesquisadores trata da importância dessa etnia na constituição de aspectos culturais (folclóricos – com aspectos extravagantes

³ Destaca-se que um dos fatores determinantes para que estes imigrantes alemães atravessassem o Atlântico não estava ligado somente ao aspecto financeiro, na condição de miserabilidade e desprestígio social que motivaram o deslocamento deles para o Rio Grande do Sul. Os imigrantes buscavam construir uma nova vida, uma nova sociedade, inclusive Dreher (1995) apresenta o simbolismo do Éden nesta “nova” terra selvagem, onde o homem está em harmonia com Deus. Evidentemente, o “Éden” não era o mesmo paraíso prometido ou sonhado. Não se chegou a entrar na discussão das promessas cumpridas, pois este não é o foco do presente trabalho. Entretanto, há de se relatar as dificuldades de estabelecimento para os imigrantes alemães. Isso, com certeza, justifica a ideia do associativismo que foi tão forte entre os teutos. Era necessária a união para combater as dificuldades, quer fossem elas financeiras, por saudades da terra mãe, ou até mesmo pela dificuldade em se estabelecer num país tão diferente em língua e costume.

ou exagerados), aspectos de valorização no desenvolvimento econômico – tanto num sentido de desbravador da mata que urbanizou, quanto na ajuda do processo de industrialização do Rio Grande do Sul. Há, inclusive, perigosas construções historiográficas que apresentam uma imagem extremamente positiva do teuto-brasileiro, atribuindo-lhe muitas virtudes e poucos, ou até mesmo nenhum, ato invirtuoso. Além disso, há tentativas de estabelecer uma insolente imagem homogênea, como se o cotidiano, o comportamento de todos os colonos teutos das diversas colônias existentes no Rio Grande do Sul fossem exatamente iguais. Naquilo que tange à participação dos teuto-brasileiros nas questões políticas, atribui-se a eles uma imagem de indivíduos apolíticos.

Várias são as tentativas na historiografia de dar inteligibilidade a indícios de participação política além da representação política tradicional, no intuito de desvendar o processo de construção da cidadania entre os teuto-brasileiros, seja na prática ou no campo do discurso. Essas novas leituras sobre a colonização alemã atentam para o envolvimento político dos teuto-brasileiros, ao contrário de estudos orientados por um viés fundado na ideia de vitimização dos colonos/imigrantes diante do que seria uma “legislação excludente” e no conceito de isolamento (OLIVEIRA, 2008, p. 80).

A partir dessa premissa, constata-se que existe uma lacuna significativa que merece uma maior exploração por parte de pesquisadores, que é a participação desses teutos na constituição política e partidária do Rio Grande do Sul. Reitera-se, no entanto, que essa linha de pesquisa já apresenta trabalhos de pesquisadores de grande relevância, das quais se pode destacar, por exemplo, os professores René Gertz (1993, 1999, 2003); o professor Marcos Antônio Witt (2008); além da obra do Professor Marcos Justo Tramontini (2000). Entretanto, por mais significativas que sejam as produções desses autores, e ainda que outros pesquisadores também pudessem ser destacados nessa lista, é necessário que mais material com esse enfoque seja produzido no meio acadêmico, já que, como já citado, há ainda uma vasta lacuna deixada na temática e na historiografia.

Desse modo, esta pesquisa é proposta no sentido de aumentar a contribuição de material para pesquisa sobre a presença teuta na política sul-rio-grandense. Ela tenta levantar, inicialmente, a participação dos teutos nas questões políticas, mas não pelo viés político-partidário, e sim pelo viés da participação política através da conquista do direito de cidadania. Cidadania essa que teve seus horizontes ampliados a partir do artigo número V do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também

alcançada de Lei Saraiva, que possibilitou, a posteriori, a participação dos teutos acatólicos nos meios político-partidários.

Naquilo que diz respeito à compleição político-partidária dos teutos, ela será testada através do estudo de caso, a partir da seguinte intrigante questão: como três municípios recém emancipados, fora de regiões de grandes estâncias (que eram a base solidificada da oposição ao PRR, encabeçada por Gaspar Silveira Martins), e de presença maciça na sociedade de *Deutsch-Brasilianer*, geraram um foco de oposição tão forte ao PRR – oposição forte a ponto de derrotar a máquina eleitoral do PRR, caracterizada por eleições fraudulentas, na eleição da Assembleia Constituinte sul-rio-grandense do ano de 1891.

Buscar-se-á analisar a formação ideológica, política e partidária dos teutos que estavam por se inserir numa aparente contrariedade, pois o Brasil e o Rio Grande do Sul, com o advento da República, miravam ao progresso social e a avanços tecnológicos (industrialização), e justamente nas áreas de imigração se apresentou esse pretendido desenvolvimento tecnológico em maior evidência, mas com um processo de exclusão política desses imigrantes (ROCHE, 1969). Tal fato será mais bem abordado nessa pesquisa, e, sem dúvida, foi decisivo para refletir sobre a formação de tendências oposicionistas em áreas de imigração teuta.

Além de apresentar a questão de tendência partidária, retratar-se-á a reação do PRR ante os municípios de Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul e Taquara do Mundo Novo, após a derrota na eleição constitucional sul-rio-grandense de 1891. Buscar-se-á realizar, através da reação, um estudo de caso, que representará na prática a forma pela qual o PRR engendrou sua máquina político-partidária de formação hegemônica no Rio Grande do Sul.

Pretende-se, assim, com essa pesquisa, interpretar a política sul-rio-grandense através e fatos ocorridos em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo. Espera-se encontrar aspectos que mostrarão, na prática, a política de Júlio de Castilhos, principal líder do PRR, que buscava a estabelecer e fortalecer seu partido nos diversos locais do Rio Grande do Sul, em substituição e/ou submissão à oposição liberal/federalista predominante no estado sul-rio-grandense até a implantação da República, em 1889.

A pesquisa tem, ainda, por objetivo apresentar o envolvimento dos *Deutsch-Brasilianer* na questão política e partidária no Rio Grande do Sul, procurando verificar a participação deles como ativa, por vezes de "atores principais" no jogo político

estabelecido no Rio Grande do Sul durante o conturbado período de transição do regime monárquico para o republicano.

Outro foco a ser ressaltado é a consolidação partidária de cunho liberal e/ou federalista nas municipalidades de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo – evidenciados com esse aspecto oposicionista a partir da derrota do PRR nesses municípios nas eleições constitucionais de 1891. Os três foram participantes de um pequeno grupo de dez municípios em que o PRR não atingiu a vitória nas referidas eleições. Vale repetir o fato de que São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo não estão localizados nas áreas de latifúndios de predomínio luso, que consistiam a base partidária liberal e/ou federalista. Em contrapartida, no Rio Grande do Sul havia um rápido e bem engendrado projeto de predomínio partidário e ideológico em grande parte do estado, auspiciado pelo PRR.

Procura-se, também, demonstrar a política Castilhistas de estabelecer a hegemonia estadual através das elites locais. Busca-se entender, principalmente, a reação desse partido (PRR) nos focos de oposição presentes nas regiões de colonização teuta, verificados através do resultado da eleição constituinte de 1891.

Desse modo, visa-se a identificar a participação dos teutos na composição política do Rio Grande do Sul no período de transição da Monarquia para a República no Brasil. Busca-se compreender também o significado que o poder local representava para a administração política do Rio Grande do Sul, no período de implantação da República.

Salienta-se a importância de compreender por que se criou nas cidades de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo um foco de oposição ao partido que estava por concretizar um processo de hegemonia partidária no Rio Grande do Sul. Ainda é relevante entender os respectivos resultados ou as retaliações do PRR a esses municípios insurgentes. E, justamente nessa questão da retaliação, destaca-se a ação do PRR em relação ao município de Taquara do Mundo Novo, que, sem dúvida, foi aquele que sofreu as maiores retaliações entre os municípios estudados nessa pesquisa. As retaliações, suas causas e consequências, serão apresentadas no último capítulo dessa dissertação.

Escrever essa história, relacionada ao campo político, significa um desafio de extremo ao historiador. Isso pelo fato de, ao analisarem-se os fatos pesquisados, um dos pontos ressaltados pelo historiador é a fonte consultada, pois deve-se compreender não somente aquilo que está escrito, mas também quem o escreveu e

em que contexto foi escrito. A história política é caracterizada pela complexidade da análise das fontes e da missão de vencer o estigma negativo a ela atribuído, por destacar somente personagens da elite, deixando de lado a participação social na formação do contexto histórico⁴.

Referente a análise documental, Ricoeur (1968) retratada a falta de objetividade das fontes históricas pesquisadas, devido ao fato de a História não ser uma ciência exata, e sim uma ciência composta de subjetividade, tanto do aspecto de quem analisa e interpreta os documentos, quanto por aqueles que compuseram a documentação.

Envolver-se com a História política apresenta, então, a necessidade básica de conhecer não só as afirmações expressas nos documentos, mas também que mensagem esse documento visa a perpetuar. Sabendo-se que a historiografia sul-riograndense foi engendrada a partir da consolidação política e partidária do PRR no poder, há de se destacar que esses documentos que serviram de referência nessa pesquisa, pela temporalidade proposta – do ano de 1882 a 1892 –, apresentam, na sua maioria, o enfoque de que o partido foi solidificado por anos, hegemonicamente, no Rio Grande do Sul. Desse modo, devido a essa solidificação, apresenta um caráter sectário e de expressa ideologia (ou paixão) política e partidária.

Além das ideologias ou paixões expressas nas fontes, Rémond (1994) destaca a própria paixão e os preconceitos impregnados no historiador que analisa os documentos, a neutralidade na análise das fontes acaba se constituindo num mito há muito derrubado no mundo acadêmico. Além da subjetividade do historiador, existe, segundo Rémond (1994), a dificuldade do historiador em tentar focar uma história total, visto que é a busca do impossível, devido à amplitude de aspectos a serem ressaltados na escrita da história.⁵

Assim, é necessário estabelecer um foco na pesquisa, que será o embasamento teórico para a análise dos fatos, norteando qual será o ponto de vista

⁴ Entretanto, mesmo o uso de biografias de “grandes homens” tão criticadas na percepção da história política, há de se ressaltar as concepções estabelecidas a partir da obra de Lucien Febvre. Segundo Júlia Matos, seu objeto principal de análise são “as mentalidades coletivas, mas a partir da história intelectual ou cultural”. Em suas obras biográficas, ele abandonou a linearidade histórica e apostou em diferentes temporalidades, o tempo contextual, familiar, interior, psicológico e o tempo da memória. Sua visão de tempo parece estar intimamente ligada à forma como compreende a cultura. Para Febvre, a cultura pode ser apreendida através dos mitos de um povo, suas crenças e ideologias, a forma como os sujeitos se entendem em seu tempo (MATOS, 2006).

⁵ “Entendemos aqui que a ambição de todo historiador é atingir as verdadeiras realidades e que, não podendo captar a história em sua totalidade, devido à insuficiência do espírito humano, ele tentará dedicar-se ao mais significativo e ao mais explicativo” (RÉMOND, 1994, p. 9).

a ser aplicado a um fato histórico, que pode ser estudado a partir de diversos enfoques, através, por exemplo, da história social, da história econômica e da história cultural.

Devido à necessidade de estabelecer um foco para a pesquisa, este trabalho será embasado na Nova História Política⁶, tendo ela uma nova concepção, em que a História Política deixa de ser vista de como centrada numa visão cima para baixo ou de ser uma história das elites, passando, acima de tudo, a ser uma história social⁷:

Logo, ao buscar a visão de uma história política que abarque a perspectiva para uma história social, conforme nos apresenta Michael Pollak (1992) – que busca mostrar de que forma a memória⁸ pode ser um elemento formador da identidade social –, é plausível compreender como foi possível que muitos imigrantes de origem teuta acabassem por inserir-se em uma política até então vista como elitizada. Isso demonstra a dinamicidade da sociedade sul-rio-grandense do final do século XIX.

Outro aspecto a observar ao estudar a história política é a pluralidade social. Percebem-se fatores que vão além do geográfico na composição da sociedade. As diversidades étnicas que compuseram o estado, ou seja, as heranças ideológicas e culturais trazidas pelos imigrantes, também determinaram a formação política partidária difusa no Rio Grande do Sul, baseada fortemente na busca do engajamento, ou na cooptação política. Essa formação está consubstanciada em duas correntes, a Liberal e/ou Federalista, e a Republicana, durante o período proposto nessa pesquisa.

Seguindo a teoria do engajamento político e social de Rémond⁹ será estabelecida nesta pesquisa a presença teuta na participação política e partidária no

⁶ Segundo Rémond (1999) a partir do enfoque da nova história política, a volta do político tem sentido a partir das transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político e à própria dinâmica interna da pesquisa histórica.

⁷ “O eixo central da renovação proposta por esses historiadores decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. Assim, os estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm-se expandido constantemente. Os contatos com a sociologia, a linguística e a antropologia também têm frutificado através do desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, análises de discurso e história da cultura” (FERREIRA [s/d.]).

⁸ Refere-se à memória através dos depoimentos e sentimentos deixados pelos contemporâneos ao período estudado. Sendo assim, a preservação da memória também pode ser utilizada como forma de justificar o domínio de um determinado grupo ante a outro. Jacques Le Goff (1998) define a memória como um objeto de poder, e, através dessa análise, como objeto de poder que se entende. Os primeiros historiadores eram empregados de monarquias, pois através de seus estudos é que se construía uma memória coletiva na qual se justificava a dominação de um grupo social ante outro, valorizando e heroizando a nobreza, sendo está o símbolo absoluto das lutas e conquistas de um reinado (MATOS, 2006).

⁹ “Esses fenômenos são antigos e provam bem que o político também se inscreve na longa duração. O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, ideias

Rio Grande do Sul, abrangendo sua influência no campo cultural e econômico, já bastante retratados na historiografia sul-rio-grandense.

Para compreensão da inserção e do engajamento na política dos teutos brasileiros, destaca-se a teoria de Bourdieu, em que, através da participação do jogo político, se estabelece a lei de oferta e procura para atrair eleitores “consumidores”. Esse jogo possuiu suas regras próprias, e para jogá-lo é pré-requisito o conhecimento das regras. Para tal, passa a ser necessária a preparação para acumular o “capital político”. Capital esse que é acumulado no decorrer de uma carreira.

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mau-entendimento tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1998, p. 164).

Esse fator, pela busca de novos “clientes”, facilita a compreensão do empenho de Gaspar Silveira Martins em aprovar a lei que possibilitava a participação política dos acatólicos. Desse modo, ele poderia cooptar novos eleitores para o Partido Liberal, e aumentar seu capital político.

Um dos elementos fundamentais para a conquista desse capital está na capacidade de discursar e convencer seus “consumidores”. Nem sempre é necessário fazer tudo aquilo que se promete, mas é necessário sempre que os consumidores acreditem que as promessas serão cumpridas – além da questão da teatralização.¹⁰

Outro requisito para a participação do jogo político está na questão das relações sociais que propiciam o acúmulo de capital político. O partido é um fator fundamental para demonstração do capital político. E quanto maior for o capital político acumulado, maior será o significado do político dentro do partido. Dentre os pontos sugeridos por Bourdieu (1998) – força de mobilização, notoriedade, popularidade, “notável”, acumulação, carisma, capital pessoal –, todos estiveram

e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso se expressa na política. Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária” (RÉMOND, 1994, p. 9).

¹⁰ “A vida política só pode ser comparada com um teatro se pensar verdadeiramente a relação entre partido e a classe, entre a luta das organizações política e a luta das classes, como uma relação propriamente simbólica entre o significante e um significado ou, melhor, ações entre representantes dando representação e agentes, ações e situações representadas” (BOURDIEU, 1998, p. 164).

presente tanto do lado dos defensores de Gaspar Silveira Martins e do antigo Partido Liberal, quanto de Júlio de Castilhos do PRR.

Como aporte metodológico recorreu-se à pesquisa qualitativa com consulta em documentação (jornais, documentos oficiais, cartas de municipalidades), além de pesquisa bibliográfica. Essas fontes de pesquisa serviram para o engendramento histórico, para contextualização¹¹ em que a macro e a micro-história¹² interagem com o intuito de esclarecer o fato estudado nesta pesquisa: apresentar o envolvimento dos *Deutsch-Brasilianer* na questão política e partidária no Rio Grande do Sul, apresentando na participação como ativos no jogo político, estabelecido no Rio Grande do Sul durante o conturbado período de transição do regime monárquico para o republicano. Tem-se como foco verificar a formação oposicionista nos municípios de origem teuta: São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo, com destaque especial para o último município citado, devido à forte retaliação sofrida pelo mesmo por parte PRR após o fim do *governicho*.¹³

As interferências da macro-história, principalmente naquilo que tange ao contexto sul-rio-grandense no período focado no trabalho, entre os anos de 1880 e 1892, permitem observar a ebulição na esfera político-social, com a fundação, em 1882, do PRR, e a difusão das ideias positivistas em solo gaúcho. Isso ocorreu diante de um país ainda sob regência imperial frente às mudanças que ocorreram a partir de 1889, com o advento republicano no Brasil, o que ocasionou um gradativo processo de alternâncias no poder do estado sul-rio-grandense – que teve na Constituição de 1891 um marco para a nova ordem política.

A partir dessa análise, começa-se a explorar, no segundo capítulo, os aspectos que dão sustentação ao campo da macro-história, baseados na historiografia política sul-rio-grandense do período de declínio no poder do Partido Liberal/Federalista e o advento da Política Castilhista no Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizou-se o recorte temporal proposto pelo trabalho entre os anos de 1882, fundação do PRR, e 1892 (ano fundamental para o início da consolidação do

¹¹ Sobre a importância da contextualização, ver Vainfas (2002, p. 119).

¹² “A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que as referências teóricas são variadas e em certo sentido ecléticas. O método está de fato relacionado, em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e, assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo” (LEVI *apud* VAINFAS, 2002, p. 133).

¹³ A alcunha *governicho* foi um termo pejorativo utilizado pelo PRR ao destacar o efêmero período (entre novembro de 1891 a junho de 1892) em que a oposição assumiu o comando do governo estadual.

Castilhismo), um ano após a elaboração da Constituição Castilhistas¹⁴ de 14 de julho de 1891. Nesse contexto, encontra-se o reflexo imediato de uma nova etapa na política do Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo, será enfocada a eleição da constituinte estadual de 1891. Analisar-se-á o processo eleitoral e a repercussão do mesmo na imprensa partidária, jornais ligados tanto aos castilhistas quanto as gasparistas, retratando o processo pré-eleitoral e pós-eleitoral. A análise culminará com o termo da constituição, em 14 de julho de 1891.

O quarto capítulo retratará a inserção dos teuto-brasileiros na política partidária, tendo como foco para essa compreensão o estudo de caso dos Municípios de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul. Busca-se justificar sua tendência de aproximação com o segmento político gasparista do Partido Liberal/Federalista, e, desse modo, caracterizar uma significativa “ousadia” política, ao contrariar o partido em fase de consolidação da hegemonia política no Rio Grande do Sul.

No quinto capítulo, apresenta-se a caracterização política de Taquara do Mundo Novo, bem como a reação do PRR aos políticos liberais situados na região do referido município. Também se retrata o jogo político da região pesquisada, demonstra-se o processo de mudança na elite política local (ocorrida a partir da perda do controle de Santa Cristina do Pinhal sobre Taquara do Mundo Novo, com maior evidência após a instauração do republicanismo no Rio Grande do Sul). Esse processo ocasionou uma série de profundas mudanças na ordem social, culminou com a alteração dos mandatários políticos, perdas e ganhos territoriais no decorrer desse processo.

Reitera-se que se tem a pretensão de interpretar a política sul-rio-grandense através dos fatos ocorridos nos municípios de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo. Espera-se encontrar aspectos que mostrarão, na prática, a participação teuta, de forma efetiva, na política do Rio Grande do Sul e a política de Júlio de Castilhos, principal líder do PRR, de estabelecer e fortalecer seu

¹⁴ “A Constituinte reunida a 25 de julho recebeu do Governo o projeto elaborado por uma comissão integrada por Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Castilhos. Segundo afirmaram os dois primeiros, o projeto, que não assinaram por discordarem da orientação positivista do mesmo, foi obra exclusiva de Castilhos. Tudo quanto não conseguiu introduzir na Constituição Federal, logrou transportar para a Rio-grandense. Promulgada a 14 de julho de 1891, a Assembleia Constituinte encerrou seus trabalhos com a eleição do Presidente do estado, que recaiu em Júlio de Castilhos. Estava plenamente consolidada sua condição de chefe, que iria manter até o fim de seus dias, mesmo fora do poder” (SOARES, 1998, p. 137). A partir dessa afirmação de SOARES, define-se a Constituição de 1891 como Constituição Castilhistas: pelo fato de ela ter sido elaborada exclusivamente por Júlio de Castilhos.

partido nos diversos locais do Rio Grande do Sul, assim como sua reação aos focos oposicionistas. Pode-se, ainda, comparar a diferença entre a teoria e a prática da filosofia política social castilhista, de cunho positivista¹⁵, implantada por Júlio de Castilhos¹⁶ no Rio Grande do Sul, em especial após a promulgação da Constituição Castilhista de 1891.

¹⁵ Positivismo: doutrina filosófica desenvolvida pelo francês Augusto Comte baseada na cientificidade, segundo a qual a ciência é considerada o único conhecimento possível e a empiria o único caminho metodológico válido. Através da ciência, Comte vislumbra o progresso e a ordem social, pilares de sua filosofia e religião positivista.

Comte dividia a evolução da sociedade em três estados: Estado Teológico; Estado Metafísico; Estado Positivo. Embora a princípio indispensável em todos os aspectos, o primeiro estado deve ser doravante concebido sempre como puramente provisório e preparatório; o segundo, que é na realidade apenas a modificação do anterior, nunca comporta mais que um simples destino transitório, a fim de conduzir gradualmente ao terceiro; é neste, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão da humanidade.

¹⁶ Referência à influência comtiana, ver em Soares (1998).

2. A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO NO RIO GRANDE DO SUL

A ideia do republicanismo¹⁷ no Rio Grande do Sul não representava uma novidade no imaginário político sul-rio-grandense. Desde a Guerra dos Farrapos¹⁸, entre 1835 e 1845, a província declarou-se independente da monarquia brasileira, estabelecendo, por praticamente dez anos, um país de política com cunho liberal e republicano (embora essa condição nunca tenha sido reconhecida oficialmente). Com o fim da revolta farrapa, o republicanismo estava enfraquecido; contudo, as ideias liberais se propagaram, alcançando condição hegemônica entre a elite política sul-rio-grandense. Essa hegemonia apresentava um aspecto singular ante a configuração da política nacional¹⁹.

Isso se explica pelas heranças liberais dos farrapos, que eram, em sua composição majoritária, grandes estancieiros. Vale ressaltar que a formação política brasileira tem sua origem no Primeiro Reinado, e, após um espaço de tempo de estabilidade no período pós-regencial, com o fim das rebeliões internas e início do Segundo Reinado, houve um certo processo de acomodação política nacional, uma alternância entre liberais e conservadores no poder, com a formação de ligas e contra-ligas políticas, que acomodaram políticos de diversas correntes (ALVES, 2002). Entretanto, no fim da década de 60 do século XIX, iniciou a Guerra do Paraguai, e seu fim, em 1869, estreou um processo de reacomodação política no Brasil. Consolidaram-se as diferenças entre os grandes partidos monarquistas existentes sob o segundo reinado.²⁰

¹⁷ “O republicanismo brasileiro se caracteriza menos pela insistência na temática das virtudes cívicas, típica do republicanismo clássico e do neorepublicanismo, e mais pela preocupação com a necessidade de fortalecer o senso da *res publica*, da coisa pública, entre os cidadãos”. (PINZANI, 2007, p. 5).

Contudo, julga-se que, embora essa definição seja aceitável, deve-se ressaltar que o aspecto da “*res publica*”, “a coisa pública”, representa sim a possibilidade de uma classe em ascensão econômica e política de poder exercer essa cidadania, ficando a maior parte da população excluída de qualquer direito político.

¹⁸ Sobre a Guerra dos Farrapos, ver:

FLORES, 1985.

ALVES, 2004.

¹⁹ “O Partido Liberal era ‘mais forte nos centros urbanos, graças à participação do comércio, profissões liberais e artesanato’, enquanto o Partido Conservador seria predominantemente rural; no caso do Partido Liberal Riograndense tal observação não é plausível, percebendo-se ao contrário, um partido majoritariamente consolidado junto à classe dos grandes proprietários rurais” (CARNEIRO, 2000, p. 47).

²⁰ “Partido Liberal e o Partido Conservador; e por ser também antessala onde preparam-se as pautas políticas que marcam as duas últimas décadas do Império; por último, e mais importante, por este momento inicial em que se identifica a formação do Partido Liberal rio-grandense como força

O fortalecimento político do Partido Liberal no Rio Grande do Sul está relacionado a um processo de aumentar seu contingente urbano no estado. O Partido Liberal, sob forte influência do líder Gaspar Silveira Martins, conseguiu a citada aprovação de lei que possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política, fortalecendo, desta forma, a base urbana do partido nas áreas de imigração alemã no estado.

Numa tentativa de ampliar sua atuação política, o líder Gaspar Silveira Martins, senador do império, bateu-se pela concessão do direito de voto aos acatólicos e estrangeiros naturalizados, o que concretizou com a aprovação da lei Saraiva²¹, em 1881. Através desta lei, os pecuaristas liberais estabeleceram uma aliança política com a ala mais representativa da comunidade alemã colonial: os comerciantes e a elite intelectualizada, que forneceram deputados que realizaram a mediação entre o mundo colonial e a política dos senhores rurais. Em troca de favores à sociedade colonial, arregimentavam-se votos para os liberais. (PESAVENTO, 1997, p. 53).

Quanto à influência do Partido Liberal nas áreas de imigração alemã, o último capítulo tratará desse aspecto, vinculando o envolvimento deste partido na emancipação e constituição política de Taquara do Mundo Novo, onde será constatada uma amálgama partidária ambígua, ao destacar esse processo emancipatório.

Na medida em que o império brasileiro começou a declinar, começou a fortalecer a possibilidade de existência do regime republicano no Brasil. O Rio Grande do Sul, devido a suas raízes republicanistas, era considerado um baluarte para a propagação do novo regime. No entanto, o Rio Grande do Sul apresentou características *sui generis* em relação aos demais estados da nação, devido ao fato de os políticos liberais não assumirem o poder com a Proclamação da República de 15 de novembro de 1889. Dessa forma, os políticos que estavam no poder antes do golpe perderam terreno após essa data.

Este aspecto peculiar tem como base a oposição política liberal ante os interesses do partido na região sudeste do Brasil. Nessa região, as ideias republicanas floresceram no seio de liberais, já que os políticos liberais tinham sua base

absolutamente hegemônica no Rio Grande do Sul, conferindo ao Rio Grande do Sul o caráter de unidade política provincialesca” (CARNEIRO, 2000, p. 50-51).

²¹ Segunda a Lei Saraiva: Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881, passa a ser considerado eleitor no Brasil em seu Título I: dos eleitores, e da revisão do alistamento eleitoral em sua Capítulo I: dos eleitores no artigo V: **Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.** (TSE, 2012, grifo nosso)

estabelecida nos centros urbanos, onde as ideias abolicionistas e contra a monarquia se propagavam com maior entusiasmo. No Rio Grande do Sul, no entanto, as ideias republicanas não se originaram no seio liberal. Havia uma terceira força política, com origem, sobretudo, entre profissionais liberais urbanos, ou seja, ocorreu um o conflito dos interesses de uma elite emergente urbana, ante as tradicionais elites oligárquicas rurais.

Gunter Axt, ao apresentar a transição política no Rio Grande do Sul no momento da instauração republicana, fala de uma ruptura política, inicialmente com certo espírito conciliatório de efêmera duração, por conta, principalmente, dos interesses dos políticos do PRR de estabelecerem-se no poder estadual:

Os liberais aderiram ao novo regime em nome do “empenho de evitar uma luta civil”, sem deixar, todavia, de alertar para o fato do PL constituir a maioria na Província, ‘uma força e como tal deve ser respeitado’ (O’DONNELL, 1991, 29-33). Houve, entretanto, também aqueles que se apressaram em ingressar no Partido Republicano, renegando as antigas crenças. [...] Convictos de que a transigência para com os liberais terminaria atrelando o Partido Republicano ao rolo compressor dos desígnios gasparistas, os republicanos fecham-se cada vez mais em torno do sectarismo. Minoritários na Província, guindados ao teatro do poder por uma quartelada, pretendiam preservar suas trincheiras da contaminação de adesistas poderosos de undécima hora. Iniciou, assim, a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos e a substituição das posições de comando nos municípios. (AXT, 2002, p. 4).

Todavia, mesmo com a constatação de uma transição conturbada da monarquia para a república, a historiografia chegou a retratá-la de modo ameno, deixando de lado a questão dos conflitos que ocorreram. Assim, interpretaram este fato político como um processo de evolução político e social do país. Nelson Werneck Sodré (1962) refere uma transição sem conflitos, transparecendo em sua visão a ideia de que a implantação do regime republicano no Brasil correspondeu, conforme os ideais políticos da época de sua implantação, final do século XIX, à substituição do arcaico modelo político monarquista, passando a República a representar a nova visão administrativa que se adequaria às novas necessidades da sociedade brasileira. No entanto, convém destacar que o autor retrata uma transição pacífica, sem grandes alterações para a sociedade brasileira, pois o império brasileiro, segundo ele, demonstrava uma gradativa decadência em contrapartida às mudanças da sociedade, que levaram à aceitação da ideia republicana.²²

²² Para Sodré, a decadência imperial apresenta três momentos, a saber: “de 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da aliança, começo da democratização do sistema de imprensa e

O aspecto de transição gradativa e pacífica do império para a república, que teve como pano de fundo a necessidade da sociedade brasileira – a qual estava por se inserir num sistema capitalista/imperialista –, é questionável. Conforme Emília Viotti da Costa (1999), houve, sim, manifestações contrárias à instalação do republicanismo no Brasil, inclusive com algumas expectativas por parte dos partidários monarquistas de retomada do poder, a partir de uma alusão pejorativa ao golpe de 15 de novembro, com a caracterização desse processo como uma parada militar incapaz de administrar o país, já que não apresentava condições de estabelecer a ordem e o equilíbrio econômico necessário. Os partidários monarquistas alegavam que

O Império não foi a ruína, foi a conservação e o progresso. Durante meio século manteve-se íntegro, tranquilo e unido o território colonial. Uma nação atrasada e pouco populosa converteu-se em grande e forte nacionalidade, primeira potência sul-americana, considerada e respeitada em todo o Mundo. (COSTA, 1999, p. 393).

O Rio Grande do Sul representou um exemplo desse complexo processo transitório, caracterizado por intensas disputas pelo poder dos políticos republicanos e políticos ligados aos interesses do extinto Império.

Costa (1999, p. 388) também apresenta, além da versão dos monarquistas, a versão dos republicanos, que defenderam a origem republicana no Brasil arraigada às “origens étnicas no povoamento e que o regime republicano sempre constituiu aspiração nacional”, e ainda apresenta outros fatores para a consolidação republicanista no Brasil:

A constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial de tipo europeu, as relações entre nações americanas, a propaganda em prol da República promovida por meio de livros e jornais, a corrupção política e a deficiente administração do Império, a pernicioso influência do poder pessoal do ‘numeroso partido republicano’ existente em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a repercussão da Lei Áurea, a atitude armada e do Exército, a má disposição em relação a um terceiro reinado e, finalmente, o fator desencadeante do movimento: a política levada a efeito pelo ministério de 7 de junho contra republicanos e as classes armadas. (COSTA, 1999, p. 389).

condições baratas, - os bonds, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população - ideia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o imperador nelas ostenta e depois delas assume; de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento de antigos estadistas, novos moldes, processos de ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do Exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa D. Isabel). Do Exército contra o conde d’Eu, futuro Imperador, ouro abundante, febre da Bolsa, Positivismo, surpresa final de 15 de novembro” (SODRÉ, 1962, p. 293).

Independentemente do ponto de vista dos autores, encontra-se, de modo geral na historiografia brasileira, que a substituição do regime monárquico pelo republicano representou para o Brasil a substituição do antigo pelo novo. Sergio da Costa Franco também dá subsídios sobre o significado da transição da monarquia para o império:

Por espaço de dezenove anos, os republicanos, com reconhecimento tácito, senão explícito dos monarquistas, haviam objetivado que a monarquia era uma instituição de caráter exótico e já ultrapassada, e que a república era inevitável, sendo, como era a forma de governo americana, a mais perfeita. A afirmação constante desses temas e mais a crença, mantida, segundo parece por todos, desde o Imperador até o último dos seus funcionários, de que o estabelecimento da república era apenas uma questão de tempo, afetou profundamente o povo brasileiro, pondo-o em condições de aceitar a mudança de governo. Do contrário, não haveria explicação para o rápido triunfo da revolta de 15 de novembro. A doutrinação do povo, pelo Partido Republicano, constitui, pois, a maior contribuição deste último para a revolução. O contínuo e rápido aumento do número de seus adeptos deu à ideia o necessário prestígio. (FRANCO, 2001, p. 52).

A instauração republicana no Brasil passou, então, a representar o rompimento com o passado. A República de 1889 era constituída por militares, os líderes do processo de transição entre a Monarquia e a República. Como base ideológica para esses militares, havia as ideias positivistas, de Augusto Comte²³, que já se faziam presentes no exército bem antes mesmo do fim do Império.

As ideias positivistas começaram a ter circulação na província sul-riograndense ainda no ano de 1868, através do Partenon Literário²⁴, sendo esta uma sociedade de intelectuais da época constituída por escritores de diversos gêneros literários: contistas, livres-pensadores, jornalistas, políticos, religiosos, demonstrando

²³ Comte dividia a evolução da sociedade em três estados: Estado Teológico; Estado Metafísico; Estado Positivo. Embora a princípio indispensável em todos os aspectos, o primeiro estado deve ser doravante concebido sempre como puramente provisório e preparatório; o segundo, que é na realidade apenas a modificação do anterior, nunca comporta mais que um simples destino transitório, a fim de conduzir gradualmente ao terceiro; é neste, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão da humanidade. (COMTE, [s.d.]).

²⁴ Quando se faz referência à história do Partenon Literário, está se fazendo referência à história do primeiro movimento de intelectuais que de fato estabeleceram uma agremiação no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 18 de junho de 1868, o Partenon Literário era um movimento de ideias, sendo essas as mais diversas e abrangentes possíveis, na época. Essas ideias iam de concepções literárias até discussões de aspectos políticos e sociais.

O idealismo estabelecido pelos membros do Partenon Literário iniciou, ou incitou, ainda mais, no Rio Grande do Sul, o questionamento e a defesa da concretização de uma nova ordem social, em que temas como República, abolição da escravidão, direito a manifestação feminina, além do estabelecimento de aulas noturnas para aqueles que não tinham condições de estudar durante o dia eram defendidos através de artigos, saraus ou poesias.

um aspecto de ecletismo cultural. Pode-se, assim, afirmar a respeito das ideias do Partenon Literário que

Não se limitaram a um ou outro aspecto do sistema comtiano, mas abrangeram sua totalidade: foram políticas, científicas, religiosas e, ainda, estéticas. Em todas essas modalidades foram indeléveis as marcas deixadas pela doutrina, em suas instituições e monumentos. (SOARES, 1998, p. 126).

A implantação do regime republicano foi embasada ideologicamente na filosofia positivista de Augusto Comte. Desse modo, o positivismo passou a ser a principal referência ideológica para os políticos durante a República Velha²⁵ e o Rio Grande do Sul, pela sua tendência para o republicanismo, foi uma das províncias que mais sofreu influência da filosofia comtiana.

2.1 CASTILHISMO: A METAMORFOSE DO POSITIVISMO NO RIO GRANDE DO SUL

Através da imprensa, o positivismo começou a “proliferar” suas ideias, tendo como destaque, nos primórdios, os autores Apolinário Porto Alegre e Augusto Luiz, sendo o último o autor do destacado artigo “A unificação das religiões em torno de uma só religião e da filosofia em torno de uma filosofia”, que circulou na revista do *Partenon Literário*, em outubro de 1874. Assim, iniciaram as influências comtistas na literatura sul-rio-grandense.

Após esse impulso primordial na literatura sul-rio-grandense, ocorreu, na década de 1880, o início de uma geração em que as influências positivistas se intensificaram e consolidaram, principalmente através de Júlio de Castilhos, pessoa de carisma reconhecido. A posição desse líder foi de fundamental importância para que a filosofia comtista fosse estabelecida no Rio Grande do Sul. Devido à “influência carismática de Júlio de Castilhos e correligionários contemporâneos, o Positivismo, em seu aspecto político, atingiu um dos mais altos níveis logrados pela doutrina de Comte no Brasil” (SOARES, 1998, p. 132).

Um dos meios que Castilhos utilizou para difundir as ideias republicanas foi a imprensa, sobretudo a partir do ano de 1884, com a fundação do jornal *A Federação*,

²⁵ República Velha, ou Primeira República: período da república brasileira que se estende desde a proclamação da República (1889) até o ano de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder através de um golpe de estado. Sobre República Velha, ver em Costa (1999).

sendo este jornal o órgão oficial do recém fundado PRR²⁶, à frente do qual Castilhos ficaria por quatro anos como redator-chefe. Ao cabo desses anos, Castilhos tirou uma breve licença do jornal, retomando suas atividades em 1889, ano da Proclamação da República.

Contudo, não se pode descrever o positivismo posto em prática em sua plenitude, e sim como uma adaptação de suas ideias às necessidades políticas administrativas locais. Esse fato ocorreu com maior relevância no estado do Rio Grande do Sul através do PRR:

É conhecida a identificação do PRR com o positivismo. O que cumpre analisar é até que ponto o comtismo foi a ideologia que veio a se justapor a completar uma situação formada, coadunando-se com a ordem econômico-social vigente e oferecendo um projeto social que, respondendo aos interesses de uma classe determinada, se apresentava com abrangente de todo o corpo social. Não se quer dizer com isso que a República Velha foi positivista “in totum”. Parece, contudo, que o Rio Grande do Sul foi o estado onde as ideias positivistas encontraram maior eco e exequibilidade. (PESAVENTO, 1979, p. 205).

No Rio Grande do Sul, nota-se o sucesso de ideias que contrariam a doutrina comtiana em sua essência. Um belo exemplo dessa contrariedade está no aspecto intervencionista do Estado na economia. Enquanto Comte prega o liberalismo absoluto da sociedade no “pensamento econômico, religioso, profissional”, encontram-se, na administração sul-rio-grandense, medidas opostas ao liberalismo, com o Estado intervindo fortemente na economia e na sociedade: “na medida em que o Estado promove a canaliza a iniciativa privada, intervindo na economia, tem-se montado um esquema paternalista e intervencionista, onde o governo é o centro máximo das decisões fundamentais” (PESAVENTO, 1979, p. 209-210).

Pode-se, então, sugerir que a nomenclatura mais adequada para a filosofia posta em prática no Rio Grande do Sul é o “castilhismo”, visto que o termo “positivismo” representa a fonte de inspiração, mas não foi aplicada totalmente no estado sul-rio-grandense. Justifica-se essa posição com base na interpretação da ideia apresentada por Nelson Boeira:

²⁶ “Em 1882, o Clube Republicano de Porto Alegre organizou a primeira convenção regional, onde foi projetado o jornal do movimento – *A Federação*, que passou a circular em 1884. Nesta época, os republicanos tinham ainda um programa moderado, utilizando proposições contemporaneizadoras, de modo a atrair novos adeptos. O 1º Congresso partidário ocorreu em 1883, quando começava a ascensão de Júlio de Castilhos como liderança republicana” (ALVES, 2002, p. 18).

O comtismo não contém um programa econômico específico, mesmo que geral, mas apenas determinações a respeito de hierarquia social de trabalho, da função da propriedade privada, dos monopólios, etc. A ideia de um Estado condutor de políticas econômicas, que muitos quiseram encontrar no positivismo francês e gaúcho, é inteiramente avessa aos ideais de sociedade de Augusto Comte. Observações similares podem ser feitas sobre a aplicação no caso do Rio Grande do Sul de conceitos comtianos como “ditadura científica”, “política positiva” e crítica ao liberalismo”, [...] muitos dos problemas concretos enfrentados pelos positivistas gaúchos não receberam tratamento na obra do filósofo francês. (BOEIRA, 2002, p. 242-243).

O estado do Rio Grande do Sul, historicamente, se caracterizou pelo autoritarismo da classe dominante presente no poder e da elite dirigente. Mesmo que essas, por vezes, não estivessem sempre em pleno acordo, foi tracejado um arranjo social entre essas classes, a fim de estabelecer um Estado autoritário. É nesse contexto que se inclui a cidade de Taquara do Mundo Novo: havia um poder de ideologia castilhistas forte e centralizado nas mãos do PRR no estado, esse autoritarismo servia como base para se contrapor às forças liberais opostas ao republicanismo. Em Taquara do Mundo Novo, a maioria dos membros da elite política era liberal, e, através dessa disputa política, pode-se compreender uma provável reação do PRR neste município.

2.2 A FORMAÇÃO HEGEMÔNICA POLÍTICA DO PARTIDO LIBERAL

A organização político-partidária no Brasil teve sua origem ainda no Primeiro Reinado (1822-1831), quando as diversas facções políticas almejavam participação junto aos gabinetes de imperador. Contudo, essas facções político-partidárias somente se consubstanciaram como partidos políticos ao final do Período Regencial (1831-1840), com a formação de dois partidos: O Partido Liberal e o Partido Conservador, que se revezaram no poder desde sua formatação, ainda no Período Regencial, sobretudo durante o longo Segundo Reinado no Brasil (1840-1889), que durou quase meio século.

A organização política no Rio Grande do Sul também teve sua estirpe oriunda do mesmo contexto histórico brasileiro. A formação do partido no estado apresenta a seguinte idiossincrasia: O Partido Conservador, de diminuta expressão, e o Partido Liberal, ligado aos grandes estancieiros, que veio a se constituir na elite hegemônica, política e economicamente no estado.

Do início do Segundo Reinado até o limiar da Guerra do Paraguai, houve uma tendência de apaziguamento e conciliação política, com a formação de coligação de segmentos dos dois partidos, originando, desse modo, uma fase da *Conciliação* – quando ocorreu, na década de cinquenta, a predominância dos políticos conservadores no poder – e na década de sessenta, com a formação da *Liga Progressista*, liderada pelos liberais

O caso do Rio Grande do Sul, especificamente, adveio de modo análogo ao centro do país, sendo a década de cinquenta de predominância do Partido Conservador, através da *Liga*, e na década de sessenta o domínio foi liberal por meio da *Contra-Liga*.

Com a Guerra do Paraguai, a questão política brasileira passou por um processo de rupturas, que determinou, duas décadas depois de seu derradeiro momento, a gênese da crise política no Império. Devido à crise econômica e ao grande número de mortes no conflito, o Império mergulhou numa crise política. Na tentativa de sair da mesma, Dom Pedro II optou por afastar os liberais, que estavam no poder através da Liga Progressista, e restabeleceu o Partido Conservador no poder, acabando com a fase de aliança entre conservadores e liberais.²⁷

Com a inversão partidária, houve uma profunda transformação no programa político dos liberais, que passaram a defender reformas mais amplas, dentre as quais destaca-se a defesa de maior autonomia para as províncias, pregando a descentralização no poder, o fim do senado vitalício, além de uma reforma eleitoral e jurídica (enfocando o fim do Poder Moderador). Em alguns setores, que pregavam a reforma mais radical do programa, defendia-se o fim da escravidão no Brasil. Essas reformas mais radicais aproximaram membros do partido Liberal à causa republicana.

Durante o Gabinete Conservador (1868-1878), os conservadores tomaram o poder na Assembleia Provincial no Rio Grande do Sul, em um período apenas de pouco mais de três anos (1869-1872). Justifica-se essa curta permanência no poder provincial, mesmo tendo os conservadores o respaldo no poder central no Brasil, pelo fato de que o Partido Conservador não chegou a se estabelecer como uma alternativa

²⁷ Mudavam-se, então, as circunstâncias, já que “nos meados do século, a ordem imperial atingira o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo estado”, com os partidos entrando “em recesso, calados e reverentes”, parecendo que “os ódios antigos” estavam “mortos, as revoluções sepultadas, extintos os protestos e enfim, “o progresso nos moldes europeus empolgava a corte florescente e renovada” (Alves, 2002, p. 11). Alves (2002) baseou esse trecho de seu livro em Faoro (1975. p. 443).

política, a ponto de sucumbir à hegemonia política do Partido Liberal no estado sulino.²⁸

Desse modo, estabeleceu-se, hegemonicamente, o Partido Liberal (PL) no Rio Grande do Sul. Mesmo em períodos em que o Partido Conservador (PC) esteve no poder na esfera imperial, controlando os gabinetes e determinando os presidentes de província, o Partido Liberal mantinha o predomínio hegemônico na Assembleia Provincial. A tabela, a seguir (tabela 1), ilustra essa predominância:

Tabela 1: Relação comparativa dos partidos na chefia do poder executivo e legislativo no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir de 1868.

Inversão Partidária	Contexto Nacional	Executivo Provincial	Legislativo Provincial
1868	PC	PC	PC (até 1872) PL
1878	PL	PL	PL
1885	PC	PC	PL
1889	PL	PL	PL

Fonte: Alves (2002).

Com a configuração hegemônica do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, ficou evidenciada também a personalidade de seu principal líder: Gaspar Silveira Martins²⁹, que se consolidou como o principal político a representar o Rio Grande do Sul durante o período imperial. Gaspar Silveira Martins foi responsável pela fundação do Partido Liberal Histórico, juntamente com Félix da Cunha.³⁰

²⁸ “A incapacidade de tornar-se alternativa real ao poder dos liberais, condena o Partido Conservador, que tornar-se satélite político de órbita periférica, alheio e distante das condições em que pulsava o coração do poder político no Rio Grande do Sul” (CARNEIRO, 2000, p. 191).

²⁹ “Tomando como referência os estudos de José Murilo de Carvalho sobre a política imperial, podemos dizer que Gaspar Silveira Martins fazia parte do clube formado pela elite brasileira. Após a obtenção do título de Bacharel em Direito, iniciou sua trajetória na magistratura e na política imperial, chegando a ocupar mais de um cargo durante o império, o de Conselheiro de estado” (ROSSATO, 1999, p. 76).

³⁰ “O Partido Liberal Histórico [...] se opunha ao partido Liberal e ao Partido Conservador. É responsável também pela fundação do jornal *A Reforma*, sendo um dos redatores. Pelo Partido Liberal Histórico representou seu estado na Assembleia Provincial, Assembleia Geral e no Senado. Em junho de 1889 foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul” (ROSSATO, 1999, p. 79-80).

O Partido Liberal passou por três grandes processos de dissidências após a sua consolidação no poder, em 1872. A primeira envolveu o conflito entre Gaspar Silveira Martins e o General Osório (Herval). O primeiro era contrário à decisão do Gabinete Sinimbu, que rechaçou, com a concordância do General Herval, a possibilidade dos protestantes (acatólicos) possuírem direitos políticos. Essa questão só foi revista com a formação de um novo gabinete liberal, o Gabinete Saraiva, que sucedeu o de Sinimbu, e possibilitou o direito à participação política dos protestantes, mas sob um rigoroso controle quanto à comprovação de renda.

A segunda dissidência ocorreu em 1881, com o atrito entre a ala gasparista e os políticos liberais, mas defensores dos ideais republicanos. Wenceslau Escobar e Ramiro Barcelos acusavam o Partido Liberal de descuidar dos interesses da região fronteiriça.

A terceira dissidência se deu entre Fernando Osório e Gaspar Silveira Martins. Ela interferiu diretamente na eleição daquele distrito nas eleições de 1883, usurpando do cargo Fernando Osório, que contava, no momento, inclusive com o apoio dos Conservadores, que viam nesse “cisma” uma possibilidade de enfraquecer o poder dos liberais.

Mesmo com algumas desavenças internas, o Partido Liberal manteve sua força no poder até o término da monarquia. Entretanto, diferentemente do restante do Brasil – onde os liberais se opunham a uma estrutura conservadora forte, em que o centralismo defendido pelos conservadores os aproximava mais com os ideais da monarquia, e a descentralização do poder defendida pelos liberais acabava por dar um ar mais oposicionista à monarquia, inclusive com muitos adeptos do republicanismo –, o Rio Grande do Sul teve, como decorrência da hegemonia do Partido Liberal, pouca força política do Partido Conservador. Isso fez com que o Partido Liberal acabasse por ter seu vínculo estreitado com os ideais monarquistas, em oposição ao jovem PRR, fundado em 1882. Coube ao PRR o papel de se opor mais fortemente ao Partido Liberal, e, por conseguinte, a uma construção no imaginário, em que o PRR seria a luta pela república e a modernidade do país/estado e o Partido Liberal seria a representação da continuação, ou defesa da monarquia e o atraso para o Brasil e o Rio Grande do Sul.

2.3 ORIGENS DO PRR E A ESTRATÉGIA DE CONTROLE DO ESTADO

As influências positivistas impregnaram os ideais dos políticos dos primórdios republicanos no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, por conta do caráter da política autoritária característica do estado. Existe na doutrina comtiana um perfeito embasamento do estabelecimento de ordem social.³¹

Júlio de Castilhos, apesar de não estar na relação inicial dos membros da comissão executiva do PRR, tornou-se um destacado filiado ao partido. Sua influência começou a se intensificar perante a sociedade sul-rio-grandense a partir do jornal *A Federação*, que serviu como instrumento de divulgação e propagação dos ideais republicanos e positivistas.

A filosofia positivista tem, em maior evidência, o seu caráter autoritário³², principalmente a partir da Constituição Castilhista, de 1891, sendo esta constituição de fundamental importância para Júlio de Castilhos iniciar o processo de domínio político seu e do PRR no estado do Rio Grande do Sul. Seu caráter autoritário, determinado na Constituição, foi essencial para que estabelecesse um processo ditatorial no estado sul-rio-grandense. Nesta constituição, ficaram outorgados princípios como a concentração de poderes nas mãos do Presidente do estado e o esvaziamento dos poderes legislativo e judiciário.

A Constituição Castilhista apresentava discrepâncias significativas em relação à constituição brasileira. Essa diferenciação é evidenciada, principalmente, no poder executivo, que no Rio Grande do Sul teve um fortalecimento de seu papel em relação ao legislativo e ao judiciário.

Para tal valorização do poder executivo, alguns artigos constitucionais foram alterados, ou incluídos, fortalecendo o presidente do estado. A partir da análise de alguns artigos, confirma-se a assertiva acima.

³¹ Reitera-se que “O positivismo, corrente de pensamento com conotações de autoritarismo, foi adotado como matriz de orientação político-administrativa pelo grupo que empolgou o poder, adequando-se ao esquema montado e propondo, ao mesmo tempo, soluções novas para os problemas que se apresentavam. [...] talvez se possa acrescentar a esta linha de considerações definidoras do autoritarismo que tenderia a caracterizar-se ainda pela hipertrofia e independência progressiva do executivo face aos demais poderes” (PESAVENTO, 1979, p. 196).

³² “O modelo conservador-autoritário deita raízes nos fundamentos ideológicos do grupo mais representativo da propaganda republicana no Rio Grande do Sul que se inspira no ideário positivista. O Partido Republicano Riograndense organiza-se, por iniciativa do clube republicano de Porto Alegre, em fevereiro de 1882, que convoca uma convenção regional na qual é eleita a primeira comissão executiva provisória formada por Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro, Luis Leiseigneur, João Pedro Alves e Apolinário Porto Alegre” (TRINDADE, 1979, p. 122).

O artigo 7º da constituição sul-rio-grandense não tem similar na constituição brasileira. Neste artigo, fica estabelecida uma liberdade significativa para o chefe do executivo: “A suprema direção governamental e administrativa do Estado compete ao presidente, que exercerá livremente, conforme o bem público, interpretado de acordo com as leis”. Além deste artigo, de caráter autoritário, têm-se outros dois pontos de divergências fundamentais. A escolha do vice-presidente e a questão da reeleição.

A constituição brasileira estabelece no Art. 46 que: “O Presidente e o Vice-Presidente da república serão eleitos por sufrágio direto da Nação, e maioria absoluta de votos”. A constituição sul-rio-grandense, por sua vez, estabelece no Art. 10: “Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o presidente escolherá livremente seu vice-presidente...” Com o presidente determinando seu vice, percebe-se assim, uma maneira de evitar desgastes com algum vice indesejado, estabelecido através de convenções políticas do partido, e fazia também com que este seguisse fielmente a cartilha estabelecida por si.

Naquilo que tange à possibilidade de reeleição, a constituição brasileira é bastante clara em seu Art. 43, afirmando que “o Presidente exercerá o cargo por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período presidencial imediato”. Na constituição sul-rio-grandense, o Art. 9º é semelhante ao artigo anteriormente citado; no entanto, ele possui uma colocação a mais, que modifica a intenção do artigo da constituição federal: “O Presidente exercerá o cargo por cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado”.

A questão da reeleição sem limites foi um dos principais motivos de reivindicação de mudança na constituição sul-rio-grandense por parte da oposição, que, não conseguindo obtê-la no campo político, partiu para a revolta armada, originando a Revolução de 1893.³³

Estava, assim, estabelecida a “ditadura científica”, que dava ao presidente do Estado amplos poderes na sua administração, numa tentativa de enfraquecer uma oposição que, nesse período, era detentora da maioria do eleitorado. Tal fato gerou uma contradição a lógica política “democrática”, uma vez que, a minoria acabou por se estabelecer no poder, demonstrando a capacidade dogmática do PRR, que passa

³³ Sobre a Revolução Federalista, ver:
PICCOLO, 1993.
ALVES, 2002.

a abarcar desde o campo da ideologia político-social à capacidade de organização partidária.

Se a doutrina positivista do PRR foi, em grande medida, responsável pelo tipo de posição tomada pelo partido em relação à sua forma de atuar no contexto político de que participou, deve-se creditar ao grupo que fundou e trabalhou no partido esta capacidade de organização e firmeza ideológica. Neste sentido, o Partido Republicano Riograndense, embora minoritário (se comparado com o poderoso Partido Liberal, de Silveira Martins), compensou sua debilidade numérica através de uma disciplinada estruturação partidária combinada com forte coesão ideológica, definida nos Congressos Republicanos e expressa de forma combativa na propaganda e na imprensa partidária. (TRINDADE, 1979, p. 125).

A respeito da propaganda e do simbolismo utilizado pelo PRR, verifica-se, na imagem a seguir (figura 1), a questão do estabelecimento de amplos poderes ao chefe do executivo, já que se tem, na imagem, um significado do ideal do poder de Júlio de Castilhos, representando com ele, simbolicamente, o próprio estado.

Figura 1: Busto de Júlio de Castilhos no centro do Brasão do Rio Grande do Sul.



Fonte: Foto de acervo do Museu Júlio de Castilhos. Porto Alegre/RS.

Como forma de estabelecer essa base política através do poder político local, Júlio de Castilhos definiu a estratégia de construção da mitificação de sua imagem. Ao configurar sua imagem a partir de uma concepção maquiavélica, Castilhos deveria ser amado e temido, assim como também pela ótica explicitada na análise de Raoul

Girardet (1987), a partir da qual se pode fazer uma conjecturação da construção do sagrado contra o profano, ou seja, ele representaria o sagrado, e sua oposição o profano, demonstrando a visão maniqueísta engendrada no Rio Grande do Sul. Diversas imagens de Júlio de Castilhos estão espalhadas pelo estado, sejam elas retratos ou bustos.

Todavia, foi a partir da imprensa partidária, os jornais, que se deu o processo de constituição da imagem mítica política no Rio Grande do Sul. Porém, essa construção mítica abrangeu tanto castilhistas quanto gasparistas.

2.4 A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO MÍTICO/POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL

Seguindo a ótica de Bourdieu (1998) O jogo da política de oferta e procura atrai eleitores consumidores. Esse jogo possuiu suas regras próprias e, para jogá-la, é pré-requisito o conhecimento das regras. Para tal, passa a ser necessária a preparação para acumular o “capital político”. Capital esse que é acumulado no decorrer de uma carreira.

Um dos elementos fundamentais para a conquista desse capital está na capacidade de discursar e convencer seus “consumidores”. Nem sempre é necessário fazer tudo aquilo que se promete, mas é necessário, sempre, que os consumidores acreditem que as promessas serão cumpridas.

Outro requisito para a participação no jogo político está nas relações sociais que propiciam o acúmulo de capital político. Para a obtenção desse crédito, é necessária a aquisição do poder simbólico.³⁴

Através do confronto, ressaltam-se as representações dos grupos e indivíduos. No caso do Rio Grande do Sul, essas tensões estão acaloradas durante o período da transição da monarquia para a república. Os grupos lá representados utilizam como mecanismo de luta os discursos expressos nos jornais e livretos, para expressarem

³⁴ “Poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que exerce, um crédito que ele o credita [...]. É um poder que existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe [...], o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação do próprio grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com outros grupos” (BOURDIEU, 1998, p. 188).

seu predomínio. Para tanto, o discurso escrito deve ser claro e objetivo, de fácil compreensão.³⁵

Na busca da construção identitária, os grupos políticos “sempre [que] necessário, quando se trata de afirmar sua legitimidade ou de garantir sua continuidade, apela[m] para o exemplo e para as lições de certo número de ‘grandes ancestrais’ sacralizados pela lenda” (GIRARDET, 1987, p. 78).

Através do apelo ao passado, os liberais/federalistas almejavam a justificar seu retorno ao poder, buscando no heroico passado a luta do povo sul-rio-grandense contra a tirania e os abusos do governo, que usurpava o cidadão de seus direitos mais elementares, como a liberdade de pensamento e o voto. Segundo os liberais/federalistas, as origens políticas do Rio Grande do Sul, desde a laureada Revolução de 1835, eram fruto do liberalismo,³⁶ numa releitura compreendida através do estudo do mito de origem de Girardet (1987).

Por sua vez, os castilhistas também teatralizavam sua releitura dos “heroicos” farroupilhas, arquitetavam uma história em que os republicanos castilhistas seriam os herdeiros legítimos dos farrapos. Assim como os heróis do passado, os castilhistas também lutavam pela implantação do regime republicano.

Vale lembrar que o mito é um personagem do passado, ressignificado no presente, através de uma narrativa histórica, para atender às necessidades contemporâneas. Esse mito pode ser constituído tanto pela direita quanto pela esquerda. O aspecto sagrado do mito pode ser tanto para o lado do bem quanto do mal. E, por vezes, ele pode ser ao mesmo tempo do bem ou do mal, variando de acordo com o interesse de quem o está retratando, ele é poliformo (GIRARDET, 1987). Dessa forma, compreende-se como Gaspar Silveira Martins³⁷ e Júlio de Castilhos podem ser retratados de formas tão diferentes ao mesmo tempo.

³⁵ “É preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão” (CHARTIER, 1991, p. 182).

³⁶ “Através da imprensa, principalmente de artigos vinculados no jornal *A Reforma e Correio do Povo*, os liberais/federalistas construíram um imaginário político favorável a sua causa. Por meio de um constante apelo a mitos e alegorias locais e universais, como o retorno a um passado de glórias da Revolução Farroupilha, o mito do gaúcho, os liberais/federalistas procuravam identificar com a população rio-grandense” (COSTA, 2006, p. 132).

³⁷ “Gaspar Silveira Martins era o chefe do Partido Liberal, do qual fazia parte o jornal *A Reforma*, o que pode explicar o fato de não haver muitas referências a João Nunes da Silva Tavares, uma vez que este fazia parte do Partido Conservador, além de ter dado seu apoio primeiramente ao PRR de Júlio de Castilhos. Já no caso de Gumercindo Saraiva, a situação torna-se mais complicada, uma vez que ele

O mito passa a ser explicado através do imaginário. Assim, a prática do imaginário simplifica o pensamento dos diversos grupos que compõem uma sociedade. No entanto, também na busca de conquista ou consolidação de uma hegemonia política, como no período proposto nesta dissertação, os três anos iniciais da transição da monarquia para a república no Brasil, 1889 a 1892, a ideia de generalizar, ou massificar a representação mítica, era essencial para demonstrar a superioridade de um grupo ante o outro.

No caso do mito, da lenda a ser evidenciada, eram justamente os ancestrais farroupilhas, tanto liberais/federalistas quanto republicanos. Buscava-se interligar esses 'heróis' a sua imagem política/partidária. Marcus Vinícius da Costa (2006), a partir de Bourdieu (1998), afirma que os partidos (ou grupos políticos) bem como as tendências internas "só têm a existência relacional, e seria vão tentar o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes" (COSTA, 2006, p. 118).

O embate político se desenhava favorável aos rumos dos castilhistas. Contudo, mesmo com a ascensão da república, os liberais ainda ficaram esperançosos da manutenção ao poder:

Após a proclamação, os republicanos tiveram um momento de expectativa. O deputado liberal Karl von Koseritz enviou circular para seus correligionários nas colônias de imigrantes alemães, recomendando a manutenção da ordem e respeito pelas novas autoridades constituídas. Através do jornal *A Reforma* sustentaram que o Partido Liberal (PL) era a força política dominante no estado e que, por isso, deveriam ser respeitados, asseguravam que não tinham a intenção restauradora da monarquia. (COSTA, 2006, p. 120).

A ideia da não intenção restauradora é constantemente frisada pelos liberais, destacando não haver preferência pelo regime político estabelecido (monarquia ou república), mas a intenção era de garantir os direitos civis do povo e a luta contra a tirania da ditadura imposta no Rio Grande do Sul através do Castilhismo. O intuito dos liberais/federalistas estava em garantir o direito de liberdade de consciência.

era estrangeiro, nascido no Uruguai. Reforçar a imagem de liderança que não era brasileira abria espaço para as críticas de seus adversários políticos, que os tachavam de separatistas. No que se refere a Saldanha da Gama, a ausência de referências provavelmente deve-se ao fato de ele não possuir inserção suficiente no estado, apesar de ser uma conhecida personalidade dentro da marinha. Mesmo com o passado monarquista, Gaspar Silveira Martins era a figura política melhor qualificada para ser reforçada como o salvador necessário, para estabilizar a situação política em que se encontrava o estado e o país" (ROSSATO, 1999, p. 74).

No campo político, as peculiaridades de administração imposta pelo PRR foram traduzidas na historiografia do Rio Grande do Sul como uma ditadura científica. Franco (2001) pondera que o processo de estabelecimento da ditadura científica do Castilhismo no Rio Grande do Sul seria um caso singular:

O caso do castilhismo e da constituição rio-grandense de 1891 não deixa de ser um caso singular, que desafia o intérprete da História. Em pleno ciclo do liberalismo político, e bem antes de triunfarem no mundo ocidental ideologias autoritárias, vicejou no Rio Grande do Sul uma doutrina hostil à representação parlamentar, e que, embora cultivando declarações libertárias, que afirmavam a necessidade de todas as garantias individuais e de todas as prerrogativas de cidadania, fraudava a básica liberdade do voto e negava representações às minorias. Se por um lado, fazia concessões à democracia direta, por outro, concentrava o poder nas mãos de um presidente ditatorial, que administrava e legislava, que intervinha arbitrariamente nos municípios e que manipulava, ao seu bel-prazer, a polícia jurídica e o ministério público (FRANCO, 2001, p. 24).

No entanto, mesmo com o evidente autoritarismo partidário, o estabelecimento da consolidação republicana no Rio Grande do Sul ocorreu através de um processo de lutas políticas, de idas e vindas de políticos no poder executivo, ora ligados a republicanos, ora ligados à oposição, geralmente do Partido Liberal. Até que Júlio de Castilhos, após um período transitório de seis anos, conseguiu firmar o PRR no poder.

A transição do período monárquico para o republicano foi bastante conturbada, principalmente no Rio Grande do Sul, pois, diferentemente da maior parte do Brasil, ele não consolidou uma hegemonia político-partidária. O estado sul-rio-grandense passou por uma série de golpes e tentativas de golpes, tendo dezoito presidentes nos seis primeiros anos (1889/1895). Todo esse contexto de instabilidade política culminaria na Revolução Federalista, de 1893, que teve seu fim em 1895. Nesse ano, foi eleito Júlio de Castilhos. Porém, considera-se a firmação do PRR no poder a partir de 1898, quando o político passa seu cargo ao também eleito Borges de Medeiros, que iniciou uma série de mandatos como presidente do estado. Como se pode entender, essa estabilidade no poder não havia ocorrido nos anos iniciais do republicanismo no Rio Grande do Sul.

O desejo de Júlio de Castilhos era ter tempo para consolidar as influências do PRR no estado, a ponto de acabar com a oposição, solidificando os ideários positivistas castilhistas, estabelecendo, assim, a hegemonia do PRR no estado. Com

essa hegemonia, o PRR passou, após o conturbado período de estabelecimento da República, a almejar conquistas de influências no poderio partidário local.

A preocupação principal era, neste momento, **estabelecer sua base política de baixo para cima através do controle do poder político local**. Tornava-se indispensável, para fortalecer-se enquanto partido, bem como para iniciar o processo de conquista do aparelho do estado, que os líderes da propaganda, articulada nos clubes republicanos acoplassem o domínio partidário com a dominação política local. (TRINDADE, 1979, p.129, grifo nosso).

É nesse sentido que o município de Taquara do Mundo Novo passou a sofrer maiores interferências do poder estadual. Sendo Taquara do Mundo Novo um reduto de influentes políticos liberais, teve, na sua política local, um bom exemplo de interferência estadual, com a substituição de tradicionais líderes liberais por políticos ligados ao PRR, o que oportunizou uma significativa reestruturação política de ordem regional.

2.5 A COMPOSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA

O Rio Grande do Sul é um caso específico no Brasil, pois é o único estado em que o Partido Republicano teve, de fato, uma oposição forte e estruturada³⁸, a ponto de disputar o poder, seja por meio das urnas, seja por meio de batalhas. Trindade (1979) apresenta a questão da consolidação de forças de republicanas ao poder.

No caso do Rio Grande do Sul, Luís Roberto Targa (1998) aponta para outra peculiaridade, com referência à especificidade naquilo que tange a nova composição política republicana. No restante do Brasil, as oligarquias ligadas ao Partido Liberal converteram-se aos Partidos Republicanos, e permaneceram no poder, já no caso do Rio Grande do Sul essa oligarquia liberal foi expulsa do poder, cabendo a ela o papel de oposição ao novo grupo político predominante no estado, o PRR.

³⁸ “O surgimento e consolidação de uma oposição estável, que não é um fenômeno corrente na maioria dos sistemas políticos, supõem a configuração de outras condições que vão além da mera contradição político-ideológica. Estudos de política comparada têm demonstrado que a oposição somente atinge um certo grau de estabilidade quando a relação de forças, governo versus oposição, não se traduz numa dominação absoluta e esta dispõe de recursos políticos capazes de enfrentar a disposição do governo de domesticá-la ou eliminá-la. Neste sentido, para a oposição manter-se estavelmente, torna-se necessário que o custo político de sua destruição seja superior à necessidade de tolerá-la” (TRINDADE, 1979, p. 120).

A peculiaridade do Rio Grande do Sul, apresentada por Targa (1998), refletiu-se diretamente na formação político-partidária, aqui introduzida desde a consolidação do PRR, em 1882. A política sul-rio-grandense era constituída por duas características básicas. Primeiro, a dicotomia político-partidária, onde se encontram “conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários” (TRINDADE, 1979, p. 119). Segundo, a coexistência de dois partidos, o que acabava por originar uma oposição ao partido dominante, e demonstrava uma característica incomum em relação aos demais estados brasileiros, no período republicano, em que a predominância de um partido acabava por sufocar qualquer forma de oposição.

Essas duas características demonstram uma marcante singularidade nas eleições do Rio Grande do Sul, onde havia um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, em contrapartida aos demais estados da nação, caracterizados pelo predomínio de um único partido na disputa pelo poder.

No processo de instauração republicana brasileira, o Rio Grande do Sul apresentava um partido republicano diminuto em relação à oposição liberal. Como forma de consolidar a ascensão do poder oriunda da proclamação da República, em 1889, os republicanos do PRR

Tendo em vista de destruir a máquina eleitoral dos liberais e consolidaram-se como novos detentores do poder, os republicanos castilhistas nortearam uma atuação com práticas exclusivistas de modo a alijar todos os possíveis adversários. (ALVES, 2002, p. 22).

O engendramento político do PRR apresentou um resultado significativamente satisfatório, fazendo de um projeto ideológico centrado em Júlio de Castilhos um mecanismo forte, já que o PRR conseguia se estabelecer no poder mesmo ante uma oposição majoritária. Assim, apesar de contar com um maior número de eleitores, a oposição ao PRR só adquiriu uma maior evidência e uma maior consolidação a partir da dissidência de três importantes membros do PRR: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria. Juntos, esses dissidentes do PRR e alguns membros dos antigos partidos monárquicos, fundaram, em 1890, a União Nacional³⁹,

³⁹ Dentre os preceitos defendidos pela União Nacional, destacam-se: o direito de liberdade religiosa, criando um regime de tolerância a todas as crenças, único que convém a uma nação civilizada, o que representa também uma busca de abranger grupos de origem teuta que estavam por ampliar sua participação política no Rio Grande do Sul; liberdade civil, garantindo aos cidadãos brasileiros o livre exercício de seus direitos políticos; liberdade política, garantindo-se ao eleitorado a livre escolha de seus representantes ao Congresso Nacional; restauração do regime representativo parlamentar, restringindo tanto quanto possível a ação do poder executivo, de maneira a limitar a influência pessoal

utilizando o jornal liberal *A Reforma* como instrumento de ataques ao Partido Republicano.

Formatou-se, assim, a primeira tentativa de organização política constituída contra o PRR, a União Nacional. Porém, essa efêmera união de grupos políticos (formada em junho de 1890, e com menos de um ano de duração) não constituiu um partido político. Muitas implicações haviam para que houvesse essa constituição partidária, a começar pelas diferenças ideológicas presentes. Nesse grupo, encontravam-se membros do antigo Partido Liberal e do Partido Conservador, oriundos da monarquia, além de dissidentes do PRR. Praticamente o único elemento que unificava esse grupo era o repúdio à política castilhista. Inclusive, não se buscava a integração ideológica.

O fato de se unirem não significava abrir mão dos princípios e das “tradições que cada um continha na sua formação partidária (pré-golpe), pois nenhum partido podia abstrair do seu passado, sem duvidar do seu futuro, nenhum podia-se confessar morto”, apesar de formar uma união eles deviam seguir ‘conservando suas bandeiras e seus fundamentos’ ou seja, as características que o distinguiam. (COSTA, 2006, p. 123).

Através dessa União, os liberais/federais pensavam em disputar a eleição da Assembleia Constituinte Federal de 1891. No entanto, devido ao fraudulento processo eleitoral que se engendrava, resolveram abster-se na referida eleição, e, dessa forma, a União Nacional teve pouca duração. Alguns de seus dissidentes partiram para a formação de um novo partido: o Partido Republicano Federal - PRF, fundado em 23 de abril de 1891, tendo como mecanismo de imprensa o jornal *O Rio Grande*. Nesse mesmo ano, foi marcada a eleição para a Assembleia Constituinte Estadual. A participação dos opositores ao castilhismo nessa eleição consistia em uma questão de honra, para salvar o estado do Rio Grande do Sul das mãos do despotismo castilhista:

Essa eleição era considerada a luta de onde resultaria ‘ou a vitória da liberdade ou a perpetuidade do regime opressor’. Já se postulava aqui a identificação do Castilhismo como regime opressor e começava a se criar **representação** sobre Júlio de Castilhos, como déspota e tirano. Também fica evidente que os liberais entendiam como vital a vitória para a constituinte, pois com essa vitória poderiam garantir uma constituição que convergisse com os postulados do Iluminismo-Liberalismo e que preservassem as liberdades civis, ou públicas, consideradas ameaçadas. (COSTA, 2006, p. 124, grifo nosso).

do chefe do estado; descentralização política e administrativa de modo que se possa realizar em nossa Pátria a república federativa, que é hoje a aspiração do povo brasileiro (ALVES, 2002).

No dia 23 de abril de 1891, com a finalidade de concorrer nessa peculiar eleição, os liberais/federalistas associaram-se aos dissidentes do PRR, e constituíram o PRF. Tal partido, gradativamente, seria comandado pelos liberais/federalistas, e a legenda partidária seria trocada no ano seguinte para Partido Federalista (PF), comandado pelo tribuno Gaspar Silveira Martins, com seu retorno do exílio para o Brasil. Essa amálgama de correntes ideológicas ocorrida no PRR não significava uma unidade entre esses correligionários, e sim a necessidade de participação da eleição constitucional de maio de 1891.

A eleição seguiu com a ampla vitória do PRR⁴⁰, o que levou os liberais/federalistas a acusá-la de fraude eleitoral. Para piorar a situação, Júlio de Castilhos engendrou sozinho a constituição estadual sul-rio-grandense. Isso propiciou muitas manifestações contraditórias à sua proclamação. Liberais/federalistas relatavam que a nova carta constitucional negava as tradições liberais do Rio Grande do Sul. O PRR tinha de ser destruído!

Os anseios do PRF⁴¹ se consolidaram com a crise ocorrida em nível nacional, no final do ano de 1891, que levou à queda de Marechal Deodoro da presidência do Brasil, teve seu reflexo diretamente no governo sul-rio-grandense. O PRF, através de uma junta formada pelo General Manuel Luiz da Rocha Osório, por Assis Brasil e Barros Cassal, toma o poder estadual, no dia 12 de novembro de 1891, iniciando o período conhecido por *governicho*:

O período do *governicho* será politicamente instável e, diante das dificuldades do governo do General Barreto Leite, a quem a junta transmitira o poder, este, sem força para resolver os conflitos nomeia como vice-presidentes Barros Cassal e Araújo Penna. [...] foi estabelecido um plano de retomada do poder pelos republicanos: 'permitiu que Castilhos tomasse o poder com um golpe, renunciando em seguida, de modo a transferir o governo estadual a uma figura neutra para que organizasse uma eleição'. (TRINDADE, 1979, p. 135).

A vigência da constituição sul-rio-grandense de 1891 gerou uma revolta dos opositores ao PRR, e em especial a Júlio de Castilhos, que com a legitimidade constitucional, poderia perpetuar-se no poder, fosse este ele ou um seguidor seu. A

⁴⁰ A chapa do PRR venceu a eleição com uma vantagem estimada em 12134 votos, atingindo cerca de 2/3 dos votos em todo estado. Fonte: *A Federação*, edição nº 114, de 18 de maio de 1891 (p. 1)

⁴¹ "O Partido Republicano Federal propunha-se a 'rever e reformar a Constituição da República, expurgando-a de todas as disposições contrárias ao sistema republicano federal' e a 'dar ao estado do Rio Grande do Sul uma organização constitucional autônoma, de pleno acordo com os princípios fundamentais daquele sistema político'" (ALVES, 2002, p. 28).

principal argumentação da oposição à Constituição Castilhistas era de que ela estava em desacerto com a lei maior, que era a constituição federal. Estavam respaldados nesta constituição, que dizia em seu Art. 6^a §4: “O Governo Federal não poderia intervir em negócios peculiares dos estados, salvo: para assegurar a execução das leis e sentenças”.

Contudo, o governo federal não atendia à solicitação dos manifestantes que, respaldados na própria lei federal, buscaram modificar a constituição sul-riograndense. O objetivo não foi atingido pelos opositoristas, que acabaram revertendo a situação, com a revolução de 8 de novembro. Essa Revolução acabou por derrubar o Presidente da República – Marechal Deodoro da Fonseca –, propiciou um contexto de consternação política, e possibilitou um golpe que derrubou Júlio de Castilhos e o PRR do poder do Rio Grande do Sul, no dia 17 de novembro de 1891.

A oposição golpista, durante o período em que comandou o Rio Grande do Sul, apresentava uma discrepância significativa naquilo que diz respeito aos interesses políticos e ideológicos, a ponto de esta, enquanto no poder, não conseguir manter um governante, senão por um efêmero período. A volta do exílio do principal líder opositor do PRR, Gaspar Silveira Martins, acabou por estremecer os próprios golpistas, que até então estavam de certo modo em consonância no poder:

A situação política do governo provisório se deteriorou com o retorno de Gaspar Martins do exílio em 21 de fevereiro. O tribuno logo drapejou o estandarte da república unitarista e parlamentarista, cindindo o bloco de sustentação reunido pelo Partido Federal. [...]. A 31 de março, entusiasmados com o regresso do líder, os gasparistas fundaram em Bagé o Partido Federalista, independentizando-se dos dissidentes e arrematando-se para a conquista do poder. Em resposta às movimentações gasparistas, Barros Cassal outorgou às pressas uma constituição, em 29 de março de 1892, e postergou mais uma vez a convocação de eleições, com o que pretendia ganhar tempo para expandir a base de sustentação política dos dissidentes, em detrimento dos liberais coligados. (AXT, 2002, p. 14).

O governo golpista buscou edificar-se no poder num momento de complexidade extrema, pois além de combater a forte máquina republicana que estava se articulando para retomar o poder, tinha também de se preocupar com a maior corrente partidária do Rio Grande do Sul, comandada por Gaspar Silveira Martins. Assim, “os dissidentes buscaram afastar as influências dos liberais do governo, virando as costas aos companheiros de oposição e de rebelião da véspera e cujas lideranças ainda eram fundamentais para qualquer mobilização eleitoral” (ALVES, 2002, p. 31).

Buscando estabelecer bases legais para o seu governo, a oposição golpista, no dia 29 de março de 1892, promulgou uma nova constituição, que não apresentou novidades significativas em relação à Constituição Castilhistas, o que a esvaziou, por não apresentar uma reforma substancialmente significativa. Essa nova constituição foi criticada tanto por castilhistas, quanto por gasparistas:

A nova Carta foi ridicularizada, tanto pelos federalistas quanto pelos castilhistas. O texto glosava uma adaptação da Constituição de 14 de Julho, o que expunha igual compromisso com a ideologia positivista e com o centralismo autoritário. No entanto, admitia certas franquias ao garantir alguma faculdade legislativa ao Parlamento. Não obstante, a cerzidura das leis dependeria de um intrincado mecanismo que compartilhava as atribuições legislativas entre os municípios, Poder Executivo e Câmara Estadual dos Deputados, e que dificilmente funcionaria sem conflitos. (AXT, 2002, p. 14)

Pouco mais de seis meses depois, em 17 de junho de 1892, Júlio de Castilhos, apoiado pelo Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, aplicou um contragolpe, e derrubou os opositoristas do poder. Assim, restabeleceu a constituição de 14 de julho de 1891, e retomou ao poder, depondo o governo opositorista golpista. No ano seguinte, assumiu a Presidência do estado através do voto.⁴²

Após a crise instaurada com o *governicho*, novas articulações políticas foram estabelecidas, com a finalidade de se reestruturar a oposição no Rio Grande do Sul. Nesse contexto de rearticulações políticas, Gaspar Silveira Martins foi um personagem marcante, pois a corrente federalista que Gaspar liderava tornou seu aspecto mais contundente em oposição ao PRR. Silveira Martins defendia o parlamentarismo, em oposição ao presidencialismo (centralizador de poder) pregado pelo PRR, inclusive por alguns membros do PRF, o que acabou por afetar a unidade desse partido, e originar um novo: o Partido Federalista.⁴³ O novo partido organiza-se

⁴² “A máquina Castilhistas controlava o Executivo, o Legislativo, os governos municipais e a organização policial do estado. Os gasparistas, porém, [...] tinham sido apenas desalojados, não destruídos e nenhum dos lados duvidava de que uma luta sangrenta estava prestes a acontecer” (TRINDADE, 1979, p. 135).

⁴³ Dentre as metas do Partido Federalista pode-se destacar: a substituição da Constituição comtista do estado por uma constituição republicana representativa, modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de quatro anos, por distritos eleitorais; iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem exclusivamente a esta; autonomia municipal; poder judiciário de Estado e não de partido; liberdade de imprensa (ALVES, 2002).

apenas um mês após o retorno de seu líder do exílio, no Congresso de Bagé, em 31 de março de 1892 e,

diferentemente do Partido Republicano Federal, o Partido Federalista, [...] não significou um agrupamento efêmero; permaneceria em cena durante três décadas [...], a principal meta consistia em introduzir um regime parlamentar (em contraste com o regime presidencial em vigor), sendo o chefe do estado eleito pelo Parlamento [...], se o novo partido perdia muitos adeptos potenciais que se recusavam a aceitar a supremacia de Silveira Martins, em compensação ganhava mais coesão e unidade de propósito. (TRINDADE, 1979, p. 140).

Assim foi caracterizada a ordem bipartidária estabelecida: republicanos defendendo o poder centralizado do presidencialismo; federalistas defendendo a descentralização de poderes e o parlamentarismo.⁴⁴ Apesar de divergências, algo em comum há entre essas duas correntes políticas: a força da ideologia política defendida. Essa força ideológica marca uma série de conflitos ocorridos em três décadas, no Rio Grande do Sul, numa disputa marcada por fraudes eleitorais e vidas perdidas nas revoltas, aspectos que caracterizaram muitas das eleições nesse período.

Serão evidenciados esses fatos em Taquara do Mundo Novo, onde os conflitos entre liberais e republicanos causaram uma série de disputas internas levadas à esfera estadual, a ponto de o governo sul-rio-grandense acabar intervindo. Enfraqueceu-se o grupo liberal de uma maneira que praticamente impossibilitou a volta desse grupo ao poder.

No próximo capítulo, tratar-se-á da eleição da constituinte estadual de 1891. Com isso, serão analisados o processo eleitoral e a repercussão do mesmo na imprensa partidária – jornais ligados tanto aos castilhistas quanto aos gasparistas que demonstravam o processo pré-eleitoral e pós-eleitoral. A análise culminará com o termo da constituição, em 14 de julho de 1891, e as suas imediatas consequências e repercussões ante a sociedade sul-rio-grandense.

⁴⁴ Chama-se atenção ao fato de que as ideias de centralização do poder ou fragmentação do poder estão em pauta de discussão na política brasileira desde o período imperial, quando “se existiu algum aspecto político onde se possa apontar claramente as diferenças entre liberais e conservadores, é sem dúvidas a defesa intransigente dos últimos a centralização político administrativa” (CARNEIRO, 2000, p. 46). Assim, os conservadores, que vieram a se tornar republicanos, continuaram no discurso a defender a centralização do poder em contrapartida à fragmentação do poder e o parlamentarismo defendido pelos liberais.

3. OS DEBATES NOS JORNAIS DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DA ELEIÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1891

3.1 A IMPRENSA PARTIDÁRIA COMO MEIO DE COOPTAÇÃO POLÍTICA

Os jornais se constituem como uma excelente fonte para o trabalho do historiador que, acima de tudo, deve buscar compreender essa fonte para melhor interpretá-la. Assim, muitas pesquisas utilizam-nos como fonte primordial na busca do resgate histórico. Todavia, o emprego de jornais para pesquisa e análise histórica requer alguns métodos específicos em sua elaboração:

Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).

Além de se considerar a subjetividade do historiador ao se analisar os fatos impressos nos jornais, salienta-se, também, que:

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais”. No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, “o que o jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado”. Então, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir. (OLIVEIRA, 2011, p. 126-127).

Considera-se o papel do jornal no período retratado nessa dissertação (1882 a 1892), como um aporte da luta pelo poder⁴⁵, através de aspectos simbólicos engendrados, tanto pelos liberais/federalistas – principalmente a partir do jornal *A Reforma* – quanto pelos republicanos (com destaque para o jornal *A Federação*), na busca de justificar suas reivindicações e alcançar uma abrangência maior perante a sociedade. O jornalismo expresso era, essencialmente, de teor partidário e opinativo,

⁴⁵ Sobre o estudo da influência partidária nos jornais no Rio Grande do Sul, sugere-se a leitura de:
- RÜDIGER, 1993.
- HOLFELDT et RAUSCH, 2006.

não apresentando muito espaço para questões informativas. Através de áspers editoriais, buscava-se a cooptar adeptos partidários. Conforme Francisco Rüdiger, “o fortalecimento da vida partidária permitiu aos políticos transformar o jornalismo numa militância objetiva, que se tornava meio de formação doutrinária da opinião pública” (RÜDIGER, 2003, p. 36).

Ainda, segundo retratam Antônio Holfeldt e Fábio Rausch (2006), apesar do apelo político-partidário, os diversos jornais existentes no Rio Grande do Sul⁴⁶ acabavam por um processo de cooptação de leitores; ou, no caso da imprensa partidária, conforme já se referiu a Bourdieu (1998), há busca por novos clientes:

O que se observa, portanto, é um deslocamento de acentuação, do emissor - um determinado tipógrafo resolve editar um jornal; ou um determinado partido político - para o receptor: mesmo os jornais partidários devem atender a determinadas demandas de seu público, além de divulgarem seus princípios ideológicos. Os jornais vinculados às novas comunidades étnicas - alemães e italianos, principalmente - e aqueles dirigidos ao leitor mais segmentado, seja o intelectual ou a jovem senhora de família, além dos jornais operários, nada mais fazem que enfatizar essa nova perspectiva. É *para e com* o receptor que os novos editores e proprietários de publicações se dirigem e se preocupam. (HOHLFELDT e RAUSCH, 2006, p. 05).

Desse modo, os liberais/federalistas procuravam marcar sua posição no novo momento político. Afirmavam sua singularidade apresentando-se como a força política mais significativa do estado. Tal discurso apelava para o passado político recente, a partir do qual o Partido Liberal era preponderante para a tradição no Rio Grande do Sul (COSTA, 2006).

Com o advento da República, as críticas à forma de governo passaram a ser feitas pelos liberais. A principal crítica realizada pelos antecessores do poder no Rio Grande do Sul estava na incapacidade de o regime republicano administrar de forma coesa o estado, não apresentando estabilidade política. Muitos queriam o poder, e esta disputa causava a fragilidade política para o estado, pois o mesmo não conseguia estabelecer alguém no comando de forma real, oportunizando dissidências e fragilização no poder.

Por sua vez, os republicanos apresentavam seus opositores como um grande perigo à República, restauradores, defensores da monarquia, inimigos do progresso.

⁴⁶ Existia uma diversidade de jornais no interior, Holfeldt e Rausch (2004, p. 7) destacam que mais de 60 municípios do Rio Grande do Sul, a partir de 1850, já possuíam jornais. Isso representava, praticamente, um veículo de comunicação por município no Rio Grande do Sul no século XIX. Mas, de um modo geral, eles seguiam a tendência político-partidária dos influentes jornais de nível estadual.

Para os republicanos, então minoria, a imprensa serviu como a possibilidade de aumentar simpatizantes às causas republicanas. Seu caráter ofensivo ao Império, justificando o atraso existente no Brasil e no Rio Grande do Sul, devido à ultrapassada forma de governo monárquica, teve uma boa aceitação, principalmente nas localidades que estavam passando pelo processo de urbanização. Os liberais defenderam o império até a sua desagregação (1889).

Salienta-se que o fato de destacar o confronto de editoriais de jornais tem o objetivo de ratificar que esse constante combate dos editoriais buscava à obtenção, à constituição de uma imagem que angariasse membros, simpatizantes ao partido. O que remete à lembrança de Bourdieu (1998), quando o autor descreve o ato político como um jogo em que os políticos buscam agradar aos “consumidores”, para que os mesmos lhe dessem sustentação no poder.

A imprensa foi utilizada neste período como forma de ideologização da sociedade sul-rio-grandense⁴⁷, com o intuito de estabelecer uma nova ordem social. Isso ocorreu, em especial, com o advento da República, quando os políticos ligados ao PRR liderados por Júlio de Castilhos, promoveram uma busca pela inversão da ordem do poder no estado.

3.2 OS ACIRRADOS DEBATES NO CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE

O regime republicano já estava prestes a completar um ano de governo, sem possuir o seu instrumento primordial para sua legalidade: uma constituição. O governo provisório se arrastava, sendo alvo de críticas de monarquistas e republicanos de diversas tendências, especialmente dos republicanos liberais – reduto dos

⁴⁷ Segundo a análise de Holfeldt e Rausch (2006), os estudos sobre a imprensa no Rio Grande do Sul e seus aspectos de abrangência social e política possuem como destaque o trabalho dos respectivos historiadores: Francisco Rüdiger, Elvo Clemente; Jandira M. M. da Silva e Eni Barbosa e Sérgio da Costa Franco. Contudo, “dentre três historiadores que sugerem periodizações para o estudo da imprensa sul-rio-grandense, nenhum atinge plenamente seus objetivos. Francisco Rüdiger (1993) fala em dois grandes regimes jornalísticos, o político e o informativo, mas termina trabalhando subperíodos que alcançam, em última análise, cinco diferentes momentos. Elvo Clemente, Jandira M. M. da Silva e Eni Barbosa (1986) mencionam três fases, a inicial, a da consolidação e a moderna, mas igualmente subdividem algumas delas em outras subfases. Esses dois trabalhos, além do mais, tomam como referências datas que pouco ou nada têm a ver com a própria história da imprensa, em sentido estrito. Resta o trabalho curto, mas bem mais abalizado, de Sérgio da Costa Franco (2000), que, além de se valer de datas efetivamente vinculadas à história e à evolução da imprensa, não subdivide sua periodização em nenhuma subfase, justamente porque seus referenciais são mais objetivos” (HOHLFELDT e RAUSCH, 2006, p. 02).

cafeicultores paulistas –, que almejavam alcançar o poder executivo nacional. Devido a essas críticas, o governo provisório de Mal. Deodoro da Fonseca, através do Decreto Federal nº 510 de 22 de junho de 1890, convocou as eleições da Assembleia Constituinte Federal para 15 de setembro de 1890.

No caso do Rio Grande do Sul, o PRR concorreu com sua chapa de maneira solitária, uma vez que a oposição representada pela União Nacional abriu mão de concorrer para a referida constituição, alegando a impossibilidade de concorrer num processo eleitoral fraudulento, ou que, independentemente dos resultados das urnas, o PRR seria aclamado vencedor.

Mesmo com a desistência de participar na eleição, a União Nacional questionava o fato de o PRR se dizer a voz do Rio Grande do Sul na Assembleia Constituinte Nacional. Em resposta a essas acusações, o PRR, através do jornal *A Federação*, na edição nº 60 de 12 de março de 1891 (p. 1), rebate as acusações:

Qualificando de ‘impostos a opinião rio-grandense’, os deputados e senadores deste estado, cuja eleição considera uma farsa, *A Reforma* pretende que tenhamos abandonado os princípios que sempre nos serviram de guia, para cortejar reverentes o poder, em obediência a inspirações subalternas.

Marcada a eleição dos representantes para o dia 15 de novembro do ano passado, os nossos adversários fugiam covardemente das urnas, na plena convicção da derrota infalível.

Hoje consideram ‘impostos a opinião’ os representantes eleitos; mas no momento oportuno de evitar a imposição, de impedir a fraude do direito de sufrágio, recolheram-se cômoda e sorrateiramente, para mais tarde tentarem embaiar a credulidade dos incautos.

Eleito deputado constituinte, Júlio de Castilhos, apesar de não obter significativas vitórias em seus projetos⁴⁸, se destacou como um hábil político,

⁴⁸ “Na Constituinte Federal, Castilhos alcançou destaque, muito embora a maior parte de suas proposições não chegassem a ser aprovadas. O PRR atuou de forma bastante coesa, distinguindo-se por isso das demais bancadas. Na chamada ‘Comissão dos 21’, Castilhos viu suas emendas de ‘orientação ultrafederalista’ rejeitadas, ainda que por diminuta margem de votos. Castilhos tencionava eliminar o que considerava o vício da superposição de tributos nas instâncias provinciais e federal, limitando a capacidade fiscal da União e ampliando a regional. Fracassou também quando propôs autonomia total aos estados para decretarem seus códigos civis, criminais e comerciais. Igualmente sem sucesso foi seu projeto de extinguir o Senado. Opôs-se ao sistema adotado pela “Comissão dos 21” de eleição do primeiro magistrado, que amalgamava a diversidade do eleitorado de cada unidade federada num voto único, após eleição direta em cada uma, mas votou vitorioso na emenda que mais tarde estatuiu o voto direto. Defendeu, finalmente, o voto aos analfabetos e a elegibilidade dos religiosos. Derrotado em quase tudo, Castilhos conseguiu, entretanto, fazer passar emendas que preconizavam o princípio positivista da liberdade de profissões e garantiam certa autonomia aos estados na elaboração de suas cartas magnas e dos códigos de processo – penal, civil e comercial” (AXT, 2002, p. 8).

apresentando-se para o cenário nacional como um dos principais líderes republicanos do final do século XIX.

Mesmo sem iniciar os trabalhos na Assembleia Constituinte Nacional – que só se começaram em 4 de novembro de 1890 –, o governo provisório, em 4 de outubro de 1890, pelo Decreto Federal nº 802, determinou aos estados a convocação de assembleias constituintes, que deveriam responder pela organização institucional das unidades federadas, e eleger indiretamente seus governantes.

Mesmo com o decreto federal ordenando a realização de constituintes estaduais, o PRR procurou postergar ao máximo a elaboração de uma constituição estadual (Alves, 2002). No entanto, devido às intensas críticas da opinião pública, o presidente do estado, Fernando Abbott, em 16 de março, publicou o Ato nº 192, pelo qual se providenciava sobre as eleições e a composição do futuro congresso, cuja instalação fora prevista para 25 de junho. O regulamento eleitoral foi o mesmo da constituinte federal, com a responsabilidade de alistamento, formação de mesas e escrutínio a cargo das intendências e câmaras municipais. O voto continuou sendo em lista fechada, com 48 componentes, o que impossibilitava a participação eleitoral das minorias.

Em 16 de abril, o PRR realizou uma consulta prévia entre 48 pré-candidatos, e formou uma chapa única, com o apoio do Centro Católico. A lista dos candidatos do PRR foi apresentada ao povo sul-rio-grandense na edição nº 90 de 17 de abril de 1891 (p. 1) do jornal *A Federação*, que em seu editorial apresentou uma enfática defesa sobre a acusação da oposição de tirania do governo, alegando que o governo se impôs através da revolução que retirou um déspota do poder. Mas *A Federação* pregava aos seus correligionários um governo legal e constitucional. Constituição essa que estava em evidência com as eleições de 5 de maio, que se aproximavam.

Se a oposição ao PRR se absteve na eleição da constituinte nacional, o mesmo não aconteceu na constituinte estadual. Em 23 de abril de 1891, com a finalidade de concorrer nessa eleição, a oposição capitaneada pelos liberais/federalistas⁴⁹

⁴⁹ O jornal federalista *Echo do Sul*, editado em Bagé, no momento pré-eleitoral, realizou uma série de repreensões a Júlio de Castilhos, acusando-o de ser um falso positivista, e fez uma elevada crítica ao referido político, por esse considerar que somente quem morava no Rio grande do Sul poderia ser apto a participar de eleições no estado, numa clara insinuação à situação de Gaspar Silveira Martins, que vivia exilado no Uruguai nesse momento, mas, mesmo assim, participou da eleição para assembleia constituinte de 1891, fazendo parte da lista dos 48 candidatos do PRF na eleição constitucional.

associou-se aos dissidentes do PRR⁵⁰, e fundou o PRF. Essa amálgama de correntes ideológicas ocorrida no PRF não significava uma unidade entre esses correligionários, e sim a necessidade de participação da eleição constitucional de maio de 1891.

O projeto constitucional foi publicado no dia 25 de abril, e as eleições marcadas para o dia 05 de maio. Essa eleição foi marcada por uma série de acusações de fraude, e teve como resultado final uma já esperada vitória do PRR, que venceu recebendo, praticamente, dois terços dos votos, somando uma vantagem estimada em 12.134 votos, conforme resultado difundido e festejado no jornal *A Federação* na edição nº 114 de 18 de maio de 1891 (p. 01).

Apesar da expressiva vantagem atingida, o momento de escrutínio dos votos foi de muita tensão e especulação na sociedade sul-rio-grandense. Os principais meios de comunicação políticos: *A Federação* e *A Reforma* noticiavam uma significativa vitória no dia posterior à eleição.

Ambos partidos se consideravam vitoriosos, mas *A Reforma* insistia que a vitória do PRF foi digna, apesar das várias tentativas de fraudes eleitorais. Em contrapartida, *A Federação*, na edição nº 106 de 6 de maio de 1891 (p. 01) fala de uma “eleição limpa e leal. O brioso eleitorado confirmou a sentença contra Demétrio e Antão que não representavam mais o Rio Grande: Viva a República”. Ainda se defende do ataque da oposição, que denunciou, em *A Reforma*, a ameaça de políticos ligados PRR aos eleitores de Dom Pedrito, no dia anterior à eleição, 4 de maio. *A Federação* desmentiu esses fatos.

O embate midiático entre o PRR e o PRF intensificou-se enquanto eram divulgados os primeiros resultados da eleição. Na edição nº 107 (p. 01), de 8 de maio de 1891, *A Federação* atacou novamente o PRF e o editorial de *A Reforma*, dizendo:

Humilhados pela mais tremenda derrota, os adversários do Partido Republicano continuam a anunciar espetaculosamente nos seus jornais uma vitória fantástica. Afrontando a positiva verdade dos fatos com uma desfaçatez que assombra.

Nessa mesma edição, na página 02, rebate-se que a crítica de um telegrama ameaçador, em Porto Alegre, para a votação em prol do PRR é falsa, pois muitos

⁵⁰ A partir da edição nº 67 de 19 de março de 1891 (p. 1), o jornal *A Federação* passou a fazer várias matérias de repúdio aos dissidentes Demétrio Ribeiro e Barros Cassal: “Os dissidentes Demétrio Ribeiro e Barros Cassal foram anteontem à Pintada onde tiveram uma recepção deplorável”. Nessa recepção, estavam presentes apenas seis pessoas.

funcionários públicos, principalmente os da ferrovia, votaram contra o PRR: “isso foi uma característica do cinismo e falta de hombridade da oposição”.

No contexto da apuração eleitoral no decorrer do mês de maio, *A Federação* rebatia a acusação de todas as fraudes eleitorais apontadas pelos opositores. Defendia-se, partindo para o ataque dos opositores, dizendo que a praxe de fraudes eleitorais estava em desuso na república, em contrapartida ao império, em que os Silva Tavares, fraudulentamente, se estabeleceram no poder. Rebate-se, também, Demétrio Ribeiro, que é considerado um traidor, que “se vendeu por um prato de lentilhas”.

A respeito da acusação de coação do governo ante aos eleitores, O PRR se defendia atacando. Através do editorial da edição nº 111, de 14 de maio de 1891 (p. 01), usou-se o exemplo de Taquara do Mundo Novo – onde se estimava que trezentos homens armados ligados ao PRF circularam próximos a zonas eleitorais⁵¹ –, e São João do Montenegro, retratando a existência, sim, de coação, mas por parte dos coligados do PRF. Isso, além do assalto das urnas da vila de Bento Gonçalves, em que os votos foram anulados. Na cidade de Lavras, o PRR prometeu recorrer do resultado, devido ao fato de a eleição ser viciada pelos opositores, que ameaçavam fortemente armado os eleitores.

Depois de duas semanas de intensos debates e acusações de fraudes eleitorais por parte do PRR e do PRF, chegou-se ao escrutínio final, apontando para o já esperado resultado da vitória do PRR. Contudo, mesmo com essa vitória esperada –, fruto de um forte processo de cooptação e uso da máquina pública administrativa – o PRR não obteve pleno sucesso no pleito, sendo derrotado, em alguns casos, de maneira acachapante, inclusive, em alguns municípios ou localidades interioranas.⁵²

Em de 18 de maio de 1891, na edição nº. 114 (p. 1), *A Federação* apresentou os últimos resultados baseados em telegramas recebidos e no jornal de oposição *A Reforma* nas localidades em que não houve comunicações de representantes locais do jornal *A Federação*. Na referida edição, propalou-se a “grande vitória” do povo sul-

⁵¹ Esta estimativa feita pelo jornal *A Federação* foi baseada em telegramas recebidos por partidários do PRR, que denunciaram essa coação. Contudo, considera-se um exagero tal número de representantes armados (trezentos), sendo estimado o universo de quinhentos votantes para o município, sugerindo a imagem de que praticamente todos os votantes do PRF eram “jagunços” de Gaspar Silveira Martins.

⁵² O caso mais expressivo de derrota do PRR se deu na localidade de Feliz – localidade essa que originou o atual município de Feliz – onde PRF fez 90% dos votos.

rio-grandense sobre a tirania⁵³. Mesmo nessa exaltada vitória, nas entrelinhas dos resultados, foi possível destacar derrotas do PRR em dez municípios e mais duas localidades interioranas, sem nenhuma justificativa, ou acusação de fraudes sofridas, *A Federação* apresentou a diferença de votos nas derrotas do PRR, conforme tabela a seguir:

Tabela 2: Municípios onde o PRR perdeu nas eleições de 1891.

Municípios	Diferença de votos em prol da oposição
Bagé	458
Alegrete	450
São Lourenço	128
Cacimbinhas	57
Dom Pedrito	250
Caçapava	136
Santa Cruz	25
Viamão	18
Lavras	43
Taquara*	353
* Município que não enviou telegrama informando o resultado ao jornal <i>A Federação</i> .	

Fonte: O Autor (2014).

O PRR também sofreu derrotas nos distritos, ou nas localidades de:

Tabela 3: Localidades de origem germânica, onde o PRR perdeu nas eleições de 1891.

Localidades	Diferença de votos em prol da oposição
Três Forquilhas	3 (70 X 67)
Feliz**	49 (55 a 6)
** Maior derrota percentual do PRR em todo o estado.	

Fonte: O Autor (2014).

⁵³ Os editoriais dos jornais, destacadamente *A Federação* e *A Reforma*, tinham uma influência fundamental para a constituição da opinião pública sul-rio-grandense, e, dentro dessa formação de opinião, estava escancaradamente evidenciado o maniqueísmo político, numa representação entre o bem e o mal. Conforme Girardet (1987), pode-se fazer uma conjecturação da construção do sagrado contra o profano, ou seja, o PRR, através do jornal *A Federação* representaria Júlio de Castilhos como o sagrado e sua oposição como o profano.

Destaca-se, ainda, a reviravolta que o PRR obteve em São Sebastião do Cahy, onde a oposição, conforme a edição 105 (p. 01) de *A Federação*, levava vantagem de 95 votos até as contagens do dia 6 de maio, tendo uma reviravolta com a vitória do PRR, por mais de 618 na última contagem, publicada no jornal em 18 de maio.

Depois de aclamada a vitória da chapa do PRR, os trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual começaram, em 17 de junho de 1891⁵⁴. *A Federação* apresentou, gradativamente, trechos da nova constituição que estavam sendo debatidos na assembleia constitucional. Em resposta *A Federação*, que sempre exaltava as discussões da assembleia constituinte, o jornal *A Reforma* rebatia, pontualmente, cada nova proposta de artigo sugerido para a constituição.

Em 6 de julho, na edição 153 (p.01), *A Reforma* abordou em seus editoriais críticas à ditadura castilhista a possibilidade de reeleição, destacando que outros países como Suíça, Argentina, França e o próprio Brasil, proibiram na sua constituição a reeleição, fato que tornaria a própria constituição sul-rio-grandense “inconstitucional” ante a desobediência da constituição maior, a federal. As críticas foram, ainda, reiteradas, salientando que até os Estados Unidos, onde a reeleição é permitida, constitucionalmente, a sociedade discutia sua eficácia.

Dessa data em diante, *A Reforma*, além de reiteradamente lembrar a fraudulenta eleição de maio, passou, diariamente, até 12 de julho, a fazer editoriais rebatendo as propostas constitucionais que, cronologicamente, acompanharam o seguinte roteiro:

- 7 de julho (edição 154, p.01): nesse dia abordou-se a questão da reeleição;
- 8 de julho (edição 155, p.01): críticas a não eleição e indicação do vice;
- 9 de julho (edição 156, p.01): responsabilidade do ensino público (liberdade de pensar), obrigar o ensino;
- 10 de julho (edição 157, p.01): crítica à escolha autoritária do juiz de comarca, que outrora era eleito;
- 11 de julho (edição 158, p.01): nomeação e não eleição do intendente;

⁵⁴ A primeira sessão preparatória ocorreu no dia 17 de junho e “a instalação definitiva dos trabalhos no dia 25 de junho de 1891. A Constituição gaúcha nascia sob o pálio da intransigência e da exclusão, fechando-se ao diálogo franco sob a miragem do consenso e da unidade. O PRR legislava sozinho, a partir de um anteprojeto elaborado exclusivamente por Júlio de Castilhos e apresentado pelo Governador em exercício, Fernando Abbott. Com efeito, em 19 de dezembro daquele ano, Assis Brasil divulgaria um manifesto declarando não ter contribuído para a concepção do projeto, do qual tampouco participara Ramiro Barcellos, que se achava por esta época no Rio de Janeiro” (AXT, 2002, p, 10).

- 12 de julho (edição 159, p.01): conclusão dos editoriais, criticando a Constituição Castilhista.

Entre os dias 14 a 16 de julho, *A Reforma* não circulou, mas retornou em 17 de julho. No editorial desse dia, edição 160 (p.01), ocorreram fortes críticas a escolha da data de promulgação da Constituição do Rio Grande do Sul, o dia 14 de julho. É a data em que se comemorava a saudada Revolução Francesa, que era o símbolo dos ideais políticos de liberdade, sendo esses ideais a plataforma política dos federalistas. Inclusive, a ideia do profano *versus* o sagrado de Girardet (1987) é usada, neste momento, pelos federalistas, sendo eles considerados verdadeiros herdeiros do espírito libertário da Revolução Francesa, em contrapartida a Júlio de Castilhos, que seria a verdadeira continuação da política do déspota Luís XIV, sendo o político sul-rio-grandense o digno herdeiro da célebre máxima “o Estado sou eu”. Máxima e crítica, retomada nos editoriais de *A Reforma* em 3 de novembro.

Enquanto os federalistas criticavam de forma veemente a nova constituição sul-rio-grandense, através do *A Reforma*, os castilhistas exaltavam sua concepção, sobretudo através dos editoriais de *A Federação*. Este anunciou o término da constituição – qualificada como “a mais sábia que existe” – para o dia 14 de julho, quando, mesmo sendo feriado, destacou-se nas editorias da edição nº. 159 (p. 01) de 13 de julho que, “ficou resolvido unanimemente o funcionamento do congresso no dia 14 de julho. Eis a ordem do dia anunciado para amanhã: Revisão da redação e promulgação da constituição e eleição do presidente do Estado”.

Em continuação relativa às comemorações da promulgação da constituição, exaltou-se, também, no editorial da edição nº 160, de 14 de julho de 1891 (p. 01), a posse do ilustríssimo filho do Rio Grande do Sul, o Dr. Júlio de Castilhos⁵⁵:

⁵⁵ Contudo, apesar da laureada posse de Júlio de Castilhos, há de se destacar que esse aspecto festivo, destacado pela *A Federação* esconde uma série de críticas a Júlio de Castilhos e a própria formatação da constituição sul-rio-grandense, onde no decorrer da assembleia constituinte “os debates foram céleres. A apresentação de emendas se iniciou no dia 11 de julho e a promulgação se deu no dia 14 de julho, em sessão solene que também elegeu indiretamente Castilhos Governador do Estado. Foram poucas as emendas e escassas as vozes dissonantes que se elevaram. Surgiram críticas à liberdade de profissões e à proibição de não rio-grandenses de se candidatarem a curral presidencial. Outras se dirigiram ao método de reeleição e à falta de autonomia dos poderes consignada no projeto. *A Reforma* fiscal, que previa a substituição dos impostos de exportação e de transmissão de propriedade pelo territorial, foi bombardeada, indicando que o tema estava longe do consenso, mesmo entre os mais fiéis republicanos castilhistas. A extinção do júri, a inexigibilidade de diploma de bacharel para exercício da Magistratura e a eleição dos juízes distritais pelo sufrágio popular, propostas por Castilhos, foram hostilizadas e derrubadas, indicando uma reação da Magistratura togada ao projeto castilhista. Na

Empossado ontem no alto cargo de presidente do Estado, o Dr. Júlio de Castilhos, eleito unanimemente pelo congresso constituinte, que confirmou desse modo o voto espontâneo da opinião livre, sensata e digna do Rio Grande do Sul.

Terminou assim entre nós a administração do derradeiro delegado da ditadura revolucionária inaugurada a 15 de novembro de 1889.

O Dr. Fernando Abbot assumiu as rédeas da governação na quadra talvez mais difícil que hemos atravessado.

No dia posterior a posse de Júlio de Castilhos, em 15 de julho de 1891, *A Federação*, em sua edição nº 161, dedicou não só o editorial, mas todo jornal à eleição do líder do PRR, destacando sua história, apresentando cartas e telegramas publicados, vindos de todas as partes do Rio Grande do Sul, que exaltavam o “grande” líder.

Júlio de Castilhos foi, então, o primeiro presidente do estado do Rio Grande do Sul eleito, mesmo que tenha sido, indiretamente, pela assembleia constituinte. Ao tomar posse da presidência estadual, afastou-se oficialmente de *A Federação*, sendo substituído por Alfredo Varella.

O governo castilhista principiava, assim, sua ditadura constitucional. Contudo, fortes abalos em âmbito nacional e estadual causaram uma ruptura no projeto castilhista, interrompendo o governo do PRR após pouco mais de meio ano de governo. A oposição organizou um golpe e pôs fim, momentaneamente, ao governo do PRR. Sendo esse momento saudado fervorosamente pelos jornais de oposição ao PRR.

3.3 A REPERCUSSÃO DO *GOVERNICO* NA IMPRENSA FEDERALISTA

A crise ocorrida em nível nacional, com a tentativa fracassada de golpe do presidente Marechal Deodoro, que tentou dissolver o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, trouxe intensos reflexos para o governo castilhista.⁵⁶ Júlio de Castilhos estava numa situação complicada: apoiar um golpe do governo federal poderia intensificar ainda mais as pretensões da oposição de tomar o poder no Rio

votação final, salvo algumas alterações, o projeto original permaneceu praticamente íntegro” (AXT, 2002, p. 11).

⁵⁶ Sugere-se para um aprofundamento da compreensão do contexto do *governico* e suas implicações a leitura de:

- AXT, 2002.

- ALVES, 1999. p. 59-97.

- ALVES, 2002.

Grande do Sul, por acusá-lo de ser defensor – e propenso também – de um governo golpista; por outro lado, dependia do apoio do governo federal para a manutenção de seu governo ditatorial no estado.

Apesar de uma aparente contrariedade de Júlio de Castilhos ao golpe de Marechal Deodoro, a oposição ao presidente do estado foi bastante contundente e ágil. Já no dia 4 de novembro, ocorreram agitações em Viamão. Em Rio Grande e Bagé, o exército se insubordinou. Em 11 de novembro, Júlio de Castilhos, numa tentativa de clarear o seu posicionamento a respeito da tentativa de golpe do presidente marechal Deodoro, promoveu reunião com um grupo de deputados para enfatizar a posição contrária ao golpe do presidente do Brasil.

Contudo, a ação foi em vão. Na manhã do dia 12 de novembro, uma manifestação que iniciou na Praça da Alfândega dirigiu-se até a Praça da Matriz, onde Júlio de Castilhos recebeu um documento pedindo a sua renúncia. Estava, desse modo, articulada a deposição – determinada em 17 de novembro de seu primeiro mandato na presidência estadual, e iniciado o período que entrou para história com a alcunha de *governicho*.

Após a deposição de Júlio de Castilhos:

Foi proclamada uma junta governativa, composta pelo General Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil. A cúpula, entretanto, andava em descompasso com o segmento gasparista, que sustentara o movimento de deposição de Castilhos. A 18 de novembro, assediados por Antunes Maciel, que desejava um posto na Junta, Assis Brasil e Barros Cassal, sob a desculpa de conferir melhor organicidade ao governo, entregaram seus postos ao General Domingos Barreto Leite, embargando desse modo o açodamento liberal. (AXT, 2002, p. 12).

O jornal *Nacional*, de Pelotas – vinculado ao jornal *A Reforma*, do tribuno Gaspar Silveira Martins – comemorou em seus editoriais o novo momento que o Rio Grande do Sul vivenciava, com o declínio da tirania do poder e o fim da desprezível constituição de 1891. Do dia 2 de janeiro de 1892 até o dia 13 do mesmo mês, todos os editoriais reforçaram a convocação para o alistamento eleitoral para a nova Assembleia Constituinte Estadual. Muitos desses editoriais foram compilados de *A Reforma*.

Mesmo ainda exilado, Gaspar Silveira Martins, em carta enviada *A Reforma*, e reprisada no *Nacional*, na sua edição nº. 5 (p. 02), de 9 de janeiro de 1892, lamentava

a morte de Dom Pedro II, segundo ele, “um compatriota exilado”, mas saudava o governo de Mal. Floriano, que:

Reconhece boas qualidades no governo de Mal. Floriano Peixoto, julgando preciso dar-lhe toda a força. Conserva suas antigas opiniões sobre o exército e as escolas militares que entendem não devem intervir na administração pública.

Ressalta-se que na Europa os exércitos não intervinham na ordem pública. Porém, Gaspar Silveira Martins buscava evitar qualquer insinuação de ser restaurador, pois essa era a grande questão nevrálgica da crítica dos políticos oriundos do antigo do Partido Liberal.⁵⁷

Outro fragmento, encontrado na referida edição de 9 de janeiro (p. 02), foi a proposta de fim do agenciamento de vinda de imigrantes para o estado do Rio Grande do Sul:

O senhor Dr. Antão de Faria Ministro da Agricultura vai reduzir consideravelmente a despesa feita com o serviço de colonização do Estado. Será reduzido o pessoal empregado e suprimidas várias despesas, o que importa na economia de oitocentos contos.

No entanto, tal redução de custo para o incentivo da imigração não trouxe nenhum evidente reflexo à situação do colonato já existente no estado. As raízes já estavam há muito tempo fincadas, e, no caso do *Deutsch-Brasilianer*, especificamente retratado nesse trabalho, considera-se como um grupo social inserido na sociedade brasileira⁵⁸, que já tinha uma considerável autonomia em relação à necessidade da vinda de novos imigrantes, a fim de ampliar suas relações sociais.

⁵⁷ O próprio jornal *A Reforma* fortalecia a argumentação dos seus rivais políticos para “comprovar seu caráter restaurador”, por exemplo: Na edição 169, de 8 de agosto de 1892, na página 1, quando o jornal aponta a crise econômica e cambial brasileira questionando “a que se deve-se semente estado de cousa? Qual a causa de tal transformação? Seria a mudança inoportuna de regime?”

Entretanto, o trecho isolado servia de arma para os castilhistas acusarem os gasparistas de retrógrados, de defensores da monarquia, de restauradores; mas o parágrafo a seguir, do mesmo editorial, demonstrava que os gasparistas não possuíam pretensões restauradores, ao responder às próprias indagações propostas no referido editorial:

“De certo que não, porque em teoria a república é a melhor forma de governo e na prática os resultados são sempre eficazes, quando seus princípios têm aplicação ampla” (Na verdade, estava evidenciada uma crítica à ditadura castilhista, que usurpou o maior bem do homem: a liberdade).

⁵⁸ Através da amálgama de cidadania (relacionada à pátria) e etnia (ligada à nação), formatou-se as bases do perfil do teuto-brasileiro, ou o também chamado *Deutsch-Brasilianer*. Sendo os alemães e seus descendentes uma nação pertencente a uma pátria (que englobava outras nações) era necessário que essa nação alemã tivesse direitos políticos ante a essa pátria. Essas lutas serão intensificadas pelo fato da exclusão política de grande parte dos teuto-brasileiros não terem direito a participação política por não possuírem de fato a cidadania brasileira. Sendo assim, evidencia-se, inicialmente, a

O *Nacional*, em sua edição nº 7, de 12 de janeiro de 1892 (p. 01), saudava o eminente retorno de Gaspar Silveira Martins, que foi alardeado com pompas festivas em todos os jornais que seguiam o editorial de *A Reforma*, como o *Nacional* de Pelotas. Na mesma edição, foi publicada uma nova carta do tribuno, que partia em sua defesa e de seus correligionários da acusação de restauradores.⁵⁹ Gaspar pronuncia “que durante a monarquia muitas vezes havia declarado não fazer questão de forma de governo, porque a liberdade é compatível com qualquer regime”.

Sentiu grande orgulho por ver que, mesmo ausente do Rio Grande do Sul, sem escrever aos seus amigos, sem influenciar de forma alguma na revolução (também intitulada de *governicho* pelos partidários do PRR) viu que as ideias que semeara (liberdade, sempre numa alusão aos legados que o tribuno fazia da Revolução Francesa) enraizaram-se pelos fatos.

O jornal destacou a volta de Gaspar Silveira Martins e apoiou, de maneira sutil, o governo “revolucionário”. “Revolução” que abriu caminho para a volta de Silveira Martins ao Rio Grande do Sul. Salientou, ainda, que os “revolucionários” deveriam oportunizar a volta desse ao poder.

Fica evidente, assim, já um pequeno desgaste entre o grupo de Gaspar Silveira Martins e o grupo que promoveu o golpe usurpador de Júlio de Castilhos do poder. Mesmo com um olhar de desconfiança a respeito da nova constituição, depois da fase de convocação para Assembleia Constituinte Estadual, o *Nacional* passou a apresentar, a partir de 24/02/1892, trechos da nova constituição.

Em 21 de fevereiro de 1892, Gaspar Silveira Martins retornou do exílio, e em 31 de março de 1892, fazendo grandes críticas ao governo de Barros Cassal, Gaspar Silveira Martins e seus correligionários fundaram um novo partido – Partido Federalista (PF).

Em reação às manobras de Gaspar Silveira Martins, Barros Cassal, mesmo antes da fundação do PF, promulgou a constituição em 29 de março de 1892.

participação dos teutos nas questões políticas, mas não pelo viés político-partidário e sim pelo viés da participação política através da conquista do direito de cidadania. Cidadania essa que teve seus horizontes ampliados a partir do artigo número V do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também alcunhada de Lei Saraiva, que possibilitou a participação dos teutos acatólicos nos meios político-partidários.

⁵⁹ O Jornal Nacional na edição nº 120 (p. 01), de 6 de junho de 1892, compilado de *A Reforma*, rebate justamente a insinuação de que os partidários de Gaspar Silveira Martins seriam restauradores da monarquia. Além de defenderem-se das acusações de restauradores, os gasparistas aproveitaram o ensejo para criticar os castilhistas: “Compara se a restauração da monarquia como algo inviável e justo a ser combatido, mas também a restauração da ditadura também deveria ser combatida, pois usurpava a liberdade”.

Constituição essa que foi achincalhada tanto por gasparistas quanto por castilhistas. Além de promulgar a nova constituição, Barros Cassal protelou a data para as próximas eleições, na busca de aumentar a sua influência política, e cooptar mais eleitores, de maneira especial os dissidentes do antigo PL e do PRR. Todavia:

A Carta cassalista de 29 de Março teve vida efêmera. No dia 8 de junho, o General Barreto Leite, que retornara ao poder substituindo Cassal, nomeou por Vice o Visconde de Pelotas, resignando em seguida mais uma vez o cargo. Através do Visconde, os gasparistas, que projetavam a realização de eleições no dia 21, permaneceram nove dias no comando, sendo surpreendidos por uma sedição castilhista armada com o apoio de Floriano Peixoto. O Marechal, que concorrera para a sustentação do governo provisório, retrocedeu e deu garantias a Castilhos, provavelmente temeroso do renascimento do gasparismo parlamentarista. Em 17 de junho de 1892, caiu a organização política que entrou para a história com a alcunha de “Governicho”. Júlio de Castilhos reassumiu o controle do Executivo e resgatou a Constituição de 14 de Julho. (AXT, 2002, p. 14).

Inclusive, o retorno de Júlio de Castilhos ao poder já era um temor previsto por *Nacional*. A partir de junho, o jornal alertou aos partidários federalistas para que ficassem atentos à tentativa de golpe dos republicanos castilhistas (golpe esse que se engendrava devido à mobilização de *A Federação* junto aos castilhistas), e conclamou os federalistas para que se mobilizassem para as eleições de 21 de junho de 1892.

Com a retomada de Júlio de Castilhos, a ditadura do PRR voltou a “dar as cartas” no Rio Grande do Sul. Contudo, o seu retorno não significava o fim da oposição. Constata-se que o editorial de *A Reforma* de 1º de julho de 1892 salienta a eminente guerra civil desenhada no Rio Grande do Sul. Aponta, inclusive, as manobras de opositoristas – na edição de 139 de 2 de julho de 1892 – de Joca Tavares e de outros coronéis fiéis a Gaspar Silveira Martins, com uma tropa de aproximadamente 2.300 homens.

Desse modo, se desenhava a guerra civil que assolou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 a 1895, e dividiu o estado entre os defensores do governo de Júlio de Castilhos e do PRR, e uma (numericamente grande) oposição ao governo, que não possuía uma ideologia homogeneizante a ponto de transformar essa maioria num projeto capaz de derrotar o governo do PRR.⁶⁰

⁶⁰ As divergências entre as correntes políticas ideológicas dos opositoristas criavam partidos que eram uma verdadeira colcha de retalhos, com partidos absorvendo políticos de diversas correntes: monarquistas, republicanos liberais, republicanos parlamentaristas, republicanos positivistas (porém não seguidores de Júlio de Castilhos), o que dificultava uma unidade com força capaz de combater com a organização partidária e ideológica do PRR. Basicamente o único aspecto em comum entre os opositoristas era o desprezo ao PRR e a Júlio de Castilhos (ALVES, 2002).

3.4 A INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XIX

Evidentemente, a sociedade teuto-rio-grandense não poderia ficar de fora de debates tão intensos e acirrados que se travavam pelo estado do Rio Grande do Sul. Num contexto de efervescência política, várias comunidades teutas expressavam suas opiniões em jornais, almanaques ou folhetins.⁶¹

Dentre os nomes que mais influenciaram na constituição política dos teuto-rio-grandenses, evidenciou-se o nome de Karl von Koseritz como o principal representante.

3.4.1 Karl Von Koseritz

Karl Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz, nasceu em 3 de fevereiro de 1830 em Dessau, na Alemanha. Veio para o Brasil no ano de 1851 com os *Brummer* (tropas de alemães mercenários contratados para combater na guerra contra Rosas). Assim como muitos outros *Brummer*, desertou um ano após a chegada ao Brasil, fixando-se junto à cidade de Pelotas, local onde sua tropa estava estabelecida. Em situação precária, Koseritz acabou trabalhando como cozinheiro e jornalista, até que por volta de 1855 começou a trabalhar como professor nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Em 1858, iniciou sua carreira de jornalista no Brasil, trabalhando junto ao jornal *O Brado do Sul*.⁶²

⁶¹ Destacam-se entre esses veículos de comunicação das comunidades germânicas “o jornal católico *Deutsches Volksblatt*, de 1871; o *Deutsche Post*, evangélico, de 1880; e, sobretudo, o combativo *Koseritz’ Deutsche Zeitung*, de Karl von Koseritz, que se alinha entre os liberais e em defesa dos interesses da colônia alemã – a partir de 1881” (HOHLFELDT e RAUSCH, 2006, p. 6).

⁶² “A expressividade da atuação de Koseritz na imprensa também se sustenta a partir de sua atividade como criador e editor de periódicos que remonta a Pelotas, onde fundou, em 1858, seu primeiro jornal: *O Brado do Sul*. Foi, contudo, em Porto Alegre, que este tipo de empreendimento de Koseritz ganhou fôlego, originando os seguintes periódicos: o almanaque *Koseritz’ deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul* (Almanaque popular alemão de Koseritz para a Província Rio Grande do Sul), para o qual contribuiu regularmente com matérias e produções literárias de sua autoria, que circulou de 1874-1918 e de 1921-1938; *A Acácia*, semanário maçom, criado em 1876; o álbum humorístico dominical *A Lanterna*, criado em 1877; *A Gazeta de Porto Alegre*, fundada em 1879 e considerada sua maior tribuna política e o mais conhecido veículo de suas ideias, no qual polemizou com Júlio de Castilhos; *Koseritz’ deutsche Zeitung* (Folha Alemã de Koseritz), mais tarde denominada de *Neue Deutsche Zeitung* (Nova Folha Alemã), que circulou de 1881-1917 a 1919-1941; a revista *Die Ausstellung* (A Exposição), referente à Exposição Alemã-Brasileira, organizada por Koseritz em Porto Alegre, que circulou de 1881 a 1882; *O Combate*, periódico centrado na difusão dos pressupostos da Escola de Recife, foi fundado em 1886.

Koseritz ainda se dedicou à crítica literária, mantendo contatos e debates com alguns dos mais importantes críticos brasileiros de sua época, e à produção de obras literárias, entre elas os dramas

Apesar de um relativo destaque na região sul do estado do Rio Grande do Sul, Koseritz alcançaria maior relevância ante a sociedade sul-rio-grandense ao mudar-se para Porto Alegre, no ano de 1862, onde editou vários jornais e periódicos, e recebeu a alcunha de “porta-voz” dos imigrantes germânicos radicados no estado.⁶³

Com uma visível ascensão social, Koseritz passou a exercer seu reconhecido papel de intelectual, sendo um dos membros da seleta agremiação do Partenon Literário.

Entretanto, é no campo da política que esta dissertação busca focalizar a maior relevância de atuação de Koseritz. Sua atuação está atrelada ao Partido Liberal, que, sob forte influência do líder Gaspar Silveira Martins, conseguiu a aprovação da lei que possibilitou aos imigrantes germânicos a participação política eleitoral:

Koseritz acreditava que os teutos no Brasil estavam incumbidos da missão histórico-cultural de disseminar a cultura alemã no país, naturalmente para ele superior. Este posicionamento político que visava, ainda que pela perspectiva de cima, a integração dos teuto-brasileiros com o resto do país não era um consenso entre seus membros, sobretudo nas duas últimas décadas do século com a política pangermanista exercida pelo Estado alemão. Koseritz, por sua vez, defendia que a cultura alemã seria propagada pelo país com maior eficiência através do estabelecimento de rincões culturais, que possibilitassem a manutenção de uma identidade cultural homogênea capaz de, só assim, trazer frutos para o país. (ARAUJO, 2012, p. 75).

Com a possibilidade de inserção na vida política, Koseritz se candidatou a uma cadeira na Assembleia provincial, no ano de 1883, sendo eleito com a maioria dos votos. Destaca-se que a participação dos imigrantes teutos nessas eleições propiciou a Koseritz a sua eleição. Após sua eleição, foi residir no Rio de Janeiro, sendo recebido pelo Imperador Dom Pedro II. A partir da capital do Império, descreveu sua viagem até lá, e constatou uma fundamental diferença entre o alemão residente no Rio Grande do Sul com o alemão residente no Rio de Janeiro:

Nini (1859) e *Inês* (1860); *Laura, perfil de mulher* (1872); e os romances *Um drama no mar* (1863), *A donzela de Veneza* (1874) e *A véspera da batalha* (1875). Em alemão, Koseritz ainda publicou contos e reminiscências no seu *Koseritz' deutscher Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul*, podendo ser considerado um dos primeiros escritores da literatura de expressão alemã no Brasil, literatura essa que teve neste almanaque um de seus primeiros veículos de difusão” (GRÜTZMANN, 2007, p. 130).

⁶³“Karl von Koseritz foi o primeiro que compreendeu a situação peculiar do elemento alemão imigrado no sul do Brasil e pode, por isso, ser denominado o pai do teuto-brasileirismo. Isso significa, em termos negativos, uma delimitação em relação aos alemães do Império Alemão, também em relação a outros brasileiros; em termos positivos significa a aceitação do estado a nova pátria brasileira, bem como o reconhecimento da velha pátria alemã, com a qual o teuto-brasileiro continua a sentir-se ligado pela etnia” (OBERACKER, apud GERTZ, 1999, p. 7).

Para Koseritz, os alemães estabelecidos no Rio de Janeiro eram apenas “simples estrangeiros”, por conseguinte, aqueles estabelecidos no sul do país eram estrangeiros diferenciados, que pretendiam se integrar na sociedade brasileira. Ainda que não do ponto de vista cultural, uma vez que Koseritz era fiel defensor da superioridade germânica, mas sim, do ponto de vista político se defendia a plena participação nos negócios políticos do Brasil, como legítimos cidadãos. (ARAUJO, 2012, p. 81).

Pouco tempo após a publicação do pronunciamento de Koseritz, foi proclamada a República no Brasil. Nesse momento de transição de regime político, o Rio Grande do Sul foi o estado do Brasil que mais sofreu alterações do quadro político. Os líderes do Partido Liberal passaram a ser desprestigiados pelos novos detentores do poder, o PRR, conduzidos por Júlio de Castilhos.

Iniciou um momento em que deveria haver a derrubada do poder dos antigos líderes liberais, e, associada a essa queda, um processo de esmagamento às resistências oposicionistas ao PRR. No caso das regiões de imigração alemã, um dos principais alvos a serem atingidos era justamente o político liberal de origem teuta de maior influência: Karl von Koseritz:

Karl von Koseritz e Gaspar Silveira Martins – e portanto o Partido Liberal – dominavam de forma absoluta a política nas de regiões de colonização alemã. Isso, a rigor, deveria ter levado a um alto nível de oposição aos republicanos castilhistas, pois Gaspar Silveira Martins estava exilado (viajando pela Alemanha) e Koseritz foi perseguido, vindo a falecer em decorrência do clima adverso no qual sua pessoa ficou envolta. (GERTZ, 1993, p. 194).

Assim, aos sessenta anos, Koseritz faleceu, no dia 30 de maio de 1890, vítima de uma de suas maiores paixões, a política. No entanto, nem mesmo a morte de Koseritz foi capaz de frear o interesse dos teutos pela política e de afastar a influência liberal nas áreas de colonização germânica. Fato que ficou evidenciado, poucos anos após a morte de Koseritz, nas eleições constituintes de 1891, e nos fatos subsequentes que levaram até a Revolução Federalista, de 1893 a 1895.

3.4.2 Os jornais como meios de cooptação nas áreas de imigração alemã

Muitos dos intelectuais de origem alemã que se estabeleceram no Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, a partir de meados do século XIX, ficaram

conhecidos como a “geração de 48”⁶⁴, pois muitos foram oriundos da fracassada tentativa de unificação alemã do citado ano, incluso, o já referido intelectual Karl von Koseritz:

A entrada desses imigrantes, mais atuantes politicamente que os imigrantes da primeira metade do século, foi de grande importância para a consolidação de uma identidade própria dos teutos do Rio Grande do Sul. Nem teuta, nem brasileira, mas teuto-brasileira. O desenvolvimento da imprensa, escrita em alemão ou português, colaborou decisivamente neste sentido, ainda que estes jornalistas não conseguissem moldar de maneira unilateral esses laços de identidade. Seus discursos, além de estarem longe de manifestar opiniões homogêneas quanto a diferentes questões, eram submetidos à recepção de seus textos por parte dos leitores, que os reinterpretavam de diferentes maneiras. Assim, a imprensa voltada para a comunidade teuto-brasileira teve proeminente papel na formação cidadã deste grupo social mediante sua própria intervenção em questões de interesse nacional. (ARAUJO, 20012, p. 72).

Foi através do uso de jornais e dos *Kalender*⁶⁵ que se buscou cooptar os teuto-brasileiros para a participação das questões políticas, atingindo principalmente a população dos núcleos rurais (a maior parte da população de imigrantes alemães vivia em núcleos interioranos rurais). Nos jornais, representava-se “uma apologia” da necessidade de o imigrante se engajar na cidadania plena brasileira e ter direito à participação política.

Os jornais também propunham a necessidade de constituição de uma identidade genuinamente teuto-brasileira, em que se frisava a amálgama de cidadania brasileira (por isso, a luta pela participação na política). A pátria seria o Brasil, e a luta,

⁶⁴ “Interessado pela integração política dos teutos, Gertz (1987, p. 34) atribui à ‘geração de 48’ importante papel de liderança. Estes teriam saído da Alemanha com maior nível social e cultural que os primeiros emigrantes ou com experiência no âmbito da política e da guerra. Atuaram como porta-vozes da população teuta no Rio Grande do Sul na luta pela participação política. Entre essas lideranças, o mais conhecido é Karl von Koseritz, ‘figura-símbolo desse grupo’. Como redator de jornal, buscou dar voz à necessidade de integração política dos teutos, sobretudo da população rural, trabalhando por modificações na legislação brasileira que lhes permitissem participar do processo político. Como intelectual e jornalista, propunha a formação de uma nova identidade para os alemães imigrantes, uma identidade ‘genuinamente teuto-brasileira’, insistindo na dualidade cidadania brasileira e nacionalidade alemã (idem). Por isso foi denominado o pai do teuto-brasileiríssimo” (SILVA, 2005, p. 301).

⁶⁵ “O princípio das diversas lições, ou seja, de tudo um pouco para alcançar os diferentes tipos de leitores e suas preferências de leitura, repertório esse variável, conforme a época de circulação dos almanaques, que inclui, basicamente, as seguintes formas: contos, contos de fada, lendas, novelas, poemas, aforismos, epigramas, anedotas: artigos de cunho histórico, cultural e geográfico, principalmente os aspectos regionais; relatos sobre as descobertas, sobre os progressos na técnica e na ciência, sobre artes e literatura; biografias de vultos significativos do passado e do presente; retrospectivas e prospectivas no âmbito da política internacional; exposições de cunho religioso” (GRÜTZMANN, 2004, p. 23).

pela preservação da nacionalidade alemã. Koseritz exemplifica esse pensamento através do seguinte pronunciamento:

Entre nós, no Rio Grande, a bandeira brasileira não falta nunca ao lado da alemã, pois a grande maioria dos homens de língua alemã de lá já é nascida no Brasil e uma grande porcentagem dos imigrantes é naturalizada. O centro de nossos interesses está no Brasil, nós devemos participar da vida pública do país, no qual não vivemos temporariamente, mas onde nós estabelecemos e fundamos as nossas famílias, que ao Brasil dão o nome de pátria. [...]. Mas nem por isto deixamos de guardar no coração um fiel amor pela velha terra, e sempre a ajudamos, quando ela atravessa horas penosas. A língua e os costumes alemães, o amor alemão ao trabalho e a fidelidade alemã são praticados por nós como talvez por ninguém mais no exterior, e nós mantemos os laços espirituais com a Alemanha tão firmemente quanto aderimos decididamente ao Brasil pelos laços políticos. (KOSERITZ, 1980, p. 178, *apud* ARAUJO, 2012, p. 82).

Logo, os meios de comunicação serviram como base não só para a propagação do nacionalismo teuto-brasileiro, também eram um instrumento de cooptação político-filosófica por parte dos jornais – que, apesar de divergências já exemplificadas, apresentavam aspectos em comum:

É possível verificar alguns pontos de convergência entre as diferentes lideranças citadas. Um deles é a atividade intelectual na redação ou edição de jornais voltados ao público de língua alemã. A partir deles, aqueles conseguiam divulgar suas ideias, fazer ouvir seus discursos, influenciar leitores, angariar aliados e opositores. Demonstravam um intenso empenho pela demarcação dos limites do grupo teuto ou teuto-brasileiro, pela caracterização desta identidade, pela definição dos aspectos a serem preservados e dos aspectos a serem assimilados. (SILVA, 2005, p. 306).

Destacam-se como jornais de grande relevância, associados aos três grupos políticos-filosóficos, os jornais: *Koseritz Deutsche Zeitung* e *Koseritz Deutscher Volkskalender für Brasilien* (SEYFERTH, 1993), encabeçados pelos liberais liderados por Koseritz; o almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* e do jornal *Deutsche Post* (SILVA, 2005) articulados pelo pastor luterano Wilhelm Rotermund; e o *Deutsches Volksblatt*, jornal que era editado desde 1871 pelos jesuítas (GERTZ, 2010).

Muitos desses jornais ou almanaques possuíam uma alta tiragem, com número superior a dez mil exemplares. Para os padrões da época, esses números representavam um forte instrumento de divulgação e doutrinação.

Não é propósito dessa dissertação aprofundar o mérito de cada jornal ou almanaque, e sim demonstrar o modo como eles serviram de instrumento para a

propagação da nacionalidade teuto-brasileira, pois constata-se em praticamente todos a preocupação com a perda da identidade nacional alemã, num processo de aculturação por parte dos imigrantes e seus descendentes. Era necessário preservar, acima de tudo, o *Volkstum* e o *Deutschtum*.⁶⁶

Curiosamente, Fichte (2010) também possuía essa preocupação, mas num cenário totalmente diferenciado, pois no início do século XIX era o território alemão que estava sendo invadido por estrangeiros (no caso, franceses). Agora, a situação seria o oposto, quem “invadiu” o território estrangeiro foram os alemães, mas o preservar da cultura alemã era considerado imprescindível, a ponto de Koseritz pregar a formação de rincões culturais alemães para evitar, principalmente, a perda da essência da cultura alemã: a sua língua.

O próximo capítulo retratará a inserção dos teuto-brasileiros na política partidária, tendo como foco para essa compreensão o estudo de caso dos Municípios de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo. Visa-se a justificar sua tendência de aproximação com o segmento político gasparista do Partido Liberal/Federalista e, desse modo, caracterizar uma significativa “ousadia” política, ao contrariar o partido em fase de consolidação da hegemonia política no Rio Grande do Sul.

⁶⁶ A ideia de separação de “Nação” e “Estado” – essa é a questão nevrálgica para o nacionalismo teuto-brasileiro. Baseados principalmente na concepção de Johann Gottlieb Fichte, onde a questão étnica e fundamental para a formação da nação e não necessariamente a questão da formação de um Estado, os germanistas estabeleceram a concepção de que a nova pátria seria o Brasil (questão político territorial, mas a nação continuaria a ser a alemã, pois bastava aos descendentes seguirem o “*Volkstum*, entendido como a essência do povo, o caráter, também etnicidade (tomada como identidade primordial de um grupo), e *Deutschtum* (germanidade) como a essência do povo alemão” (SILVA, 2005, p. 299).

4. O ENGAJAMENTO POLÍTICO PARTIDÁRIO DOS TEUTO-BRASILEIROS

Conforme já salientado na introdução, existem muitos mitos, naquilo que tange à imigração germânica, como assertivas que vão desde a superioridade do alemão como um povo culto e laborioso, que tem as virtudes como marca maior. Contudo, esse mesmo virtuoso germânico, que tanto contribuiu economicamente e culturalmente com a formação histórica do Rio Grande do Sul, não foi visto como um povo com ambições políticas.

Vale salientar que esse mito já vem, há algum tempo, sendo rechaçado pelas novas pesquisas acadêmicas. Para tal desmascaramento, foi necessário rever o conceito do significado do termo “participação política”, abrindo os seus horizontes para uma esfera além do contexto partidário. Desse modo:

Foi preciso transcender o campo da política partidária e ampliar o conceito, pensando-o como política que se permite inserção social, reconhecendo pelo grupo – par ou estranho – e luta por direitos que ganharam conquistas tanto para o grupo minoritário (“exponenciais”) quanto pela maioria dos colonos. As pesquisas sobre o abastecimento, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre a prática e a realidade religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos. (WITT, 2008, p. 16).

Ressalta-se que a expressão “exponenciais”⁶⁷, destacada por Witt (2008), está diretamente ligada não necessariamente ao líder político partidário, mas sim a um líder comunitário que, via de regra, atingia esse status devido ao seu poder econômico ou religioso. Assim, o comerciante, o pastor ou padre, acabava por determinar em muito a sua influência perante a colônia em que residia, tanto para obter direitos para si, quanto para conquistar benefícios para a comunidade, como forma de cooptação.⁶⁸

Naquilo que tange à participação eleitoral, era bastante restrita nas áreas de imigração germânica. A constituição de 1824 vetava a participação de acatólicos nas eleições (o que representava a maior parte dos imigrantes de origem teuta). Além

⁶⁷ “Para os ‘exponenciais’, política e economia não estavam dissociadas; para imigrantes e descendentes que *abriram espaço* no meio político, o crescimento e a consolidação econômica equiparavam-nos aos vizinhos nacionais. Isso explica, por exemplo, porque alemães se tornaram proprietários de escravos” (WITT, 2008, p. 21).

⁶⁸ “Autores que optaram por estudar os anos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul destacaram a constante luta pelos direitos, o surgimento de conflitos que não provinham apenas do alcoolismo e o rápido posicionamento partidário, evidente com a Revolução Farroupilha, assim como a disputa pastoral” (WITT, 2008, p. 19).

desse aspecto, havia, ainda, a exigência de renda mínima, que não condizia com a realidade da maior parte dos imigrantes, em sua maioria colonos de baixa renda. Esses fatores determinaram um afastamento da questão política por parte dos teutos⁶⁹, ratificando, desse modo, erroneamente, a imagem apolítica dos mesmos.

Todavia, mesmo com a restrição na participação política, com os impedimentos constitucionais, devido à nova realidade brasileira do final da década de 20 do século XIX, abriu-se um precedente para a participação política dos teutos. Tal ato se deu pela lei de organização dos municípios coloniais de 1º de outubro de 1828. Essa lei possibilitou, naquilo que refere à política local, que os imigrantes exercessem cargos de conselheiros – hoje equivalente a vereadores – sem distinção religiosa, exigindo apenas dois anos de domicílio no país, sem restrições a estrangeiros. Essa nova lei:

Ocasionou uma possibilidade de manifestação dos interesses locais, em especial de articulação dos interesses econômicos, exercendo um papel dominante aos comerciantes, estando na maior parte as câmaras municipais sob o domínio dos mesmos. Os comerciantes, portanto, eram aglutinadores do poder local. (KRAUSE, 2002, p. 98).

O fato de o comerciante ser um aglutinador do poder local se refere não somente a sua influência, que se dava pela força política, mas também era evidenciada pelo aspecto financeiro, através da conquista de votos por troca de favores. Witt (2008) apresenta um caso bastante emblemático do começo do século XIX, quando um comerciante de origem teuta, através de meios escusos, acabou assumindo o cargo de juiz na localidade de Torres:

O juiz de paz era um comerciante, situação que lhe permitiu bancar a festa da vitória. Porém, o fato de possuir um “ramo de comércio” também garantiu a compra de votos [...] “dinheiro sonante distribuído em ardilosa habilidade entre as classes mais pobres quando se trata de número de votos, nunca falha em seu efeito”. Ao que parece, a venda teria propiciado ao imigrante alemão a entrada num outro círculo de poder que não era comunitário, mas sim o da justiça e/ou da política. (WITT, 2008, p. 248).

Apesar de um insipiente processo de adesão política por partes dos teutos nas primeiras décadas do século XIX, a reflexão a respeito do engajamento político-partidário dos teuto-brasileiros está diretamente ligado às novas circunstâncias

⁶⁹ “Uma das maiores preocupações da oligarquia estava em submeter o imigrante à situação de pequeno proprietário, produtor de gêneros alimentícios. Sua função era de permanecer agricultor e não tornar-se um acumulador de terras (concorrente) ou desenvolver outras atividades” (KRAUSE, 2002, p. 23).

advindas da imigração alemã a partir de meados do século XIX. Como já referido no capítulo anterior, a famosa “geração de 48”⁷⁰ estava caracterizada por um índice de intelectualidade entre seus membros que os distinguiam dos colonos de origem alemã, até então presentes no Rio Grande do Sul.

A inserção do pensamento desse distinto grupo de intelectuais não foi um processo simples. Vários fatores devem ser elencados para tal dificuldade: a diversidade de concepções políticas e religiosas, que acirravam os debates; a falta de uma legislação política que reconhecesse o direito de participação política de estrangeiros, e, posteriormente, de estrangeiros acatólicos; o isolamento cultural que era atribuído aos colonos de origem de alemã, pois os mesmos possuíam aspectos culturais distintos daqueles da sociedade brasileira – língua e religião, por exemplo.

Para resolver esse revés, e inserir de vez o teuto na sociedade brasileira, foi necessário um processo de construção identitária. Assim, esse teuto se sentiria pertencente, de fato, a essa nova sociedade, e, por conseguinte, teria interesse na política, e passaria a lutar por seus direitos políticos. Para que isso ocorresse, foi necessário que os intelectuais de origem alemã tivessem como embasamento ideias nacionalistas, originando o pensamento teuto-brasileiro.

Para indicar que a construção identitária nacionalista foi de fundamental importância para o engajamento dos alemães e de seus descendentes na sociedade brasileira, traz-se como pano de fundo a influência de concepções do nacionalismo alemão como elemento agregador e solidificante do teuto-brasileirismo.

4.1 O NACIONALISMO ALEMÃO

Para compreender ou definir o nacionalismo alemão, buscou-se resposta nas obras de dois filósofos alemães: Johann Gottfried von Herder e Johann Gottlieb Fichte. Ambos, do final do século XVIII e início do século XIX, serviram de base para o nacionalismo alemão no decorrer do século XIX.

⁷⁰ “Não podemos também deixar de mencionar a importância dos emigrados que haviam participado da experiência das revoluções de 1848 e 1849, cujos imigrantes, na sua maior parte, eram intelectuais (a legião alemã). Vieram com uma expectativa política, propagando a doutrina liberal, foram um fator estimulante para a vida política das populações germânicas do Rio Grande do Sul” (KRAUSE, 2002, p. 21).

4.1.1 Johann Gottfried von Herder⁷¹

Johann Gottfried von Herder destacou-se como precursor do Romantismo, que misturou o sentimento nacionalista alemão com o desejo de conhecimento universal, próprio do século XVIII. Dentre as principais ideias defendidas por Herder que permearam as concepções do nacionalismo teuto-brasileiro do século XIX, destacam-se as ligadas à língua, à conduta humana e à valorização das tradições.

O principal instrumento intelectual é a língua, sendo que a linguagem é um presente de Deus que diferencia os homens dos animais. A linguagem também promove e diferencia as culturas humanas – superiores e inferiores –, fato que fica evidenciado pela capacidade de observar os signos, o que representa a complexidade das linguagens. Desse modo, a arte se originou da união do prazer com a observação e transformação dos signos.

A conduta humana é outra questão central na obra de Herder. Na sua concepção, o homem é uma máquina que precisa ser ensinada. Há, assim, a valorização da educação tecnicista, contudo, sem deixar de lado aspectos religiosos, pois, em seus preceitos, a religião em terra de selvagens leva ao povo a evolução científica e cultural. Dessa maneira, o homem é visto como um ser social, e necessita estabelecer uma conduta social harmônica – há valorização da educação moral, em que o mais astuto pode superar o mais forte.

Outro aspecto salientado por Herder está na valorização da tradição, que é de fundamental importância para a sociedade. Ela serve como instrumento para ensinar ao povo o seu modo de agir e compreender a mentalidade. Nesses ensinamentos, se estabelece como base a valorização da história do povo, representada através dos antepassados. Desse modo, fica em destaque o caráter nacional que está impregnado num povo, assim como o caráter natural, que originam a máxima nacionalista: *A mãe nação não abandona seus filhos.*

⁷¹ Obra de referência consultada: HERDER, 1959.

4.1.2 Johann Gottlieb Fichte⁷²

Johann Gottlieb Fichte é um dos principais filósofos idealistas de maior destaque na Alemanha, no primeiro quarto do século XIX. Procurou, em seus trabalhos, em oposição a Herder, discutir não o aspecto universal em suas concepções, mas os pontos que diferenciavam os alemães dos demais povos.

Para Fichte, a valorização do povo alemão possui características únicas, apesar de ser mais um entre outros tantos povos de origens germânicas, pois os alemães mantiveram a língua vernácula, e, por conseguinte, mantiveram a cultura original. Os demais povos germânicos migraram por grande parte da Europa (sobretudo o Norte) e parte da Ásia. Assim, além de perderem o vínculo com a terra natal, perderam, por consequência, sua cultura, já que se aculturaram, deixando de ser dominantes, passando a ser dominados. Contudo, Fichte admite a influência de línguas estrangeiras no alemão, mas, segundo afirma, os termos estrangeiros não interferiram na essência da linguagem.

Além disso, Fichte afirma que a língua representa um fator significativo para o estabelecimento e a autonomia de uma nação, sendo de grande valia para a elaboração de leis e normas (o entendimento social). Somente com a língua vernácula é possível manter as origens do povo, a cultura e, essencialmente, suas virtudes – caracterizando, assim, um povo com sentimentos coletivos, em que não há segregação entre cultos e incultos; algo diferente em relação aos demais germânicos, que fazem uma separação dos cultos que manipulam e o povo que é manipulado. *O povo é a causa e razão de toda nação.* Assim, evidenciam-se as virtudes natas do povo alemão, como a fidelidade, sinceridade, honra e simplicidade.

Fichte e sua obra estão inseridos, historicamente, num contexto de invasões napoleônicas, e a grande preocupação do referido filósofo estava em alertar o povo alemão sobre a importância da preservação de sua língua como elemento fundamental para preservação do caráter nacionalista em uma sociedade que não estava constituída como pátria unificada até aquele momento.⁷³ Desse modo, são constantes as críticas às tentativas de domínios estrangeiros. Estrangeiros seriam

⁷² Obra de referência consultada: FICHTE, 2010.

⁷³ A unificação dos 39 reinos de origem alemã, que compunham a “Confederação Germânica” como uma única pátria só ocorreu em 18 de janeiro de 1871, auspiciado por Otto von Bismarck, então ministro do rei prussiano Guilherme I.

“ignorantes”, de “mau gosto” e “má educação”. Em contrapartida, os alemães se caracterizariam como homens das nações cultas e superiores, que não têm a obrigação de ajudar às nações incultas.

A educação seria outro fator nevrálgico para o fortalecimento da nação. A fé deveria ser instrutiva em todos os segmentos – isso remete à influência da escolástica na doutrina de Lutero – que é outro fator que diferencia o povo alemão dos demais, justamente por possuírem uma religião mais adequada à nova realidade da época. As demais religiões (notadamente a católica) estavam corroídas estruturalmente e moralmente.

4.2 AS ORIGENS DO PENSAMENTO TEUTO-BRASILEIRO

A partir da breve apresentação das selecionadas⁷⁴ ideias de Herder e Fichte, almeja-se compreender a formação do pensamento nacionalista teuto-brasileiro. Constata-se que tal pensamento foi fruto de um movimento intelectual conhecido como *germanismo*:

O germanismo é um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil, tendo como preocupação central a defesa da identidade étnico-nacional da população imigrante. Foi encabeçado por figuras da elite teuta – jornalistas, professores, pastores, comerciantes, industriais – que forjaram uma identidade específica para esta população com base na distinção étnica – propriamente etnocêntrica – em que são tomadas características culturais e biológicas como elementos diferenciadores. Como o próprio nome revela, o germanismo não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX. (SILVA, 2005, p. 311).

Encontram-se impregnados na concepção do germanismo vários elementos de influências do pensamento de Herder e Fichte. Essas características evidenciam-se através de alguns preceitos.

⁷⁴ Destaca-se que foram selecionadas somente ideias que, de acordo com a ótica do autor dessa dissertação, estavam mais evidenciadas no incipiente nacionalismo alemão que influenciou na formação do nacionalismo teuto-brasileiro. As obras de Herder e Fichte são de uma abrangência bem mais complexa, destacam bem mais do que os poucos pontos levantados. Destacam, sobretudo, estudos da filosofia e da semântica.

Pode-se citar, por exemplo, o Romantismo alemão⁷⁵, tendo Herder como seu grande expoente. Acreditava-se na valoração do “heroico” passado alemão, além do papel fundamental que o idioma alemão representava para a preservação da memória identitária do povo. A preservação do idioma é um dos pontos-chave tanto para Herder quanto para Fichte.

Ainda se pode referir sobre a reação ao domínio francês, iniciado na Europa com as conquistas napoleônicas. Esse domínio francês está, no caso do Brasil, muito relacionado com o “modo de ser francês” como padrão de elegância e comportamento na sociedade. Inclusive, o jornalista e político alemão Karl von Koseritz criticou muito em sua viagem ao Rio de Janeiro no final do século XIX a postura afrancesada da população.

Pode-se destacar, ainda, a “superioridade das raças”, o evolucionismo e o antissemitismo (momento posterior). A partir dessa ideia, o alemão foi considerado, ou considerou-se, um ser superior ao povo brasileiro⁷⁶, por ser mais capacitado para atividades econômicas mais complexas, e apresentar uma cultura mais elaborada. Apesar de contrariar Fichte, que dizia que não existia obrigação da cultura superior ajudar a inferior, os germanistas pregavam que a função dos alemães no Brasil seria “humanitária”, ajudando o jovem país americano a se desenvolver economicamente.

Deve-se referir, também, a ideia de separação de “Nação” e “Pátria”. Essa é a questão nevrálgica para o nacionalismo teuto-brasileiro. Baseados principalmente na concepção de Fichte, a partir do qual a questão étnica é fundamental para a formação da nação, e não necessariamente a questão da formação de uma pátria, os germanistas estabeleceram a concepção de que a nova pátria seria o Brasil (questão político territorial), mas a nação continuaria a ser a alemã, pois bastava aos descendentes seguirem o “**Volkstum**”, entendido como a essência do povo, o caráter, também etnicidade (tomada como identidade primordial de um grupo), e **Deutschtum** (germanidade) como a essência do povo alemão” (SILVA, 2005, p. 299, grifo nosso).

⁷⁵ “As ideias que compõem o germanismo advêm, de um modo geral, do romantismo alemão, que serviu de alicerce para a formação de um sentimento nacional, um desejo de unidade como nação, a base do nacionalismo alemão do século XIX. Os românticos buscaram na língua o elo de ligação do povo germânico, traço comum aos indivíduos da nação alemã, uma ideia de nação cultural que não previa a unificação política” (SILVA, 2005, p. 312).

⁷⁶ “O pioneirismo dos colonos, a eficiência do colonizador teuto são contrapostos a uma imagem estereotipada do brasileiro rural, desqualificado como caboclo por todo um conjunto de características desabonadoras, remetidas a uma condição de inferioridade racial” (SEYFERTH, 1993, p. 23).

A partir da ideia da preservação do *Volkstum* e do *Deutschtum*, concebeu-se o âmago do nacionalismo teuto-brasileiro, em que:

A nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo/etnia) alemão. O pertencimento sugerido por tal categoria remete, por um lado, a uma entidade supraterritorial - a nação alemã, concebida como entidade cultural e lingüística que une um povo de mesma origem - e, por outro lado, à cidadania e a um território considerado como Heimat ou Vaterland - o Estado brasileiro. (SEYFERTH, 1993, paginação irregular, grifo nosso).

Nesse amálgama de cidadania (relacionada à pátria) e etnia (ligada à nação), formataram-se as bases do perfil do teuto-brasileiro, também chamado de *Deutsch-Brasilianer*. Já que os alemães e seus descendentes eram uma nação pertencente a uma pátria (que englobava outras nações), seria necessário que essa nação alemã tivesse direitos políticos ante essa pátria. Essas “lutas” foram intensificadas pela exclusão política: grande parte dos teuto-brasileiros não tinham direito à participação política, por não possuírem, de fato, a cidadania brasileira.

Assim, apresenta-se, inicialmente, a participação dos teutos nas questões políticas, mas não pelo viés político-partidário, e sim pelo viés da participação política através da conquista do direito de cidadania. Cidadania essa que teve seus horizontes ampliados a partir do artigo número V do Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, também alcunhada de Lei Saraiva, que possibilitou a participação dos teutos acatólicos nos meios político-partidários.⁷⁷

A possibilidade de eleição, advinda da Lei Saraiva, determinou, ainda no império, a eleição dos primeiros deputados de origem germânica:

A partir daí, vamos ter o ingresso de cinco deputados de sobrenome alemão na Assembleia Provincial gaúcha, nos últimos oito anos da Monarquia. Foram eles: Frederico Guilherme Bartholomay, Frederico Haensel, Karl von Kahlden, Karl von Koseritz, Wilhelm ter Brügggen. O fato de apenas um deles (Brügggen) ter pertencido ao Partido Conservador, e os outros quatro ao Partido Liberal, sugere que a ação do senador Gaspar Silveira Martins pode ter rendido dividendos. Além disso, o fato de essa bancada de cinco deputados ter sido muito pouco católica sugere que a questão da cidadania para não-católicos foi um tema importante. (GERTZ, 2010, p. 40).

⁷⁷ “Acreditamos não ser possível falar em comportamento político do “imigrante alemão”, mas sim de um comportamento político de um novo setor social: de comerciantes e industrialistas que tiveram uma atuação político-partidária, onde não é dito que o agricultor participava, mas sim era geralmente um espectador. Além dessa diferença não podemos deixar de considerar as diferenças religiosas” (KRAUSE, 2002, p. 96).

Como se pode entender, a lei Saraiva possibilitou a luta pela cidadania plena, ou seja, pelo direito de participação política não só para o voto, mas também para ser eleito. Devido a essa “manobra” de Gaspar Silveira Martins⁷⁸ ocorreu a cooptação de muitos teuto-brasileiros ao PL.

Em contrapartida ao processo de cooptação estabelecido pelo PL, o PC expressou um verdadeiro repúdio à participação germânica no processo eleitoral brasileiro, destacando através do jornal *O Conservador*:

Que o Brasil necessitaria de uma imigração que trouxesse força de trabalho e capital; e, para atrair a ambos, bastaria o clima e a fertilidade do solo brasileiros; imigrantes que viriam por outras razões que seu bem-estar pessoal não seriam desejados, principalmente aqueles que quisessem tornar-se ministros e deputados, pois a honra da nação seria por demais altiva para servir de tapete para os imigrantes limparem sua escandalosa sujeira; a eleição de pessoas de sobrenome alemão para a Assembleia Provincial chegou a ser classificada como grande vergonha nacional. (GERTZ, 2010, p. 40).

Até mesmo o jovem PRR, criado em 1882, um ano após a aprovação da Lei Saraiva, demonstrava desconfiança em relação aos eleitores de origem germânica. Através do jornal *A Federação*,

Podiam ser lidos – no decorrer da década de 1880 – conteúdos daquilo que se costumava chamar de manifestações “nativistas” ou de alerta contra o “perigo alemão”, isto é, declarações no sentido de que a população de origem alemã da província fazia parte – ou poderia vir a fazer – de um projeto de expansão imperialista da Alemanha. (GERTZ, 2010, p. 40).

Contudo, Dreher (2001, p. 08) aponta que, mesmo com uma presença significativa dos teuto-brasileiros no partido liberal, três diferenças político-filosóficas foram engendradas entre os germanistas: os Liberais - liderados por Karl von Koseritz; os luteranos – com evidente liderança dos pastores Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms; e os católicos - sacerdotes jesuítas que assumiram o papel de mentores do grupo teuto, com maior destaque para Theodor Amstad e Max von Lassberg –, com grande influência entre os colonos do interior.

⁷⁸ “Estabelece-se então um arranjo entre a elite pecuarista e os setores econômicos dominantes da região colonial, tendo como um defensor dos estrangeiros acatólicos o tribuno do PL, Gaspar Silveira Martins. Foi um dos batalhadores no senado para a efetivação da lei Saraiva, de 1881, que permitia a elegibilidade dos acatólicos, conquistando a simpatia nas zonas coloniais alemãs” (KRAUSE, 2002, p. 97).

A partir dessas três diferenciações, determinou-se a tendência⁷⁹ para a participação política partidária desses grupos, consubstanciando, principalmente: os liberais, que tiveram a tendência de participar do Partido Liberal, e, posteriormente, Federalista; os católicos, ao Partido de Centro; e os luteranos tenderam ao Partido Colonial (GERTZ, 2010).

Salienta-se que havia, inclusive, um forte processo de rivalidade entre esses grupos. Destaca-se a intensa briga nos jornais entre o pastor Rotermund, que propunha o atrelamento entre a Igreja Luterana e germanidade como algo intrínseco aos dois elementos. Esse amálgama: fé luterana e a tradição alemã, já estava expressa em Fichte, que via na religião luterana uma idiosincrasia que diferenciava os povos alemães dos demais. Segundo Rotermund, os membros da comunidade religiosa luterana que negassem sua germanidade estariam perdidos, para a Igreja. Esse aspecto de atrelamento da igreja alemã (luterana), que requisitou para a germanidade, ou o *Deutschtum*, era uma velada crítica ao principal articulador do teuto-brasileirismo, Karl von Koseritz, que era considerado ateu, apesar de sua ligação com a maçonaria.

4.3 A CONSTITUIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NAS ÁREAS DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Com o advento da República (1889) e o fim do voto censitário⁸⁰, o requisito para poder participar como eleitor deixou de estar voltado com a questão renda/patrimônio, e passou a estar vinculado à alfabetização do indivíduo. As áreas de colonização alemã, especialmente as de predominância luterana, passaram a ser alvo de grande interesse para a cooptação político-partidária.

Na corrida pela conquista dessa clientela política, tem-se a dianteira por parte dos políticos liberais, seguidores de Gaspar Silveira Martins – visto como grande aliado dos teutos, alcunha essa atingida, sobretudo, pela já referida aprovação da lei

⁷⁹ Quando se utiliza o termo “tendência” pretende-se demonstrar que não existia um fator homogeneizante nos diversos grupos que compunham os imigrantes germânicos. Desse modo, o fato de existirem partidos que inclusive estavam vinculados diretamente a confissões religiosas, não significa que todos os adeptos daquela religião estivessem também vinculados às agremiações partidárias clericais.

⁸⁰ A constituição imperial determinava em seu Artigo. 2º que era eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos artigos 6º, 91 e 92 da Constituição do Império, que tivesse renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Saraiva. Todavia, cabe ainda destacar que essa influência liberal já ocorrera antes mesmo da aprovação da Lei Saraiva. Segundo Witt (2008), a simpatia por parte dos imigrantes teutos aos ideais liberais se deu logo no início do processo de imigração, com os alemães da legião estrangeira – grupo de soldados contratados por Dom Pedro I que se aproximaram dos ideais liberais no decorrer da Revolução Farroupilha, devido ao aspecto liberal defendido pelos farrapos, que evidenciavam a influência da Revolução Francesa no imaginário do levante.

Compete, também, ratificar a importância de Karl von Koseritz, que já foi discutida anteriormente, página 64, a fim de demonstrar como esse político alemão serviu de modelo para que teutos e teuto-brasileiros trilhassem o caminho da política através do PL, ou de seus ideais políticos/liberais, uma vez que, com a proclamação da República, o PL acabou por se fragmentar em diversas agremiações partidárias em oposição ao PRR.

Naquilo que tange à oposição do PL, o elemento germânico chegou a ser desprezado no decorrer da década de 80 do século XIX pelo PC, e visto com desconfiança pela PRR. Passou a ser aceito, a partir de 1889, como um importante componente no novo tabuleiro político do Rio Grande do Sul. Nesse cenário, o PRR se encaminhava ao processo de consolidação:

Com a Proclamação da República, o PRR busca conquistar as zonas coloniais, principalmente os setores econômicos do comerciais e da indústria nascente. Este arranjo com setores econômicos dominantes das regiões coloniais não é portanto, inovador, pois foi num certo sentido a prática do Partido Liberal (PL). O PRR, dentro de sua política de não atender apenas às reivindicações de uma parcela da sociedade gaúcha, tinha como meta modificar e ampliar a sua base de apoio. A preocupação de estabelecer um arranjo com setores não ligados à elite pecuarista vem demonstrar o interesse em encontrar apoio em outras “plagas” eleitorais, na medida em que a população teuto-brasileira vinha conquistando peso na população gaúcha. (KRAUSE, 2002, p. 99).

Na medida em que o PRR buscava alianças com alguns setores coloniais, foi imperativo que os antigos aliados do PL fossem afastados (excluídos) ou cooptados na participação política. Esse processo será exemplificado no próximo capítulo, ao ser retratado o estudo de caso sobre o município de Taquara do Mundo Novo, onde ocorreu uma abrupta inversão política partidária no comando municipal, a partir das eleições da Assembleia Constituinte estadual de 1891.

Apesar da ampla relevância política do PRR e a força dos dissidentes do PRR e ex-integrantes do PL, que se constituíram em algumas efêmeras agremiações

partidárias, transpassando a imagem de uma ordem bipartidária no Rio Grande do Sul, seria um exagero definir o posicionamento político sul-rio-grandense através de uma ordem dialética entre o PRR e a sua oposição. Tal assertiva está explícita ao analisar a complexidade política das áreas de imigração alemã, onde, além da influência dos já referidos partidos políticos, se constituíram outras duas agremiações partidárias: o Partido do Centro e o Partido Colonial.

4.3.1 Partido do Centro

Inspirado no partido homônimo da Alemanha, o Partido do Centro foi constituído num momento inicial do período republicano, meados de 1890. Caracterizado em seus primórdios como opositor ao regime republicano, o Partido de Centro apresentava cinco fundamentos principais:

(i) liberdade religiosa para o catolicismo, sem intromissão do Estado; (ii) isenção do serviço militar para clérigos e seminaristas; (iii) intangibilidade e garantia para as propriedades eclesiásticas; (iv) fim das escolas ateístas mantidas pelo Estado (as quais constituiriam uma malversação dos impostos e atentariam contra a liberdade religiosa), com liberdade de fundar escolas e definir seu ensino; (v) fim da obrigatoriedade do casamento civil (o qual constituiria um incentivo a uma vida desregrada). (GERTZ, 2010, p. 42).

Todavia, apesar da inspiração germânica para as bases partidárias, o Partido do Centro não se constituiu numa agremiação exclusivista etnicamente. Inclusive, almejava maiores adeptos, tanto que o partido possuía jornais impressos em, além do alemão, português e italiano.

A primeira participação eleitoral ocorreu no mesmo ano da fundação do partido, em setembro de 1890. Contudo, apesar de uma predominância de católicos no estado do Rio Grande do Sul, o Partido de Centro não obteve sucesso. Vale ressaltar que, na referida eleição, constatou-se uma série de fraudes que contribuíram para tal fracasso no processo eleitoral:

Os republicanos colocaram todos os empecilhos possíveis para impedir que ele obtivesse votos. De Bom Princípio se noticiou, por exemplo, que os eleitores católicos vinham com listas eleitorais nas quais constavam nomes de republicanos confiáveis para o catolicismo, ao lado dos especificamente “centristas”, mas que agentes republicanos tomavam-lhes essas listas, riscavam os nomes do partido católico e os substituíam por outros republicanos, tornando-a integralmente governista. Em São José do Hortêncio, foram listados, nominalmente, 137 eleitores que afirmavam ter dado seu voto a candidatos católicos, mas no escrutínio oficial apareceram apenas 75 votos “centristas”. De Santa Cruz do Sul, noticiou-se, no mesmo sentido, o depósito de 537 votos católicos, dos quais apenas 248 teriam aparecido na contagem oficial. (GERTZ, 2010, p. 42).

As lideranças urbanas do Partido do Centro⁸¹ perceberam a inviabilidade de lutar contra as forças do PRR. Inclusive, antes mesmo do processo eleitoral de 1890 o próprio Partido do Centro publicava em seu jornal, *Deutsche Zeitung*, a importância de apoiar o novo regime, visando ao progresso da pátria. Constata-se, a partir dessa mudança de rumos partidários, a aproximação do Partido do Centro com o PRR. Essa aproximação ocorreu em reciprocidade, pois “nas eleições para a constituinte estadual, em 5 de maio de 1891, o Partido do Centro sugeriu apenas três candidatos e negociou sua inclusão na lista do Partido Republicano. Os três foram eleitos” (GERTZ, 2010, p. 42).

O Partido do Centro, com essa adesão ao PRR, praticamente desapareceu da cena política estadual, a sua atuação ficou restrita a poucas localidades do interior do Rio Grande do Sul. No entanto, o partido não deixou de ter sua representação política em grande parte da Primeira República, com políticos como Jacob Kroeff Filho e Jacob Kroeff Neto, Luís Englert, o padre Nicolau Marx, integrando a bancada na Assembleia de Representantes – não mais com a legenda do Partido do Centro, mas com a do PRR.

4.3.2 Partido Colonial

A necessidade da criação de um partido político que visasse a defender os interesses colônias já era discutida desde 1881, notadamente após aprovação da Lei Saraiva, que veio ao encontro dos interesses dos teutos acatólicos. Com o advento da República, a discussão da criação de uma agremiação partidária voltou à tona,

⁸¹ “As lideranças urbanas do partido católico não estavam muito convictas da capacidade de vida autônoma, enxergando-o, muito antes, como um grupo de pressão para viabilizar uma influência sobre o partido governista” (GERTZ, 2010, p. 42).

sendo essa discussão simultânea dos católicos que criaram o Partido do Centro, em meados de 1890. No entanto, a formalização de um partido colonial, predominante composto por teutos luteranos, só ocorreu após as eleições de setembro de 1890. O Partido Colonial elaborou seu programa a partir de treze pontos, dentre os quais destacam-se os seguintes:

(i) representação autônoma da “colônia” na Assembleia estadual; (ii) revisão da divisão dos municípios, a fim de melhorar a eficácia administrativa; (v) aplicação de imposto de renda e taxaço do latifúndio; (vi) eliminação dos impostos interestaduais; (ix) simplificação dos processos judiciais, diminuição de seus custos e diminuição dos custos dos inventários; (xi) fundação de uma universidade, de uma escola agroindustrial-comercial e de uma escola de parteiras; (xiii) melhoria das estradas, com a aplicação de um terço da dívida colonial nas localidades em que ela era arrecadada. (GERTZ, 2010, p. 42).

A principal liderança do partido coube aos pastores August Kunert e Wilhelm Rotermond. Apesar da liderança partidária estar nas mãos de pastores, o Partido Colonial não se caracterizou com um partido confessional, já que possuía adeptos católicos em seu quadro partidário, o que gerava muitas críticas por parte dos políticos católicos do Partido do Centro.

As críticas ao Partido Colonial também partiam do PRR, que dizia que a colônia “deveria restringir-se a organizar associações coloniais, as quais deveriam trazer suas demandas ao partido do governo e pressioná-lo para que fossem atendidas, mas não deveria fazer oposição” (GERTZ, 2010, p. 44).

Mas as críticas mais fortes talvez tenham vindo dos políticos adeptos ao antigo PL. A criação do Partido Colonial foi considerada uma traição a Gaspar Silveira Martins, que tanto trabalhou em prol dos interesses coloniais. Segundo os liberais:

A “colônia” poderia articular-se, mas exclusivamente com vistas a suas reivindicações econômicas, pois a fundação e atuação de um partido político propriamente dito viria a prejudicar o partido do próprio Gaspar Silveira Martins, o tradicional grande amigo das populações das regiões coloniais, pois esse partido político colonial geraria desavenças entre as próprias populações “coloniais” e aticaria o assim chamado “nativismo”, isto é, as posições, sobretudo, antialemãs que havia entre muitos republicanos. (GERTZ, 2010, p. 44).

Com a proximidade da eleição para a Assembleia Constituinte estadual de 5 de maio de 1891, as discussões sobre o papel do Partido Colonial, nesse pleito, se intensificaram. Por buscar contrapor o apoio do Partido do Centro ao PRR, a União Nacional propendia elaborar uma aliança com o Partido Colonial. Assim, o elemento

teuto passou a ser trunfo no jogo eleitoral. Devido a essa relevância, nos jornais de língua alemã retratava-se a importância da representação teuta na bancada da Assembleia Constituinte, inclusive indicando que o número mínimo de teutos a comporem a lista de 48 candidatos deveria ser de 6 representantes, o equivalente a um oitavo da população sul-rio-grandense, que correspondia à população teuta.

Entretanto, a lista do PRR “apresentava apenas o nome do citado católico Luís Englert, mais um representante ‘operário’ chamado João Stenhagen, de quem, no entanto, se dizia que de representante da ‘colônia alemã’ só tinha o sobrenome” (GERTZ, 2010, p. 44). O nome de Carlos Rheingantz⁸² também teria sido sondado para compor a lista, mas ele teria recusado.

Enquanto na chapa liderada pelo PRR a participação teuta era bastante restrita, o que gerava uma oportunidade de se fazer fortes críticas através da imprensa opositora ao PRR, a lista de oposição – então capitaneada em dois grupos – se vangloriava da grande participação teuta na sua relação de candidatos:

A lista da União Nacional, dos antigos liberais, continha os nomes de Ernesto Reinholdo Ludwig, Carlos Trein Filho, Jorge Frederico Fayet e Germano Hasslocher. Além disso, a Koseritz’ Deutsche Zeitung noticiou que várias outras pessoas de sobrenome alemão haviam sido convidadas para essa chapa, mas, por motivos pessoais, não tinham podido aceitar. Na lista da União Republicana, dos dissidentes anticastilhistas, estavam os nomes do católico Carlos Wallau, de Guilherme Hoffmann, Jacob Arndt, João Maria von Heldt e o mesmo Carlos Trein Filho da outra lista. (GERTZ, 2010, p. 44).

Devido a essa busca de aproximação com a comunidade teuta ou teuto-brasileira, passou a ser compreensível como foi possível que o PRR – apesar de contar com a estrutura administrativa estadual a seu favor, o que propiciava manipular as eleições – perder em alguns municípios, ou localidades, de predominância teuta. Mesmo nos municípios de colonização teuta, de onde saiu vencedor, a margem de vitória em muitos foi pequena.

Com essa perspectiva, evidenciar-se-á a seguir o caso do município de São Lourenço do Sul.

⁸² A respeito da família Rheingantz, há de se destacar a influência política na região de São Lourenço do Sul, será destacada no próximo subcapítulo um dos focos a ser discutido nessa dissertação.

4.4 AS ORIGENS DO POVOAMENTO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

São Lourenço do Sul, situado às margens oeste da Laguna dos Patos, teve sua ocupação pioneira por portugueses, luso-açorianos. Estes vieram no final do século XVIII, através da distribuição de terras a militares que lutaram contra espanhóis nas constantes guerras platinas ocorridas naquele século.

O primeiro a obter a posse oficial das terras na região, em 1780, foi o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, um dos mais influentes militares e proprietários de terras da região platina.⁸³ Mas o primeiro a tomar residência de maneira definitiva e a explorar as terras através da pecuária extensiva foi José Cardoso Gusmão, em 1786. Essas terras se caracterizaram por serem:

Próprias para pastagens, estabeleceram-se, predominantemente luso-brasileiros, que se dedicaram à criação e exploração de gado através das charqueadas. Ao lado dos grandes latifúndios de exploração pecuária que caracterizaram São Lourenço do Sul por quase um século, surge mais tarde, na Serra dos Tapes, as pequenas propriedades de exploração agrícola diversificada. Essa região florestal, que forma grande parte do município de São Lourenço do Sul, mas também dos municípios de Pelotas e Canguçu, permaneceu praticamente devoluta e inculta até o estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães em 1858 nas picadas São Lourenço e Moinhos. (MALTZAHN, 2011, p. 91/92).

Com o início do povoamento, surgiram as primeiras estâncias, que construía nas mesmas “capelas”, em alusão ao santo devotado pelo dono da terra. No ano de 1807, moradores da Fazenda do Boqueirão edificaram a capela de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, cujo primeiro padre foi Roberto Gonçalves da Silva, irmão do General Bento Gonçalves da Silva. Ao redor da edificação, desenvolveu-se o povoado, que é o berço do atual município de São Lourenço do Sul.

Na Fazenda de São Lourenço, localizada na margem esquerda do arroio de mesmo nome, foi construída, em 1815 uma capela devotada a São Lourenço. Essas mesmas águas do arroio serviam de refúgio para a frota farroupilha, no decorrer da Guerra dos Farrapos, sendo São Lourenço um ponto estratégico de domínio por parte dos farroupilhas. Essa proximidade está evidenciada mesmo antes do conflito ter

⁸³ “Rafael lembrava os feitos de seus antepassados, da família Brita Peixoto e de seu pai, Francisco Pinto Bandeira, na conquista dos territórios meridionais da América, desde a fundação da Laguna. Reivindicava, assim, uma ancestralidade e uma identidade com os conquistadores. [...] Este passado glorioso, sempre lembrado, dava suporte para a família reivindicar-se como pertencente às ‘melhores famílias da terra’” (GIL, 2012, p.125).

iniciado, porque o pároco era irmão do líder farroupilha, o General Bento Gonçalves da Silva.

Por Decreto do Imperador Dom Pedro I, de 11 de dezembro 1830, o povoado da Fazenda do Boqueirão foi elevado à freguesia (paróquia), sendo desmembrado da Vila de Rio Grande, e incorporado à Vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas.

No ano de 1850, o Coronel José Antônio de Oliveira Guimarães, proprietário da Fazenda São Lourenço, doou um oitavo de légua, a margem esquerda do Arroio São Lourenço, para favorecer o surgimento de uma nova povoação. Em final da mesma década, em 1858, o referido coronel firma contrato comercial com o prussiano Jacob Rheingantz.⁸⁴ Teve, desse modo, início a colonização alemã na região, ocupando lotes nas serras dos Tapes. Com isso, o pequeno porto junto ao Arroio São Lourenço, que já desempenhara importantes funções na Revolução Farroupilha, voltou a servir de referência para a região, propiciando a chegada dos imigrantes alemães.

4.4.1 A colônia alemã de São Lourenço do Sul

De acordo com Roche (1969, p. 179), São Lourenço do Sul “representa uma ilha agrícola numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária, na planície”.

Em 15 de janeiro de 1858 iniciou-se oficialmente o empreendimento colonizatório e no dia 18 de janeiro, portanto, três dias depois, chegaram à Colônia a primeira leva de imigrantes alemães com 88 indivíduos, data que marca a fundação da colônia de São Lourenço. O perfil desse imigrante era formado basicamente por trabalhadores rurais que estavam com dificuldades de conseguir terras para trabalhar na Europa, por conta do processo de industrialização no continente europeu. Grande parte dos alemães que vieram para São Lourenço do Sul era de origem pomerana⁸⁵.

⁸⁴ “Jacob Rheingantz era natural da Renânia, migrou para o Brasil na década de 40 (séc. XIX), estabelecendo-se na cidade de Rio Grande – RS, onde trabalhou como comerciante, na casa do também migrante alemão Guilherme Ziegenbein. Anos mais tarde, casou-se com a enteada de Ziegenbein, assumindo uma sociedade com o antigo patrão. Rheingantz começou a trabalhar na construção da colônia em 1855, mas a primeira leva de imigrantes somente partiu, de Hamburgo, em outubro de 1857, juntamente com os pais e as irmãs solteiras de Rheingantz, pois seus irmãos já trabalhavam na colônia. Rheingantz administrou o núcleo até seu falecimento em 1877. Sua família continuou como proprietária da colônia até 1893, quando vendeu São Lourenço para outro empresário”. (BOSENBECKER, 2012, p. 59).

⁸⁵ “Na formação do povo pomerano estão os povos eslavos e germânicos, isto é, os pomeranos têm na sua origem os eslavos (wenden), mas um processo de germanização atingiu-os profundamente, tornando-os ‘germanos’. Os pomeranos habitavam uma região, no norte da Europa, ao longo do mar

Cabe destacar, ainda, que apesar da maioria dos imigrantes serem de origem pomerana, cerca de oitenta por cento, vieram nesse processo imigratório também povos de outras regiões da Alemanha. Dentre esses povos cerca de onze por cento eram formados por pessoas da Renânia e do Hunsrück. Relata-se ainda a presença de pessoas que vieram de Hamburgo, de Baden, da Baviera, da Silésia (MALTZAHN, 2011).

O próprio colono era responsável pelo transporte da produção agrícola. Através de carroças ou carros de boi, o colono levava a sua produção até o porto de São Lourenço, onde era vendida a comerciantes donos de casas de exportação, que possuíam uma frota de barcos mercantes que abastecia regiões próximas de São Lourenço. Os produtos coloniais eram escoados nos centros de Pelotas e Rio Grande, que eram os seus principais consumidores.

Esses comerciantes faziam parte da classe dos “exponenciais”, que formaram, então, uma classe social distinta:

Era uma sociedade que se comportava verdadeiramente como transplantada da Alemanha. A língua dominante era o alemão, os assuntos que não fossem os negócios da colônia e do povoado, de um modo geral giravam sempre em torno da vida social, política e econômica da Alemanha. A escola que havia no povoado era particular, ensinava matemática, história, geografia, religião e ciências naturais, mas o idioma era o alemão. (COSTA, 2007, p. 356, *apud* MALTZAHN, 2011, p. 97).

A respeito do caso particular da colônia, destaca-se que “os primeiros anos de formação da colônia de São Lourenço foram difíceis, pois sabemos que plantações frustradas, enfermidades e infraestrutura precária fizeram parte da vida do colono nessa época” (MALTZAHN, 2011, p. 99). Assim como em outras colônias de imigração contemporâneas, o governo imperial e/ou provincial não cumpriu muitas das promessas feitas aos imigrantes, ficando sob responsabilidade dos administradores das colônias algumas necessidades básicas, como educação, religião, saúde, transporte.

Mesmo com a responsabilidade atribuída aos administradores das colônias, coube aos imigrantes a iniciativa para que essas necessidades fossem solucionadas

Báltico e entre os rios Oder e Vístula, chamada Pomerânia, palavra originada de pomorje que, na língua eslava (*wende*), significa terra próxima ao mar. Os povos germânicos já haviam habitado durante muitos séculos essa região, que mais tarde ficou conhecida como Pomerânia, no entanto, na época das migrações dos povos, eles se deslocaram do norte e leste mais para o sul e oeste da Europa, deixando essas terras praticamente desabitadas” (MALTZAHN, 2011, p. 83-84).

na prática. Destacam-se mutirões comunitários para a abertura de picadas e estradas, a fim de facilitar o transporte da produção agrícola e, em especial, iniciativas voltadas para a religião e a educação:

Os colonos demonstraram, no entanto, desde os primeiros tempos da colonização um acentuado interesse pela escola e igreja. A educação formal e a fé religiosa foram elementos essenciais por um longo período da história de vida do imigrante. A primeira escola foi criada em 1862 na Picada Moinhos. No ano de 1877 havia 16 escolas particulares e uma pública, que não funcionava por falta de professores.

A maioria evangélico-luterana criou sua primeira comunidade em 1863 na Picada Moinhos e realizava os cultos em casas “escolas-igreja”, atendidas por um pastor leigo, isto é, sem formação teológica, mas que possuía autorização do Governo Provincial para o ofício. Ao lado da “igreja” ficava o cemitério, pelo qual os evangélicos tinham um cuidado especial, pois nele, preservavam a memória da comunidade. A primeira capela foi fundada em 1867 pela minoria católica da Colônia também na Picada Moinhos. Os católicos eram atendidos esporadicamente por missionários alemães que visitavam a Colônia até 1900, quando a presença de padres católicos se tornou mais efetiva. (MALTZAHN, 2011, p. 100, grifo nosso).

O destaque para a maioria de imigrantes serem evangélicos será analisado a posteriori, pois se considera esse fato de suma importância para a compreensão da tendência política partidária ligada aos políticos do PL.

São Lourenço do Sul apresentou, também, um aspecto bastante peculiar:

A colônia não possuía uma autoridade civil e policial que registrasse os nascimentos, casamentos e óbitos e mantivesse a ordem pública. Para isso foi instituído, através de eleições, pelos próprios colonos o cargo de inspetor de picada no ano de 1862. Além disso, o colono sofreu discriminação ou até mesmo exploração, decorrente talvez de sua deficiência linguística, por parte de outros grupos étnicos da região. (MALTZAHN, 2011, p. 101).

Com essa assertiva, Maltzahn (2011) conduz a reflexão de que a colônia de São Lourenço constituiu-se por muito tempo em uma comunidade “fechada”. Devido a esse isolamento “social”, esses imigrantes mantiveram seus hábitos, costumes e tradições como forma de conseguir vencer as adversidades através do espírito de solidariedade étnica.

O crescimento da colônia de imigrantes chamou a atenção das autoridades políticas locais, porque elas tinham como intuito estabelecer um maior controle sobre esse novo grupo social, que já estava em processo de crescimento e diversificação da economia local. Desse modo, em 1861, apenas três anos após a fundação da

Colônia de São Lourenço, aconteceu a primeira de inúmeras transferências da sede da Freguesia do Boqueirão para o Porto de São Lourenço.

Outra questão relacionada ao processo de expansão da colônia gerou um forte conflito entre os colonos alemães e o administrador da colônia, Jacob Rheingantz. Caso esse que adquiriu uma dimensão tão significativa a ponto de o poder provincial ter que intervir para chegar a uma solução.

4.4.2 O Conflito entre Jacob Rheingantz e os colonos alemães em São Lourenço do Sul

Jacob Rheingantz trouxe, gradativamente, seus familiares para auxiliá-lo na administração da colônia de São Lourenço. Rheingantz também “administrou o núcleo, associando-se a políticos, fazendeiros e outros moradores locais, para consolidar e ampliar seu negócio” (BOSENBECKER, 2012, p. 42). Destacou-se, ainda, na atuação como comerciante “comprando a produção dos colonos, com exclusividade, nos primeiros anos de funcionamento da colônia, e negociando mantimentos, utensílios agrícolas e domésticos, além de roupas e tecidos, entre outros produtos” (BOSENBECKER, 2012, p. 42).

Com o crescimento do empreendimento, Rheingantz se tornou uma importante liderança alemã no Rio Grande do Sul. De tal modo, atendia grande parte dos colonos perante os órgãos governamentais, como:

Um porta-voz dos interesses dos imigrantes. Em outros momentos, agia como árbitro nos conflitos internos do núcleo, mas nem sempre com a imparcialidade necessária ao seu cargo de diretor, principalmente, pela “posição tríplice” que assumiu. (BOSENBECKER, 2012, p. 42).

Contudo, a forte personalidade de Jacob Rheingantz, que entrava em constante embate contra lideranças dos colonos alemães, e a exploração do administrador em relação aos colonos alemães⁸⁶, propiciaram, no ano de 1867, um verdadeiro contexto de guerra em São Lourenço do Sul.⁸⁷

⁸⁶ “Além da cobrança indevida (o dobro da quantia inicialmente acertada) e das fraudes nos recebidos, o empresário não passava o título de propriedade do lote, apenas entregava um recibo e, em alguns casos, era lavrada uma certidão de venda no cartório local – o que fazia parte apenas do primeiro passo para legalizar a propriedade dos colonos” (BOSENBECKER, 2011, p. 73).

⁸⁷ “As disputas pelos lotes coloniais nos levam às consequências da administração Rheingantz e de dez anos de descaso do empresário para as demandas dos colonos, dentre os quais são fatores extremos: a falta de concessão de títulos de propriedade e a demarcação de lotes. Assim, como

Contexto de guerra que eclodiu,

No dia 23 de dezembro de 1867 ao redor das 16 horas apareceu diante da casa de Rheingantz um grupo de mais ou menos 200 homens que antes disso haviam atacado e desarmado os policiais. A maioria estava armada e alguns até bêbados. Eles pediam que Rheingantz os recebesse. O pedido não foi aceito e imediatamente foram fechadas as portas e janelas. Seguiu-se uma chuva de balas e pedras contra a casa e a porta principal foi derrubada. Rheingantz havia se escondido no porão e não foi achado imediatamente. Ele somente apareceu quando alguns dos revoltosos ameaçaram incendiar a casa. Rheingantz foi obrigado pelos manifestantes a assinar uma declaração por eles ditada. Neste momento ele se comprometia, entre outros, a cobrar somente 200.000 e 250.000 Réis por lote de terra que ele havia vendido e de devolver todo o dinheiro que houvesse cobrado a mais. Além disso, ele deveria prometer que mandaria novamente medir as terras por sua própria conta. Depois disso Rheingantz foi preso na cadeia da colônia. A sua família, o oficial e os policiais foram obrigados a abandonar São Lourenço. A família Rheingantz foi para a cidade de Rio Grande para onde também se mudou, depois que o governo da província tomou o controle da situação. (CUNHA, 1995, p. 188, *apud* MALTZAHN, 2011, p. 102-103).

A questão é bastante complexa. O motivo da revolta contra Jacob Rheingantz envolve não somente questões de interesse financeiro, mas também aspectos morais e religiosos. Tanto que a intervenção de Jacob Rheingantz junto à construção de uma capela da igreja católica para a comunidade foi um dos fatos motivadores para tal revolta.

Como forma de tentar mediar, compreender e resolver a situação, o governo provincial mandou dois representantes. Os representantes eram Joaquim Müller e Karl von Koseritz, que ocupavam o cargo de agente-intérprete. Koseritz foi pessoalmente à colônia de São Lourenço, e já era conhecedor do empreendimento de Jacob Rheingantz, uma vez que ele já havia morado na cidade vizinha de Pelotas.

Koseritz buscou compreender os motivos da revolta, e, na medida do possível, oferecer alguma solução ao colono alemão. Como resultado da intervenção de Koseritz, tem-se um relatório em que ficaram constatadas reivindicações dos colonos contra o administrador Jacob Rheingantz. Talvez a presença do ilustre representante teuto tenha servido como uma das bases, inclusive, para determinar a influência do Partido Liberal na futura cidade de São Lourenço do Sul.

podemos perceber, o foco mais objetivo da revolta de São Lourenço são problemas relativos “à terra”, como títulos, valores, medições, posse, etc. No entanto, analisando com mais profundidade o processo, percebemos que a postura assumida pelo diretor Jacob Rheingantz contribui significativamente para impulsionar os conflitos” (BOSENBECKER, 2012, p. 48).

Para resolver de vez o empasse, o governo provincial nomeou o agente-intérprete Lothar de La Rue. Os trabalhos iniciaram em:

Em 1869, uma comissão foi nomeada pela Presidência da Província, com o objetivo de intermediar soluções para resolver os problemas ainda pendentes entre colonos e o empresário. Os trabalhos começaram em 22 de dezembro de 1869, com uma série de reuniões, que se estenderam até o ano seguinte, sendo apresentado um relatório sobre a revolta e a situação da colônia. Nessas reuniões, o Agente Intérprete da Colonização chamou o empresário Rheingantz para conversar com os imigrantes, levando para a colônia o Cônsul da Alemanha, que intermediou algumas conversas. Compareceram às reuniões da comissão 143 colonos (em 1869, havia 448 lotes coloniais, distribuídos em dez picadas), que reclamavam de valores cobrados pelo empresário (de passagens e de lotes), além da medição e demarcação das terras, como também da delimitação das estradas de algumas picadas. (BOSENBECKER, 2011, p. 100-101).

O governo provincial criou, ainda, o 5º distrito de Pelotas, localizado na área correspondente à colônia em questão, e nomeou como subdelegado o “tenente-coronel Pedro Francisco Affonso Mabilde, que passou a ocupar também o cargo de diretor do núcleo, mas a iniciativa não evitou novos conflitos” (BOSENBECKER, 2011, p. 102).

4.4.3 A colônia rumo à emancipação

Mesmo com todos os conflitos registrados, há de se considerar que o crescimento econômico da colônia de São Lourenço possibilitou sua elevação de colônia para distrito. Assim, em 29 de abril de 1876, o distrito de São Lourenço, na margem direita de arroio homônimo, foi elevado à categoria de freguesia, politicamente criada a 20 de novembro.

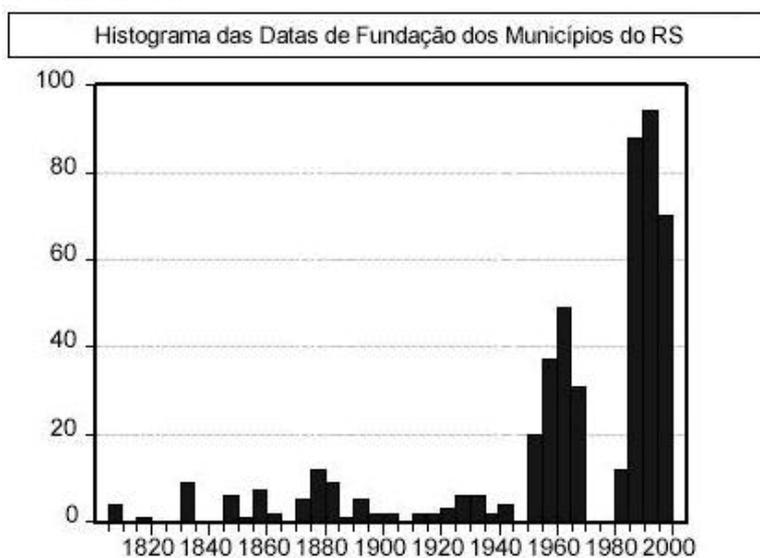
No transcorrer do processo de obtenção de autonomia política de São Lourenço do Sul, destacou-se a luta por maior autonomia política de várias localidades que deram origem ao atual Município de São Lourenço do Sul. Em 1884, ocorreu a elevação da Freguesia de Boqueirão para a categoria de vila (o que lhe dava autonomia política, na época, aos níveis de municípios atuais). A instalação ocorreu somente em 11 de fevereiro de 1886, separando-se em definitivo de Pelotas.

O povoado de São João da Reserva, na colônia de São Lourenço do Sul, foi elevado à categoria de Freguesia de São João da Reserva, em 1888. E somente no início do governo republicano, em 15 de fevereiro de 1890, a Freguesia de São

Lourenço foi elevada à categoria de Vila, reunindo no mesmo município as Freguesias de Boqueirão e São João da Reserva, cujas elevações haviam sido revogadas anteriormente. Muito embora a Freguesia de Boqueirão tenha sido elevada à condição de vila e emancipada de Pelotas em 26/4/1884, a sede do novo município foi transferida em 15/2/1890 para São Lourenço do Sul.

Esses processos de busca de maior autonomia política estão inseridos num contexto de final de Império e início da República. Percebe-se, através do gráfico (figura 2), que houve uma intensificação dos processos emancipatórios, ocorridos nos últimos quinze anos do império no Brasil:

Figura 2: Gráfico do histograma das datas de fundações dos municípios do Rio Grande do Sul



Fonte: Shikida, [s. d].

Conforme se pode observar no gráfico, na parte referente ao Brasil Império (1808 a 1889), mesmo no período em que já era independente, vê-se que foram pouquíssimos os processos emancipatórios no Rio Grande do Sul. No entanto, entre o período de 1875 a 1889 – período em que não só São Lourenço do Sul (1884 ou 1890)⁸⁸ atingiu sua autonomia, assim como os municípios de Santa Cruz do Sul (1877) e Taquara do Mundo Novo (1886) se emanciparam – há um número muito grande de emancipações.

⁸⁸ Para alguns historiadores, à elevação a categoria de Vila de Boqueirão é considerada a emancipação de São Lourenço do Sul, no entanto a freguesia intitulada com o nome de São Lourenço, que pertencia a Vila Boqueirão, só atingiu a categoria de vila em 1890.

Essas informações justificam-se como medidas para tentar sustentar o já fragilizado Império brasileiro, que outrora preferia, embora nem sempre fosse possível, centralizar o poder. Porém, com seu iminente declínio, via na fragmentação do poder uma das maneiras de sustentar o Império. Dessa forma, estabeleceria, através da criação de novos municípios, a oportunidade de fortalecer o poder local, e, assim, continuar a obter o apoio das elites dessas localidades:

Ao longo do período imperial, houve sempre certa contradição entre a relativa autonomia efetiva das regiões e a concentração de poder político nas mãos da corte imperial, tanto que muitas vezes as pretensões autonomistas das províncias se fizeram sentir. No entanto, não se deve entender que havia uma contraposição absoluta entre as duas tendências. O próprio poder central era constituído, em parte, como uma espécie de condomínio dos potentados regionais, em particular das regiões mais ricas

O poder central não apenas apoiava as oligarquias locais quando confrontadas com eventuais rebeliões populares como constituía uma forma de garantia, em última instância, do regime escravista. (RABAT, 2002, p. 09).

Fortalecimento e maior autonomia política local aumentavam as relações das autarquias municipais, provinciais e imperiais, satisfazendo, dessa forma, os interesses do Império, que buscava alternativas para a crise política que estava enfrentando, além de satisfazer o interesse das elites locais, que, atingindo o poder, aumentariam suas influências e seus privilégios perante seu eleitorado.

Tal situação de busca de apoio de elites locais também tornou-se frequente com o advento da República, período em que a consolidação da base partidária se deu com a cooptação de políticos das diversas localidades sul-rio-grandenses.

4.4.4 A composição política de São Lourenço do Sul

Apesar de uma escassez de fontes sobre a formação da composição política em São Lourenço do Sul, alguns indícios permitem tentar chegar a algumas conclusões sobre a reconstrução do quadro político no referido município.

Dentro desse quadro de reconstrução política, parte-se do princípio, já salientado no decorrer da dissertação, de que São Lourenço do Sul representou, no início da república, um foco de oposição ao PRR. Mas, para compreender esse dado, além dos números eleitorais, que se evidenciaram com a eleição constituinte de 1891, deve-se considerar, mesmo que sucintamente, as origens de São Lourenço do Sul.

Percebe-se uma forte vinculação dos alemães que colonizaram o referido município com as ideias liberais.

Tal fato se deu, desde antes mesmo existir a colonização em São Lourenço, com o engajamento à causa dos farrapos, por parte dos teutos. No entanto, julga-se mais determinante para essa aproximação não só com os ideais liberais, mas como os políticos do PL, os reflexos do conflito entre os colonos teutos e o administrador da colônia Jacob Rheingantz. Através desse conflito, contatou-se a presença do agente-interprete Karl von Koseritz, político liberal, que vinculou-se ao PL, sendo o mesmo um dos principais defensores da participação teuta na política. A presença de Koseritz, mesmo que efêmera nesse conflito, representou, provavelmente, um passo inicial e decisivo para a intensificação da discussão da abrangência dos direitos de cidadania a serem debatidos pelos teutos de São Lourenço.

Outro ponto essencial é o grande número de protestantes existentes na colônia. Isso deve ter influenciado na aproximação ao PL por parte dos teutos, pois a defesa dos direitos dos acatólicos no processo eleitoral, inegavelmente, foi um dos grandes trunfos do PL para cooptar eleitores nas áreas de colonização alemã.

Compete, também, destacar a vinculação que os herdeiros de Jacob Rheingantz, no caso do seu filho mais velho, Carlos Rheingantz, com o PRR. O fato de o momento em que ocorreu a filiação de herdeiros da família Rheingantz ao PRR ter ocorrido cerca de 25 anos após o conflito entre Jacob Rheingantz e os alemães da colônia em que ele administrava, não significava que o embate já tinha sido esquecido por parte dos teutos. A vinculação de Carlos Rheingantz ao PRR e a ojeriza que os teutos possuíam em relação a sua família já seria um bom motivo para justificar a derrota do PRR em São Lourenço. Somam-se a isso as demais influências anteriormente citadas. Além disso, tem-se em São Lourenço do Sul um foco político desafiante para que o PRR conseguisse estabelecer o seu projeto hegemônico partidário.

Salienta-se que esse projeto de hegemonia do PRR também estava vinculado ao fato de acabar de todas as formas com evidências contrárias ao seu governo. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no maço relativo à Câmara/Conselho de Conceição do Boqueirão (São Lourenço do Sul),⁸⁹ encontra-se um hiato de correspondências oficiais entre o Câmara/Conselho municipal e o presidente do

⁸⁹ Correspondência localizada no AHRs: Lata: 114; A.MU – 58; Maço 58.

estado, justamente no período de transição da monarquia para a república, final de 1889 e início de 1890. Fato esse que nos leva a supor não que as correspondências não existiram, e sim que elas devem ter sido indesejadas por parte das novas autoridades detentoras do poder.

Desse modo, era necessário reestruturar a base política administrativa local. Assim, no início do ano de 1891, o PRR passou a intervir naquela vila, buscando consolidar sua força, usando a máquina do estado para se fortalecer na região, militarmente. Pelo Ato nº. 79, de 31 de janeiro de 1891⁹⁰, foi criada a Guarda Nacional em São Lourenço do Sul:

O governador do Estado, usando da autorização concedida pelo decreto n. 1051, de 21 de novembro do ano findo, resolve criar um comando superior de guardas nacionais na comarca de S. Lourenço, e nomear o cidadão José Antônio de Oliveira Guimarães para o posto de Coronel Comandante Superior.

Tal ato foi complementado em 23 de novembro do corrente ano pelo Ato nº. 127, de 23 de fevereiro de 1891⁹¹, que criou vários corpos da Guarda Nacional em São Lourenço do Sul:

O governo do Estado, no uso de sua autorização concedida pelo decreto 1051, de 21 de novembro do ano findo, resolve criar na comarca de S. Lourenço os seguintes corpos de guardas nacionais: três corpos de cavalaria, com quatro esquadrões cada um e a nomeação de 105, 106 e 107; um batalhão de infantaria de reserva com seis companhias e a nomeação de 41; e uma secção de batalhão de infantaria da reserva, com três companhias e a numeração de 30.

No mesmo dia, sob o Ato nº. 128, de 23 de fevereiro de 1891⁹², ficou evidenciado, através da distribuição dos cargos do oficialato da Guarda Nacional, a nova reestruturação a ser estabelecida na Comarca de São Lourenço do Sul, com a indicação de personas ligadas ao novo regime republicano e ao PRR:

⁹⁰ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

⁹¹ *Idem*.

⁹² *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

O governador do Estado, tendo em atenção o decreto n. 279, de 24 de março do ano findo e autorizado por avisos do Ministério da Justiça de 6 de fevereiro, 24 e 27 de março do mesmo ano, resolve nomear para a guarda nacional da Comarca de S. Lourenço os seguintes oficiais:

Tenente-Coronel chefe do Estado-maior do comando superior: o cidadão Nicanor dos Santos Abreu;

Majores ajudantes d'ordens do comando superior os cidadãos Manoel Carvalho de Abreu Filho e Candido Carvalho de Abreu;

Capitão secretário geral, o cidadão Rodrigo Antônio Lopes;

Capitão quartel-mestre geral, o cidadão Carlos Ritter Filho;

Capitão cirurgião-mór, o tenente honorário do exército Américo Manoel dos Passos;

Tenente-Coronel comandante do 105 corpo de cavalaria, o cidadão João Alfredo Crespo;

Tenente-Coronel comandante do 106 corpo de cavalaria, o cidadão Carlos Westendorff;

Tenente-Coronel comandante do 107 corpo de cavalaria, o cidadão Guilherme Lindmann;

Tenente-Coronel comandante do 41 batalhão de infantaria da reserva o major Manoel de Carvalho de Abreu e Major comandante da 30 secção de batalhão da reserva o cidadão Domingos dos Reis Padilha.

Quem assinou esses três atos, solicitando a aprovação dos mesmos junto ao Governo Provisório, foi o general da divisão Candido Costa. Evidencia-se nos mesmos que, apesar da grande presença teuta na composição populacional de São Lourenço do Sul, apenas três nomes de origem alemã estavam na lista de oficialato da Guarda Nacional em local no início de 1891. E essa tendência de compor a base política administrativa local com a presença de poucos teutos foi uma estratégia utilizada pelo PRR. Inclusive, foi utilizada com a indicação de um luso-brasileiro para a intendência local, Coronel Guimarães, e na reformulação administrativa territorial de 1893, quando foram indicados para chefes de distrito: 1º Distrito – João Baptista de Alencastro; 2º Distrito – Virgilino Lopes dos Santos; 3º Distrito – Joaquim Antônio Pinto; 4º Distrito – Arno Ernst (único descendente de alemão a fazer parte da estrutura administrativa de São Lourenço).⁹³

Mesmo com a intimação aos eleitores partidários, da União Nacional e da União Republicana, através das armas da Guarda Nacional, não foi suficiente para o PRR vencer as eleições de 1891. As marcas do passado liberal dos colonos teutos de São Lourenço do Sul foram mais fortes que a repressão. No entanto, o PRR não teve nessa derrota o último capítulo pela hegemonia naquela localidade. A indicação e distribuição de cargos políticos e administrativos foram bastante eficazes no caso de São Lourenço do Sul. A ponto de, já em 1892, um ano apenas após a fracassada eleição, o PRR já deter o poder hegemonicamente em São Lourenço do Sul. Tal

⁹³ Correspondência localizada no AHRs: na Caixa: 195; A.MU – 363; Maço 363.

evidência se estabelece através do teor das correspondências enviadas à presidência do estado, como essa encaminhada no final de 1892:

Presidente do Estado

Conselho Municipal hoje reunido em sessão extraordinária votou moção de confiança ao vosso governo e doutro chefe de polícia pelos extraordinários serviços prestados ao Estado nos últimos movimentos revolucionários. Este conselho continuando a prestar-vos inteiro apoio faz votos pela paz e prosperidade do Rio Grande.

Gregório Roza
Presidente do Conselho Municipal
28/12/1892⁹⁴

Outras epístolas do mesmo teor, mas já no processo da Revolução Federalista, foram enviadas quando o Coronel Guimarães, intendente de São Lourenço do Sul, em 9 de junho de 1893, assinou uma carta ao chefe de polícia com os seguintes dizeres: “congratulo-me com vos pela vitória da nossa causa e extermínio dos vândalos. Viva a República”.⁹⁵

Outra evidência, de cunho mais prática da hegemonia alcançada pelo PRR em São Lourenço do Sul, corrobora esse entendimento: depois da derrota na eleição constituinte de 1891, o PRR não perdeu mais nenhuma eleição em São Lourenço do Sul, durante a o restante da chamada Primeira República (1889 a 1930). Aliás, a oposição depois de 1891 não chegou nem perto de sonhar com vitórias naquela vila, demonstrando a eficácia da máquina castilhistas em esvaziar o poder de seus inimigos políticos.

Contudo, tal prática não se tornou uma regra, pois nem todos os esforços de Júlio de Castilhos e, posteriormente, de seu sucessor Borges de Medeiros, nem mesmo o uso da máquina pública e todo o poder que ela propicia, foram capazes de constituir um governo hegemônico em todos os municípios do estado. Dentre essas cidades que conseguiram manter uma oposição forte ao PRR durante todo o período da Primeira República, está justamente a cidade de origem teuta de Santa Cruz do Sul.

⁹⁴ Correspondência localizada no AHRs: Lata: 123; Caixa: 195; A.MU – 363; Maço 363.

⁹⁵ Idem.

4.5 ORIGENS DO POVOAMENTO DE SANTA CRUZ DO SUL

Santa Cruz do Sul⁹⁶, situado na região do Vale de Rio Pardo – região central do Rio Grande do Sul –, teve sua origem vinculada ao município de Rio Pardo, que a partir do ano de 1846 pretendia abrir rotas alternativas e diminuir a distância com a região dos “Campos de Cima da Cerra”.⁹⁷ A nova rota passaria na região de Soledade, então distrito de Cruz Alta. Com essa intenção, “foi aberta a Picada Santa Cruz, ou Picada Velha, contratada com Abel Corrêa de Câmara, sendo que a abertura desta picada foi outorgada a Delfino dos Santos Moraes, via lei provincial nº 111, de 6 de dezembro de 1847” (WARKEN, 2002, p. 03).

4.5.1 A colônia alemã de Santa Cruz do Sul

O planejamento da ocupação populacional dessa nova rota de integração só começou dois anos após, quando, em 2 de dezembro de 1849, foi criada a colônia de Santa Cruz⁹⁸, originada das terras localizadas no distrito rio-pardense de Serra do Botucaraí e o território situado entre a margem esquerda do Rio Pardo e o Arroio Taquari-Mirim.

Para essa nova colônia, foram então encaminhados povoadores de origem germânica, que começaram a chegar em 19 de dezembro de 1849. Os mesmos se instalaram na:

Picada do Abel, depois conhecida como Picada Velha e, mais tarde, oficialmente denominada de Picada ou Linha Santa Cruz. Hoje, é conhecida e denominada de Linha Santa Cruz. Os primeiros imigrantes foram: Augusto Wutke, Frederico Tietze, Augusto Mandler, Gottlieb Pohl, Augusto Raffler e Augusto Arnold. Todos eram solteiros, exceto Wutke, e provenientes das Províncias Alemãs da Silésia e do Reno. (WARKEN, 2002, p. 3).

⁹⁶ A atual cidade de Santa Cruz do Sul passou por várias nomenclaturas em sua história sendo o primeiro Faxinal do João Faria (1822), Colônia de Santa Cruz (1849), Freguesia de São João de Santa Cruz (1859), Vila São João de Santa Cruz (1877), Cidade de Santa Cruz (1905), e Santa Cruz do Sul (1945).

⁹⁷ “Destinava-se a servir de porta, numa estrada iniciada em 1847, entre Rio Pardo e Cruz Alta. Teve seus começos complicados porque se encontrava a mais de 40 quilômetros do rio. Mas seu solo era fértil, e a colônia prosperou graças à cultura do fumo. Emancipou-se em 1872” (ROCHE, 1969, p. 109).

⁹⁸ “Vale observar que Santa Cruz do Sul foi a segunda colônia alemã fundada no Rio Grande do Sul, dentre as 172 instaladas no período compreendido entre 1824 até 1922. A primeira foi instalada em São Leopoldo e foi com a chegada dos alemães que se implantou um processo de produção alternativo à produção pastoril” (MOLINA, 2010, p. 57).

Com um ano de povoamento, a colônia já possuía 74 moradores, e ela era administrada por diretores, que eram subordinados diretos do Presidente da Província, com exceção do primeiro, que ficou subordinado ao Diretor da Colônia de São Leopoldo.

O desenvolvimento da colônia era perceptível devido ao grande aumento populacional. No segundo ano de colonização, a população estimada era de praticamente o dobro e moradores, contando com cerca de 145 habitantes. Ao analisar esse crescimento numa escala temporal um pouco maior, constata-se que:

Dez anos depois da fundação sobre um total de 409 lotes medidos, a 140.000 braças quadradas cada um, existiam 2.409 moradores, e em 1889, 18.000. Embora viessem alguns contingentes das colônias antigas, Santa Cruz é aquela fundação que, durante o período de expansão, recebeu maior número de imigrantes diretos, vindos da Renânia, da Silésia e da Pomerânia. (RAMBO, 1956, p. 91, *apud* MOLINA, 2010, p. 56).

Como consequência desse crescimento populacional e desenvolvimento econômico, através da “Lei nº 432, de 08 de janeiro de 1859, a Colônia de Santa Cruz foi elevada a Freguesia (Freguesia de São João de Santa Cruz)”. (WARKEN, 2003, p. 03).

Naquilo que tange ao desenvolvimento econômico, Santa Cruz se destacou na diversidade da produção agropecuária. Utilizando uma área desprezada pelos pecuaristas tradicionais do estado (da região oeste e sul), os novos colonos transformaram as áreas de matas em pastagens e roças. Assim, a imigração, além de povoar áreas economicamente devolutas, passou também a servir como meio da diversificação econômica para o Rio Grande do Sul, sendo essa nova economia baseada “em três características diferentes das encontradas na região da campanha gaúcha: utilização de mão de obra familiar, pequena propriedade e policultura” (MOLINA, 2010, p. 57):

A colônia, fundada em 1849 pelo governo provincial, tem uma interessante história agrícola. O Roche (1969) divide em quatro fases a sua produção agrícola. A primeira é uma fase de economia de subsistência na qual existe pouco investimento ou comércio. A camada principal da população agrícola localiza-se de acordo apenas com a distribuição dos recursos naturais. A segunda fase acontece na medida em que ocorrem melhorias nos transportes, a região passa a desenvolver algum comércio e especialização local. Nessa fase, surgem modestas indústrias. Uma terceira fase acontece quando a região tende a se deslocar através de uma sucessão de culturas agrícolas. Numa quarta fase, por causa do crescimento da população e dos rendimentos decrescentes da agricultura e das outras indústrias extrativas, a região é forçada a se industrializar. (MOLINA, 2010, p. 57-58).

Todavia, ratifica-se que o nível de diversificação econômica não ficou restrito apenas a questões agrícolas, pois:

Podemos relacionar o crescimento da produção agrícola com o concomitante desenvolvimento das casas comerciais. Sabe-se que o aumento do número de pessoas que querem morar na povoação, geralmente artesãos ou negociantes. Em 1866, já se tem notícia de sete casas comerciais na povoação, que fazem a intermediação da compra e venda de mercadorias coloniais, e dez comerciantes situados nas linhas coloniais, todos esses centros encarregados de fazer a compra e o abastecimento da região. (KRAUSE, 2002, p. 48).

Foi justamente essa nova classe de comerciantes que teve papel fundamental para o engajamento político dos teutos na região. Devido ao crescimento financeiro, os teutos passaram também a obter mais poder de influência política, numa amplitude além do espaço da região de Santa Cruz do Sul.

4.5.2 O processo emancipatório

Com essa maior influência, ocorreu em 31 de março de 1877, pela Lei nº 1079, a elevação da Freguesia São João de Santa Cruz para a categoria de Vila (Vila São João de Santa Cruz). Foi marcada a eleição para compor a primeira Câmara de Vereadores em, 5 de agosto de 1878, junto à então Igreja Matriz de São João Batista, tendo sido eleitos os seguintes cidadãos: Joaquim José de Brito, Carlos Trein Filho, Roberto Jaeger, Germano Hentschke, Jorge Júlio Eichenberg, José Lopes Simões e Pedro Werlang:

A posse dos eleitos para a primeira Câmara de Vereadores (Conselho) ocorreu a 28 de setembro de 1878, sendo que esta cerimônia foi presidida pelo Presidente da Câmara de Rio Pardo, Sr. Joaquim Alves de Souza. O Município foi oficialmente instalado com esta posse, cujo ato representou a emancipação político-administrativa de Santa Cruz do Sul. O novo município tinha 10 mil habitantes. (WARKEN, 2002, p. 04).

Observa-se que, diferentemente de São Lourenço do Sul, onde não só a Câmara de Vereadores, mais os diversos setores administrativos, contavam com uma pequena parcela de teutos ou descendentes de teutos em sua composição⁹⁹, em

⁹⁹ “Em termos gerais, a partir da década de 80, a situação política dos alemães ficou, no plano das câmaras municipais, entregue aos comerciantes, como grupo dirigente” (PESAVENTO, 1980, p. 166, *apud* KRAUSE, 2002, p. 108).

Santa Cruz do Sul a situação era oposta, contando com um grande número de teutos nos quadros administrativos. Tal fato deve estar diretamente ligado à capacidade financeira de Santa Cruz do Sul determinar um patamar de importância maior para as autoridades estaduais na comparação com São Lourenço do Sul.

Mesmo com a predominância de teutos na câmara, a presidência ficou nas mãos de um luso brasileiro:

Segundo o Art. 168, da Constituição do Império, os Conselhos Municipais (Câmaras) seriam eletivos e compostos pelo número de elementos que a Lei designasse e quem obtivesse o maior número de votos seria o Presidente, que desempenharia função executiva, hoje atribuída ao Prefeito. Assim, Joaquim José de Brito (Tenente-Coronel Brito) foi o primeiro Presidente da Câmara. (WARKEN, 2002, p. 04).

Apesar do significado relevante da presidência da câmara¹⁰⁰, ou conselho municipal – como intitulava-se a câmara na época –, não estar nas mãos dos teutos, a sua predominância nos cargos públicos representava o quão importante, politicamente, os mesmos eram.

No mesmo ano da posse da primeira câmara de Santa Cruz, ocorreu a inversão partidária no poder do estado. Consolidou-se, a partir de 1878, a hegemonia do Partido Liberal (PL) no Rio Grande do Sul. E em Santa Cruz do Sul, intensificou-se o engajamento político de uma parcela da elite econômica municipal ao PL (KRAUSE, 2002).

4.5.3 A composição política de Santa Cruz do Sul

Destaca-se que os indivíduos engajados nas questões políticas são os intitulados de “exponenciais”, por Witt (2008), ou seja, os comerciantes que possuíam a hegemonia econômica local. No caso específico de Santa Cruz de Sul, esses “exponenciais” eram predominantemente luteranos¹⁰¹:

¹⁰⁰ “Durante 11 anos do Império (1878 a 1889), Santa Cruz do Sul foi administrada por Conselhos (Câmara) que exerciam as funções legislativas e executivas. O Presidente respondia pelo governo e os demais vereadores, em número de seis, eram inspetores de cada um dos seis distritos. Os escritos disponíveis sobre os Conselhos, no período Imperial, não fazem menção à filiação partidária dos eleitos, embora tenham existido, neste período, dois partidos, o Conservador e o Liberal” (WARKEN, 2002, p. 05).

¹⁰¹ “No que diz respeito as profissões exercidas pelos colonos de Santa Cruz do Sul destacasse que: “86,9% dos católicos, 92,8% dos protestantes e 93,3% da religião mista são agricultores. Dos que atuam como comerciantes, dos 10 profissionais registrados nas 13 linhas, eram todos protestantes (entre os protestantes perfaziam um percentual de 2,3%), não sendo constatado comerciantes católicos

Um dado interessante é a respeito da profissão de comerciante, onde todos são protestantes. Se existia um agricultor católico que exercia concomitantemente a atividade de comerciante, este, na hora do levantamento, não se considerou comerciante. Tal fato pode indicar a pouca importância que era atribuída ao comércio pelo católico, considerando-se predominantemente agricultor.

Com relação ao número de filhos dos casais, é observada uma tendência das famílias católicas terem um maior número de filhos, comparadas às famílias protestantes. Tal situação pode ser explicada em grande parte pelas posturas conservadoras da Igreja Católica em relação ao controle da natalidade, bastante diversa das posturas da igreja luterana que recomenda controle da prole. (KRAUSE, 2002, p. 163-164).

Com essa predominância política e econômica, não é de estranhar a aproximação desses teutos em relação ao PL. Afinal de contas, como já foi referido, a atuação política dos acatólicos foi bastante restrita. A luta pelo PL e de dois políticos engajados a esse partido, de Karl von Koseritz – considerado o porta voz dos teutos, notadamente dos acatólicos – e do tribuno Gaspar Silveira Martins, que defendeu a aprovação da lei Saraiva (1881), possibilitaram a plena participação política dos acatólicos; fizeram com que grande parcela desse grupo étnico aderisse ao PL.¹⁰²

Mesmo com a predominância do PL em Santa Cruz do Sul, coube a uma então terceira via partidária¹⁰³ o estabelecimento na referida vila, o PRR:

Também sabemos da existência do clube republicano em Santa Cruz do Sul em 1884 (ano de fundação), apesar de serem apenas 7 sócios fundadores (João Leite Pereira da Cunha, Adão Jost, Vasco de Azevedo e Sousa, Frederico Pedro Lobo D'Óvila, Carlos Dreher, Ignácio Francisco Hübner, e outro nome que não conseguimos determinar. (KRAUSE, 2002, p. 109).

ou de religião mista. Outras profissões (ferreiro, pedreiro, funileiro, sapateiro, marceneiro, moleiro, professor, costureira, saleiro, carroceiro, alfaiate, agrimensor) perfaziam 3,6% dos católicos, 3,3% dos protestantes e 6,6% da religião mista” (KRAUSE, 2002, p. 162).

¹⁰² Vale destacar também a influência da maçonaria nessa adesão ao PL, pois “Observou-se que durante este período imperial houve um arranjo de certos setores do PL com as lideranças políticas santa-cruzenses (que na sua grande maioria eram comerciantes e ‘industriais’). Curiosa é a identidade desta elite econômica e política local com a Maçonaria – Koseritz e Gaspar Silveira Martins eram maçons e anticlericais, apesar de nem sempre terem relações harmônicas entre si” (KRAUSE, 2002, p. 178).

Salienta-se, ainda, que os republicanos também se fizeram presentes nas lojas maçônicas. Principalmente após o ano de 1889, pois “com a República Velha e o PRR local, muitos líderes do PRR santa-cruzense, comerciantes e industrialistas participaram da maçonaria. Figuras em destaque como o ‘industrialista’ Wilhelm Schreiner, o político, comerciante e ‘industrialista’ Rodolfo Eifler, Jorge H. Eichenberg (político de destaque local na transição da Monarquia à República), Gaspar Bartholamy (foi intendente de Santa Cruz do Sul, do PRR), sobre o fundador da ‘indústria’ de artefatos de borracha, Jorge Hoesel, entre outros – também luteranos”. (KRAUSE, 2002, p. 179).

¹⁰³ Considera-se a primeira via partidária o partido que estava no poder, o PL; a segunda via partidária, a oposição histórica de mais de meio século na política imperial, o PC; e a terceira via seria o PRR, partido que não se identificava na defesa da monarquia, sendo propagador do regime republicano, fundado no Rio Grande do Sul no ano de 1882, e dois anos mais tarde, em Santa Cruz do Sul.

Tal grupo só teve vez no poder com o advento do regime republicano, no ano de 1889. Mas essa ascensão ao poder não significava a submissão dos partidários do PL. Inclusive, eram hostis com o grupo mandatário do poder no estado. A prova disso está no primeiro documento encaminhado pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul após a Proclamação da República:

A Câmara Municipal de São João de Santa Cruz, em 02 de dezembro de 1889, solicita que seja cancelada a deposição e extradição de Gaspar Silveira Martins e que o Governo Provisório do País recoloque Gaspar Silveira Martins no Governo do Rio Grande do Sul.

Joaquim José de Brito
Presidente da Câmara¹⁰⁴

O teor da correspondência exemplifica bem dois aspectos santa-cruzenses: primeiro, a força dos políticos ligados ao PL e a Gaspar Silveira Martins naquela vila; e, segundo, que a resistência política desse grupo ao PRR era forte.¹⁰⁵ Isso era um inconveniente para o novo governo republicano, que “não permitia lideranças locais que não fossem de seu agrado, em especial quando estas apresentavam uma representação política que não buscava uma relação de subalternidade e mantinha uma residência para aderir ao PRR” (KRAUSE, 2002, p. 112).

Tal ordem representava uma característica diferenciada do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, quando a figura do Coronel que detinha o poder estava mais vinculada a sua fidelidade ao líder do partido do que, necessariamente, o fato de possuir o maior poder econômico local.¹⁰⁶

Dessa forma, a maneira mais tangível de se atingir o poder era a cooptação:

¹⁰⁴ Informações obtidas no Correspondência localizada no AHRs: Lata: 151; A.MU – 206; Maço 206.

¹⁰⁵ “Podemos constatar que a Proclamação da República em Santa Cruz do Sul e os indícios do período republicano no município não foram recebidos pelas lideranças locais com total indiferença. A reação ao ‘mandonismo’ de Castilhos e a resistência de alguns ‘chefes’ locais vêm nos demonstrar este fato” (KRAUSE, 2002, p. 119).

¹⁰⁶ “Enquanto que nos outros estados a dominação política local e regional era exercida, quase sem exceção, pelos maiores latifundiários, permitindo que se parta do pressuposto de que posição socioeconômica e posição política se sobrepujam, havia no Rio Grande do Sul freqüentes exceções a esta regra, de modo que se pode falar de um tipo especial de coronelismo. Se o ‘chefe natural’ de um município não agradava ao presidente do estado, este enviava um funcionário ao lugar, a fim de tomar conta da política local. Esta liderança não decorria então da posição social dentro da sociedade local ou regional, mas do respaldo que o governo estadual lhe dava” (GERTZ, 1987, p. 44, apud KRAUSE, 2002, p. 112-113).

Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da república em Santa Cruz do Sul, uma política de ‘cooptar’ ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um ‘funcionário’ ao lugar. Neste sentido, o Partido do Centro Católico cumpriu um papel importante, na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o partido do Centro Católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa Cruz do Sul). (KRAUSE, 2002, p. 119).

Buscando efetivar o predomínio político local, o PRR passou a intervir fortemente na estrutura administrativa santa-cruzense. E segundo estudo dos atos do governo do estado, o ano de 1891 apresentou uma forte intervenção estadual na sob o ponto de vista militar em Santa Cruz do Sul. Tal fato, assim como em São Lourenço do Sul, está associado ao contexto pré-eleitoral de maio do referido ano. Assim, pelo Ato nº. 213, de 31 de março de 1891¹⁰⁷, o governo estadual nomeou oficiais para a Guarda Nacional da “Comarca de São João de Santa Cruz”:

O vice-governador do Estado, autorizado por avisos do Ministério da Justiça de 6 de fevereiro, 24 e 27 de março do ano findo, resolve nomear o tenente Francisco Ferreira de Britto para o posto de Capitão secretário geral do comando superior de guarda nacional da Comarca de São João de Santa Cruz, e para o tenente coronel comandante, do 114º corpo de cavalaria da referida comarca o cidadão Adão Jost.

E o Ato nº. 214, de 31 de março de 1891¹⁰⁸, que visava a organizar o 114º corpo de cavalaria da Guarda Nacional da comarca de “São João de Santa Cruz”:

O vice-governador do Estado, tendo em atenção o decreto n. 279, de 24 de março do ano findo, resolve organizar o 114º corpo de cavalaria da Guarda Nacional da comarca de São João de Santa Cruz, criando por ato desta data, pela forma seguinte:

Capitão-cidadãos: Ernesto Zietlovo; João Luiz de Moraes; José Werlang; Oscar Gressler; Frederico Strohschön; Humberto Roberto Carlos Puhlmann; Pedro Billig; Jorge Jochims.

Tenente-cidadãos: Carlos Arend; João Cristiano Zinn; Fernando Kriellovo; José Ferrera Chaxim; José Bender; Antônio Augusto Ferreira de Brito; Luiz Gittinger; Ricardo Graovander.

Alferes-cidadãos: Eduardo Frantz; João Baptista da Silva Branco; Carlos Becker; Francisco Genz; Carlos Meinhardt; Pedro Heinrich Filho; Eduardo Gressler; Jorge Fockim.

¹⁰⁷ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹⁰⁸ Idem.

Esses dois atos foram assinados pelo então vice-governador Fernando Abbott. Pode-se constatar que, dessa forma, o PRR começou a impor na estrutura administrativa local políticos vinculados ao PRR. Chama atenção a grande presença de teutos que estavam ligados ao partido republicano e o engajamento dos mesmos na guarda nacional, fato esse que também destoa de São Lourenço do Sul, onde a participação teuta na guarda nacional era irrelevante.

Mas, apesar da aludida diferença de Santa Cruz do Sul em relação a São Lourenço do Sul, alguma coisa esses municípios tiveram em comum nesse ano: a oposição consubstanciada na eleição de 5 de maio de 1891 na União Nacional e na União Republicana derrotou o PRR nas urnas. Após a derrota, na referida eleição, o PRR estabeleceu uma nova estruturação na guarda nacional através do Ato nº 586 de 14 de junho 1891¹⁰⁹, que organizando o 28º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de São João de Santa Cruz, muito visando desse fortalecer militarmente sua base política local.

Apesar da derrota em alguns municípios nas eleições constitucionalistas de 1891, o PRR saiu vencedor. Contudo, no ano de 1891 o PRR sofreu um golpe que o derrubou do poder e trouxe muitas complicações na ordem política estadual, esse golpe ficou conhecido como *governicho*.

4.5.4 O *governicho* em Santa Cruz do Sul e suas implicações

Vencedora nas urnas em âmbito local, mas perdedora na questão estadual, a oposição ao PRR em Santa Cruz do Sul teve no *governicho* uma oportunidade de retomar ao poder:

Com o “Governicho”, a conturbação política também se reflete em Santa Cruz do Sul, onde há inclusive um atentado contra um mensageiro de Trein (Kolonie, 21.11.1891), que estava enviando correspondência a outra localidade, mas conseguiu escapar. Dentro desta conjuntura política, é convocada uma reunião pública com a presença de 67 pessoas. Na ocasião (13.11.1891), é eleita uma junta provisória para administrar Santa Cruz do Sul. O cargo de presidente da junta evidentemente fica com Carlos Trein Filho e o de secretário com Bernardo Krische (antigos liberais). (KRAUSE, 2002, p. 111).

¹⁰⁹ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

A volta desse grupo de origem liberal ao poder foi efêmera. Pouco mais de seis meses depois do golpe, Júlio de Castilhos e seus correligionários retomaram o poder, em 17 de julho de 1891. Iniciaram um processo de forte perseguição política a seus opositores, que foi constatada em Santa Cruz do Sul poucos dias após o retorno do PRR ao comando estadual:

Em 22 de junho de 1892, o governo do Estado indica uma comissão para Santa Cruz do Sul, constituída por João Leite Pereira da Cunha (PRR), Jorge Henrique Eichenberg, procurador da intendência, Ernesto Zietlow, delegado de polícia. A comissão devolve a administração do município aos eleitos em 15 de outubro de 1891, tendo como presidente o Sr. Abrahão Tasch. (KRAUSE, 2002, p. 112).

Além de devolver o poder à Câmara Municipal aos membros do PRR, e ao Partido Católico, ambos usurpados de seus mandatos com o *governicho*, o PRR buscou fortalecer suas bases locais com a nomeação do Coronel João Leite Pereira da Cunha, como primeiro intendente de Santa Cruz do Sul, em 7 de dezembro de 1892.

Em contraposição aos políticos vinculados ao PRR, “a figura de Carlos Trein Filho ainda permanece como um aglutinador da oposição” (KRAUSE, 2002, p. 114). Assim, era um político a ser combatido. Combate, esse, que ficou claro logo no início do governo do novo intendente, quando:

Pereira da Cunha, através do delegado em exercício, manda arbitrariamente prender os membros do diretório federalista (Kolonie, 05.11.1892). São eles: George Júlio Eichenberg, Wilhelm Eichenberg, Adam Fetter, Peter Kölzer, Bernard Krische, João Batista de Azevedo, Marcus Brito de Oliveira, somente libertados depois de posse do delegado titular Ernesto Zietlow. Carlos Trein Filho recebe ordem de Porto Alegre para não se afastar de Santa Cruz do Sul (Kolonie, 25.02.1893) e após este confinamento, Trein, junto com George Júlio Eichenberg, Herrmann Heitting e August Harth, vai à Alemanha (Kolonie, 26.04.1893). (KRAUSE, 2002, p. 113).

Essas prisões arbitrárias, somadas à forte constituição partidária dos políticos de oposição ao PRR, fez de Santa Cruz do Sul um dos municípios de maior incidência bélica durante a Revolução Federalista, 1893 a 1895, (KRAUSE, 2002). Essa evolução foi descrita, inicialmente, como preocupante por parte do Intendente João Leite Pereira da Cunha, tanto que, entre 31 de maio de 1893 a 19 de julho de 1893, o Intendente João Leite enviou seis telegramas e uma carta ao desembargador, chefe de Província do Estado, solicitando ajuda contra os maragatos – com urgência.

Contudo, a partir de meados do ano de 1893, a situação que era preocupante por parte dos membros do PRR começou a apresentar uma guinada quanto aos rumos dos conflitos bélicos. Em 29 de julho de 1893, o intendente mandou uma carta ao desembargador chefe de polícia com os seguintes dizeres “De 240 homens que tínhamos reunidos dispensamos 180, temos agora 60. Que custo para fazer, mantê-las um dia pessoal também? Presidente de Estado não respondeu meu telegrama a respeitar aqui tranquilidade”.¹¹⁰

Posteriormente, ocorreu uma lacuna dos telegramas: entre 19 de julho e 2 de setembro. A partir dessa data, de 2 de setembro, os telégrafos começaram a exaltar as vitórias das tropas legalistas locais – com apoio das tropas do governo frente aos maragatos. No total, foram enviados 10 telegramas, e uma correspondência exaltando a reação republicana.¹¹¹

Todavia, mesmo essa exaltação do PRR santa-cruzense de uma laureada vitória sobre as tropas oposicionistas, não significava que essa vitória tivesse representado o seu aniquilamento. Santa Cruz do Sul continuou sendo um foco de oposição, mesmo após a Revolução Federalista. Essa constatação se justifica ao analisar-se a eleição estadual de 1907, primeira em que a oposição lançou um candidato, após a referida revolução.

O candidato oposicionista, Fernando Abbott, fez 42% dos votos e o candidato da situação, Carlos Barbosa, fez 58%. Para se ter uma ideia, nos outros municípios de origem germânica, estudados nessa dissertação, o projeto de cooptação política e o esvaziamento da oposição já estava bem evidenciado, tendo o candidato oposicionista atingindo apenas 6% dos votos em São Lourenço e 7% dos votos em Taquara do Mundo Novo. (KRAUSE, 2002).

Tal fato não significa, no entanto, que a oposição fosse mais fraca em São Lourenço do Sul e Taquara do Mundo Novo, em relação a Santa Cruz do Sul. Inclusive, visa-se a mostrar, no próximo capítulo, a força política que os correligionários de Gaspar Silveira Martins e Karl von Koseritz possuíam em Taquara do Mundo Novo. Força, essa, tão intensa que propiciou uma retaliação política no período entre o pós-eleição constitucionalista de 1891 e a posse de Júlio de Castilhos, em janeiro de 1893, quando o município taquarense foi um dos municípios onde mais se interveio politicamente em relação a delimitações territoriais e administrativas.

¹¹⁰ Informações obtidas no AHRs: caixa 193; A.MU – 359; Maço 359.

¹¹¹ Idem.

5.TAQUARA DO MUNDO NOVO: UM CELEIRO LIBERAL NO ALTO VALE DOS SINOS¹¹²

Antes de se ilustrar a nova ordem política estabelecida pelo governo sul-rio-grandense no Alto Vale dos Sinos, julga-se necessário conhecer, mesmo que de forma sucinta, as origens de Taquara do Mundo Novo¹¹³ e de Santa Cristina do Pinhal (município a partir do qual Taquara do Mundo Novo se emancipou). A proximidade geográfica e política das duas municipalidades determinou um elo incontornável, durante o período estudado. Considera-se importante a retratação das origens dessas localidades, pois através do estudo dessas origens será apresentada, nesta pesquisa, a constituição dos vínculos que essas localidades possuíam uma com a outra, assim como as origens de rivalidades e aproximações da política regional.¹¹⁴

¹¹² Alto Vale dos Sinos: definição que se encontra em Magalhães (2003) para identificar a região do Vale do Sinos próxima às encostas do Planalto Serrano sul-rio-grandense.

¹¹³ Utilizou-se “Taquara do Mundo Novo” a partir da elevação do então povoado do Mundo Novo (distrito pinhalense) para freguesia, em 1882. Esse passo foi decisivo para sua emancipação de Santa Cristina do Pinhal, em 1886, pelo fato de ser reconhecido documentalmente o nome dessa localidade. Antes dessa data, “Mundo Novo” remete à Colônia do Mundo Novo, povoado inserido em Santa Cristina do Pinhal, que serviu como base de formação para Taquara do Mundo Novo. Informações documentais, ver em: *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹¹⁴ Além dos municípios de Taquara do Mundo Novo e Santa Cristina do Pinhal, articula-se, politicamente, com a região do Alto Vale dos Sinos o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, que fazia papel coadjuvante nas articulações políticas, mas retratava bem os interesses por domínios territoriais na região. Tais interesses políticos se refletiram num processo que levou a municipalidade serrana (São Francisco de Paula de Cima da Serra) a apresentar um aspecto bastante pitoresco, já que ela obteve, em sua história, três emancipações, sendo essas oriundas de três municípios diferentes.

A primeira emancipação ocorreu no dia 21 de maio de 1878, pela Lei nº. 1152, com seu território sendo desmembrado de Santo Antônio da Patrulha. A instalação da câmara ocorreu no dia 15 de outubro do mesmo ano. Os primeiros anos apresentam uma série de avanços políticos, ao menos naquilo que diz respeito à instalação de poder legal, com a constituição do Código de Posturas e fixação de seus limites pela Lei nº. 1418, de 29 de dezembro de 1883, assim como pela criação da comarca de São Francisco de Paula de Cima da Serra, em 26 de abril de 1884. No entanto, dois anos após a criação da comarca, o governo provincial, pela Lei nº. 1556 de 13 de abril, extingue a comarca de São Francisco de Paula de Cima da Serra, transferindo as atribuições da referida comarca para a de Santa Cristina do Pinhal. Isso demonstra uma fragilização da nova municipalidade serrana.

No ano de 1889, ocorre o primeiro processo de perda de autonomia política. Com a Lei nº. 1756, de 15 de março, São Francisco de Paula de Cima da Serra teve seu território incorporado pelos municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo. Tal incorporação foi efêmera, pois no mesmo ano, pelo Ato nº. 26, em 24 de dezembro, São Francisco de Paula de Cima da Serra retoma sua autonomia política, com seu território sendo restabelecido na íntegra. A instabilidade política fica explícita.

Praticamente junto com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, São Francisco de Paula de Cima da Serra volta à condição de municipalidade, o que faz supor que as articulações de políticos poderiam estar arraigadas à ascensão do republicanismo no estado sul-rio-grandense. No entanto, a política de São Francisco de Paula, considerada frágil e dependente, especialmente de Taquara do Mundo Novo, possibilita a analogia de que tal vinculação tenha ocorrido por interesses de políticos locais; e, que a anexação por parte de Santa Cristina do Pinhal tenha se dado pela influência do Coronel Francisco Alves dos Santos – influente político e latifundiário na região. O retorno da

Ao contextualizar essas localidades, poder-se-á constatar que os laços presentes entre elas se originaram em decorrência da colonização – em especial a partir do século XIX –, e do modo como esses povoados relacionavam economia e a política entre si. Destaca-se, neste cenário, Santa Cristina do Pinhal que, inicialmente, consolidava-se no controle¹¹⁵ político-regional.

5.1 SANTA CRISTINA DO PINHAL: OCUPAÇÃO PIONEIRA NA REGIÃO

Santa Cristina do Pinhal era conhecida, em seus primórdios, como Pinhal.¹¹⁶ Localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos, estendendo seus territórios da foz do Arroio Butiá até a divisa com Santo Antônio da Patrulha, no lado leste, e a de Gravataí, no lado sul; teve sua ocupação iniciada em 1794, ano em que se encontram os primeiros indícios de ocupação europeia (ENGELMANN, 2004).

A respeito dessa ocupação pioneira pinhalense e da dominação oficial, encontra-se em Dóris Magalhães:

Caracterizamos a ocupação das terras de Nossa Senhora dos Anjos para o leste e nordeste do Vale do Sinos, detectada, inicialmente, em 1794 e intensificada no século XIX, como movimento de frente de expansão, resultando na formação de um núcleo populacional. Esse núcleo, denominado de Pinhal, recebeu uma capela chamada de Santa Cristina. Da união da denominação administrativa com a religiosa resultou Santa Cristina do Pinhal. (MAGALHÃES, 2003, p. 257).

Santa Cristina do Pinhal então representava uma frente de expansão, sendo essa característica determinante para a constituição social, uma vez que teve sua

autonomia, provavelmente, tenha ocorrido para evitar a intensificação da disputa entre Taquara do Mundo Novo e Santa Cristina do Pinhal pelo domínio de São Francisco de Paula de Cima da Serra. Assim, o retorno da municipalidade serrana acalmaria os ânimos da disputa de política na região. Num período em que o Brasil, e, notadamente, o Rio Grande do Sul, passavam por uma série de conflitos com a instituição do republicanismo, era necessário apaziguar ao máximo os focos de conflitos políticos regionais.

No ano de 1892, ocorreu uma nova perda de autonomia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, conforme Ato nº 302, de 1 de setembro. Contudo, desta vez os motivos da nova perda de autonomia estavam inseridos num contexto de rearticulação política na região engendrada pelo PRR, conforme será verificado no final desse capítulo.

A terceira e definitiva emancipação de São Francisco de Paula de Cima da Serra ocorreu no ano de 1902, pelo Decreto nº. 563, com a instalação do município ocorrendo no dia 7 de janeiro de 1903.

¹¹⁵ A referência a *controle* busca demonstrar que o predomínio e as maiores influências políticas estavam numa determinada localidade, mesmo que essa localidade ainda não tivesse autonomia política.

¹¹⁶ O nome “Pinhal” é justificado devido à vasta quantidade de araucárias encontradas na região. (MAGALHÃES, 2003).

população constituída basicamente por lusos, e “na vinda de moradores expulsos de outros lugares pelas guerras de espanhóis e portugueses” (MAGALHÃES, 2003, p. 154). Cabia à Santa Cristina do Pinhal também o papel estratégico, devido a seu posicionamento geográfico, de fornecimento de produtos, em especial os oriundos de atafonas, alfaiatarias, sendo sua produção voltada principalmente para Porto Alegre, São Leopoldo e ao exército.

Uma série de leis demonstra o processo gradativo por que Santa Cristina do Pinhal passou, até atingir sua autonomia política. A primeira lei registrada foi a de nº 96, de 25 de novembro de 1847, ficando estabelecido, no artigo 2º, que a questão da demarcação de terras estava indefinida na região de Santa Cristina do Pinhal, sendo determinado que a Capela de Santa Cristina do Pinhal ficaria junto ao município de São Leopoldo, sendo seu 2º Distrito, porém com as divisas indeterminadas. Assim, Santa Cristina do Pinhal demonstra a questão de indefinição de demarcação territorial, e é palco de profundas e curiosas modificações político-territoriais. Verifica-se uma constante mudança de divisas, por pertencer a uma cidade e, territorialmente, estar localizada em outra:

Em 25 de novembro de 1847, foi criada a Capela de Santa Cristina do Pinhal, à margem esquerda do Rio dos Sinos, no centro do 2º Distrito de São Leopoldo tendo a lei que a criou nº 96.

A 15 de julho de 1848, por lei 138, foram traçados limites que cortavam a hoje a cidade de Taquara, pela Rua Júlio de Castilhos, de maneira que a parte leste da cidade ficava pertencendo ao município de Triunfo. Já a Lei nº 152 de 07 de agosto do ano seguinte fazia com que a própria sede da Capela de Santa Cristina ficasse na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. (MÉRCIO, 2004, p. 443-444).

Percebe-se que as divisas de Santa Cristina do Pinhal servem como um significativo exemplo da questão de divisas no Rio Grande do Sul, onde as indefinições ou imprecisões, muitas vezes, não passavam de uma necessidade de demonstração de força política municipal e provincial, e, acima de tudo, de um interesse de domínios e posses de terras por parte dos grandes fazendeiros. Magalhães (2003) apresenta outro aspecto fundamental para compreender essa peculiaridade de mudanças de pertencimento de Santa Cristina do Pinhal, entre Porto Alegre e São Leopoldo, justificando o interesse desses municípios em se vincularem com a localidade pinhalense, porque ela servia de fonte de abastecimento.

Fruto dessa disputa de interesse de pertencimento, tem-se, no processo gradativo de evolução de autonomia política pinhalense, o fato de que Santa Cristina

do Pinhal se tornou Freguesia, mas não de São Leopoldo, município a que até então pertencia na qualidade de Capela, e sim de Porto Alegre, conforme a Lei nº. 404 de 1857.

Destaca-se a indefinição territorial para Santa Cristina do Pinhal, e é de fundamental importância destacar que, nesse período, a Colônia do Mundo Novo, localidade inserida no território de Santa Cristina do Pinhal, estava em pleno desenvolvimento, o que significaria um crescimento econômico para a região. Analisando, então, a partir da Colônia do Mundo Novo, pode-se até mesmo considerar a criação da Capela de Santa Cristina, em 1847, um ano após a fundação da Colônia, como uma forma de estabelecimento de tentativa de controle político-econômico da sede de Santa Cristina do Pinhal para a região.

Após sete anos de pertencimento a Porto Alegre, Santa Cristina do Pinhal voltou a pertencer a São Leopoldo. Permaneceu, por um breve período, como distrito desse município, conforme Lei nº. 577, de 1864.

Com a lei de elevação à Freguesia de Santa Cristina do Pinhal, as divisas já estavam estabelecidas, o que leva a concluir que o processo de frente de expansão, característico daquela localidade, já estava concluído, sendo que a terra passaria a ter o caráter cativo. Assim, Santa Cristina do Pinhal constituiu seu território como um passo determinante para a emancipação da localidade, o que ocorreu em 1880, conforme a Lei nº. 1251.

Nota-se que a emancipação de Santa Cristina do Pinhal representa não só a emancipação de uma localidade que estava prosperando, uma vez que contava com uma população de 2.741 habitantes, nos anos de 1869/1870 (MAGALHÃES, 2003), mas também demonstra um processo de urbanização e de fortalecimento comercial estabelecido com Porto Alegre e São Leopoldo. Quanto à sua prosperidade, convém destacar que é de fundamental importância o estabelecimento de uma comarca na localidade, a Comarca do Rio dos Sinos, que é responsável por Santa Cristina do Pinhal, São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Taquara do Mundo Novo, além de todo o litoral norte sul-rio-grandense, inclusive com relação a Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro municípios pioneiros no estado do Rio Grande do Sul.

Vistos todos esses aspectos, percebe-se que Santa Cristina do Pinhal estava em ascensão na província sul-rio-grandense. Entretanto, Santa Cristina do Pinhal não prosperava sozinha na região.

Será demonstrado, no próximo subcapítulo, que, nessa região, onde a sede de Santa Cristina do Pinhal se desenvolvia, havia um outro povoado inserido no território pinhalense em plena ascensão econômica e que também almejaria sua emancipação política, o que acabaria por gerar uma intensa disputa política na esfera regional.

5.1.1 Os primórdios do município pinhalense

Santa Cristina do Pinhal foi um dos municípios que atingiram sua autonomia na conturbada década de oitenta do século XIX. O fortalecimento de sua elite, com a emancipação, fez intensificar as disputas políticas na região. Numa época em que os coronéis locais¹¹⁷ (senhores de terras e escravos) começaram a desejar mais poderes, Santa Cristina do Pinhal passou a representar a possibilidade de ascensão política outrora distante desses coronéis, que, através de práticas clientelistas, almejavam o poder.

As práticas clientelistas, antes referidas, são um componente intrínseco ao coronelismo. Contudo, o clientelismo apresenta uma forma mais ampla, uma vez que ele não necessita do coronel para existir, em contrapartida ao coronel, que essencialmente utiliza o clientelismo para estabelecer seu poder:

Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo[...]

Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo [...] À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística. (CARVALHO, 1997, p.03).

¹¹⁷ “As cidades são criadas e crescem como consequência do domínio de chefes locais, que delas precisam para dispor de aparatos oficiais e mão-de-obra numerosa ou qualificada para seus empreendimentos, a partir de certo ponto a dinâmica se inverte, transformando-se em hegemônicas as forças inerentes às estruturas urbanas, ou seja, formas de relacionamento impessoal e solidariedade horizontalizada, entre membros de uma mesma categoria ocupacional ou econômica. Com isso as obrigações decorrentes de laços de sangue ou de compadrio são desmobilizadas, dando oportunidade para que surjam concorrentes locais ao poder dos antigos coronéis, assim como para a rearticulação deste mediante compromisso baseados em interesses de classe” (GIUMBELLI, 2006, p. 5).

Dessa forma, as forças políticas de Santa Cristina do Pinhal foram intensificando-se com sua emancipação, chegando ao ponto de incorporar ao seu território o município vizinho de São Francisco de Paula de Cima da Serra, além de se tornar a sede da Comarca do Rio dos Sinos:

Em 14 de julho de 1880, art. 3º da lei 1251, Santa Cristina foi desligada da Comarca de São Leopoldo e elevado a município, recebendo como distrito, além de Taquara do Mundo Novo (sic), o território de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A Câmara foi instalada no dia 8 de janeiro de 1881. Pelo Ato nº 9, de 20 de janeiro de 1883, foi designado para sede da Comarca, que foi instalada em 10 de fevereiro de 1883. Tendo o governo da Província, em 15 de março, extinto o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, lei 1750, de 15 de março de 1889, anexou o 1º distrito deste a Taquara do Mundo Novo, então, já município, e o 2º a Santa Cristina do Pinhal. Mas, esteve Santa Cristina, pouco tempo, na posse deste território, pois, já em 06 de dezembro do mesmo ano, o governo revogou, novamente, a lei da extinção, restabelecendo o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra. (ENGELMANN, 2004, p. 71).

Enquanto intensificava seu poderio político, Santa Cristina do Pinhal também prosperava economicamente. “O seu porto era movimentado e a produção agrícola da região era escoada através da navegação pelo Rio dos Sinos” (AGUIAR e CASADO, 1986, p. 17).

Porém, a sede de Santa Cristina do Pinhal não prosperava sozinha, pois o distrito pinhalense de Taquara do Mundo Novo também apresentava um potencial desenvolvimento. O comércio e a agricultura em Taquara do Mundo Novo estavam por gerar um importante núcleo regional, sendo esse núcleo praticamente ao lado da sede de Santa Cristina do Pinhal. Com isso, Taquara do Mundo Novo obteve o reconhecimento de freguesia, em maio de 1882, sendo este o primeiro passo para sua emancipação.

A freguesia de Taquara do Mundo Novo se desenvolvia ao mesmo tempo em que as relações políticas se tornavam cada vez mais complexas na região. Conservadores e liberais intensificavam a luta pelo poder, havendo a predominância do eleitorado por parte dos liberais, em especial, pela influência do seu líder máximo no município pinhalense, o Coronel Francisco Alves dos Santos.

Chico dos Santos, como também era conhecido, foi vereador desde a primeira formação da câmara em Santa Cristina do Pinhal. Era homem de grandes posses de terra, não só em Santa Cristina do Pinhal, tendo também terras por praticamente toda a região nordeste da província sul-rio-grandense, o que demonstrava todo seu poder

nesse período, pois terra era igual a prestígio, e prestígio igual a poder. Magalhães apresenta aspectos de fundamental relevância para entender quem foi Francisco Alves dos Santos:

O Coronel Francisco está criando a imagem de homem solidário com os pobres, esperando deles receber futuro reconhecimento. Enquanto consolida sua imagem de homem público e solidário às causas dos homens pobres, gera uma benesse que lhe sirva no futuro, ou seja, cria uma rede de clientes que lhe possibilita a formação de uma clientela, onde um dos interesses é questão eleitoral. O Coronel Francisco Alves dos Santos será o líder liberal na Câmara de Santa Cristina do Pinhal. (MAGALHÃES, 2005, p. 167).

Mesmo com a representatividade de Francisco Alves dos Santos, e a predominância de políticos ligados ao Partido Liberal, a influência do Partido Conservador se intensificou na região. Esse aumento da influência dos conservadores teve, no ano de 1886, dois acontecimentos que foram decisivos para o começo da mudança da ordem política local. Os dois acontecimentos foram: a eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul e a emancipação da freguesia do Mundo Novo.

5.1.2 A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul

A eleição para deputado do 1º Distrito do Rio Grande do Sul apresenta um importante personagem neste contexto: Antônio Eleuthério de Camargo. Na referida eleição, em primeiro escrutínio, houve a vitória do candidato liberal Antônio Eleuthério de Camargo, por 1356 votos contra 1238 do candidato conservador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves (CAMARGO, 1886). Porém, o resultado foi questionado pelo Partido Conservador, que obteve a vitória em segundo escrutínio. A questão do segundo escrutínio gerou repercussão, em nível provincial, no Rio Grande do Sul, e o âmago dessa discussão ocorreu justamente pelos votos depositados em Santa Cristina do Pinhal.

Antônio Eleuthério de Camargo recebeu 102 (cento e dois) votos em Santa Cristina do Pinhal e 79 (setenta e nove) na Freguesia do Mundo Novo, então distrito pinhalense, enquanto o candidato conservador Paulino Rodrigues Fernandes Chaves recebeu 32 (trinta e dois) votos em Santa Cristina do Pinhal e 27 (vinte e sete) em Taquara do Mundo Novo. No entanto, o Partido Conservador solicitou a impugnação dos 181 (cento e oitenta e um) votos obtidos por Camargo, e a solicitação do

cancelamento desses votos estava embasada nas seguintes afirmações: em Santa Cristina do Pinhal, ocorreu um erro no registro do livro de ata da eleição, em que se fez constar a vitória do candidato Eleuthério Antônio de Camargo, havendo a troca de nome do candidato Antônio Eleuthério de Camargo, sob o pretexto de que o candidato registrado em ata não estava concorrendo, uma vez que não havia nenhum candidato Eleuthério Antônio de Camargo.

Já no distrito pinhalense de Taquara Mundo Novo, a alegação para o cancelamento dos votos de Antônio Eleuthério de Camargo foi a falsificação das cédulas.

Camargo protestou contra a decisão da sua impugnação, utilizando-se de provas testemunhais, inclusive de um dos líderes do Partido Conservador da região, o então Major Francisco de Oliveira Neves, promotor público da Comarca de Santa Cristina do Pinhal e diretor daquele sufrágio (CAMARGO, 1886).

Mesmo com toda a mobilização por parte de Antônio Eleuthério de Camargo, conforme se encontra no livro Eleição do 1º distrito na Província do Rio Grande do Sul: o libelo político, escrito por ele próprio¹¹⁸, não foi possível reverter a vitória do candidato conservador no segundo escrutínio.

Segundo ele, mesmo com a utilização de testemunhas, muitas delas ligadas ao Partido Conservador, depondo a favor, dentre elas, além do próprio Francisco de Oliveira Neves, o vereador pinhalense Felipe Kruse e o professor público Theodoro Bischof, a situação não foi revertida. Note-se que ele também teve o testemunho favorável dos responsáveis pela eleição e pela elaboração da ata, confirmando que o nome do candidato Antônio Eleuthério de Camargo estava correto nas cédulas, havendo erro por parte de quem escreveu a ata eleitoral, invertendo o nome. Além dessas tentativas, Camargo também apresentou uma carta do Coronel Francisco Alves dos Santos, seu amigo pessoal, que o havia comunicado da sua vitória na eleição no município pinhalense e em Taquara do Mundo Novo, parabenizando-o por isso (CAMARGO, 1886).

¹¹⁸ As afirmações retiradas do livro/relato de Antônio Eleuthério de Camargo apresentam o ponto de vista do autor. Todas as acusações representam somente a interpretação do autor dos fatos ocorridos, não havendo neste trabalho um aprofundamento daquela eleição, e também não apresentando o ponto de vista do fato pelo partido opositor, visto que o objetivo de inserir essa situação no presente capítulo é demonstrar que Francisco Alves dos Santos estava sofrendo reveses políticos justamente ante seu eleitorado. Mesmo que Camargo indique que ele teria vencido a eleição no Pinhal, e perdido através de conchavos políticos, não houve força suficiente dos liberais da região para reverter o resultado favorável aos conservadores, apesar de estes terem vencido através da intervenção da justiça eleitoral.

Chama atenção, neste caso, o fato de que Francisco Alves dos Santos, até então principal político da região, sofreria sua primeira derrota no ano de 1886 pelo fato de não conseguir utilizar sua influência regional para ajudar a reverter a situação de Camargo. Curiosamente, o relato de Antônio Eleuthério de Camargo, registrado no livro pesquisado, data do dia 16 de abril de 1886, um dia antes de Taquara do Mundo Novo conquistar a sua autonomia política, que seria a segunda derrota de Chico dos Santos naquele ano.

5.2 ORIGENS DE TAQUARA DO MUNDO NOVO

Retratar a história do município de Taquara do Mundo Novo requer um estudo da Colônia do Mundo Novo, pelo seu aspecto decisivo, não só para determinar o povoado e etnia predominante no município (alemã), como também para demonstrar o desenvolvimento que essa colônia representou para a região, a ponto de tornar-se, em quarenta anos, a Colônia do Mundo Novo, uma área de terras consideradas devolutas em seus primórdios, no principal município da região do Alto Vale dos Sinos.

5.2.1 A Colônia do Mundo Novo

As origens da Colônia do Mundo Novo remetem aos primórdios do século XIX, quando Antônio Borges de Almeida Leaens recebeu, por concessão, uma sesmaria de terras do donatário do Estado Dom Diogo de Souza, nascendo assim, no ano de 1815, a Fazenda do Mundo Novo. Essa fazenda compreendia terras que iniciavam no Passo do Mundo Novo (Rio dos Sinos), se estendiam pelas margens do Rio Santa Maria, indo até a Santa Maria Superior, hoje Três Coroas, sertão da encosta da Serra e Rio Rolante.

Em 1822, Antônio de Borges Almeida Leaens, aos 65 anos de idade, casou-se, em Porto Alegre, com Libânia Inocência Corrêa, então com 20 anos. Leaens veio a falecer em 1829 (MAGALHÃES, 2005). No dia 20 de junho de 1845, Libânia Inocência Corrêa Leaens, já viúva, em seu nome e de seus filhos, vende, pelo valor de nove contos de réis (9:000\$000), a Tristão Joze Monteiro¹¹⁹ e Jorge Eggert a “Fazenda do Mundo Novo”, situada às margens do Rio dos Sinos.

¹¹⁹ “Tristão Joze Monteiro nasceu em Porto Alegre, no dia 6 de julho de 1816, e foi batizado na Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, hoje Catedral Metropolitana, em 24 de agosto do mesmo ano. Foi

Até o ano da compra, as terras da “Fazenda do Mundo Novo” não passavam de uma grande área com pouca produtividade. No entanto, a partir da compra por Monteiro e Eggers, iniciou-se um empreendimento de colônias de terras com o objetivo de comercializar lotes com imigrantes que viessem da Europa. Porém, a sociedade de Monteiro e Eggers foi desfeita e, um ano após a compra, no dia 4 de outubro de 1846, Monteiro iniciou a venda dos primeiros lotes, fundando a Colônia do Mundo Novo. O local foi dividido em terrenos chamados de colônias. O valor de cada colônia era de trezentos mil réis e possuía a extensão de cento e cinquenta mil braças quadradas (MAGALHÃES, 2005).

A colônia era formada por quatro linhas: duas na estrada geral para Cima da Serra (uma de cada lado da estrada) e duas nas margens do Rio Santa Maria (onde todas as colônias faziam frente ao rio). As colônias podiam ser vendidas por inteiro (uma colônia) ou em terrenos menores, com um quarto ou meia colônia.

Monteiro fazia esse empreendimento através de financiamentos aos novos moradores da colônia, com preços acessíveis, para que os colonos pudessem pagar. Enquanto isso, os colonos transformavam florestas fechadas em áreas de terras produtivas, mudando a paisagem do espaço ocupado:

Os colonos geralmente ocupavam as encostas do planalto que eram íngremes. Eles preferiam os patamares e “barrancos” por considerarem esses lugares mais férteis e fáceis de trabalhar a terra por não ser muito “dura”, facilitando o trabalho com enxadas e pás, às vezes, o arado. Os colonos tiveram uma “amnésia tecnológica” adaptando-se às técnicas utilizadas no Brasil de cultivo da terra e abandonando as existentes na Europa. (MAGALHÃES, 2005, p. 23).

A principal produção do Mundo Novo era cana, feijão, milho e fumo, apresentando uma diversidade de atividades industriais e comerciais como funileiro, padeiro, curtidor, alfaiate, sapateiro, entre outras (MAGALHÃES, 2005).

Com o sucesso do empreendimento, o processo de urbanização e desenvolvimento foi uma consequência da vinda de alemães, pois é necessário destacar que nem todos os imigrantes vieram para trabalhar com a agricultura, como,

filho de José Monteiro da Silva e Lucinda Leonarda da Conceição, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, hoje Osório. Residiu em Porto Alegre até 1846, quando veio morar em Taquara, para dar início ao empreendimento da Colônia do Mundo Novo. Faleceu, sem assistência médica, aos 76 anos de idade, no dia 9 de julho de 1892, em sua casa, em Taquara, conhecida pela comunidade como a “CASA DE ZINCO” por ser coberta de folhas desse material. No local de sua casa foi construído um prédio que hoje é ocupado pelo Banco Santander” (ENGELMANN, 2004, p. 173).

por exemplo, a família Lahm, que possuía atividade comercial e de manufaturas, sendo essa a primeira família a se estabelecer onde, atualmente, se encontra o núcleo urbano de Taquara, com a abertura de casa comercial. Os imigrantes acabaram gerando, em seus arredores, um núcleo comercial. Em apenas vinte anos de colonização, já se contava oitenta e uma casas comerciais, além de seis escolas (MÉRCIO, *in* KAUTZMANN, 2004), o que tornava a Colônia do Mundo Novo¹²⁰ um centro de convergência da região de Santa Maria do Mundo Novo¹²¹.

Analisando Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo (através da Colônia do Mundo Novo), algumas comparações são inevitáveis. Santa Cristina do Pinhal teve sua Capela instituída em 1847, justamente um ano após o início do processo de colonização empreendida em lotes na Colônia do Mundo Novo. As duas localidades apresentavam crescimento, na medida em que estreitavam os laços comerciais com Porto Alegre e São Leopoldo. Esse crescimento econômico acabava por gerar, também, um núcleo comercial urbano em cada localidade, o que propiciou a emancipação de Santa Cristina do Pinhal, em 1880, e, apenas seis anos após, a de Taquara do Mundo Novo.

5.2.2 A emancipação de Taquara do Mundo Novo

Em Taquara do Mundo Novo, também se desenvolveram episódios políticos que se articularam com a sede de Santa Cristina do Pinhal. João Martins Philereno, líder conservador na região, foi o principal articulador local para que a freguesia de Taquara do Mundo Novo atingisse sua autonomia, com o apoio incondicional do deputado liberal e representante dos imigrantes alemães: Karl von Koseritz.

¹²⁰ O comércio da Colônia do Mundo Novo com Porto Alegre é apresentado por Dalva Reinheimer: “A ligação da colônia com Porto Alegre possuía uma via dupla. A colônia exportava para a capital os produtos da agricultura e da manufatura e importava os gêneros necessários para a população. Através desse comércio, é certo que ocorreu um desenvolvimento econômico na colônia, mas Porto Alegre, na relação comercial que se formou com as colônias de imigração servidas pelas vias fluviais, retomou seu papel de centro comercial do Rio Grande do Sul. Por isso consideramos Porto Alegre o pólo da região colonial até meados do século XX”. (REINHEIMER, 2007, p. 8). Conforme a mesma autora (2007), os produtos mais valorizados eram aprimorados, ou seja, com alguma forma de beneficiamento, como, por exemplo, a farinha de mandioca, que era beneficiada em moinhos existentes na colônia. Destaca-se também que a Colônia do Mundo Novo, além de mandar sua produção para Porto Alegre, também enviava para São Leopoldo, transportando basicamente os mesmos alvitres.

¹²¹ Santa Maria do Mundo Novo, nome que primeiramente foi dado para essa região, representava a junção de nomes: Colônia do Mundo Novo com o Rio Santa Maria, que era a principal via de transportes de mercadorias da região.

Assim, em 17 de abril de 1886, através da Lei nº. 1568, Taquara do Mundo Novo foi elevado à categoria de Vila, atingindo sua autonomia política.

A emancipação de Taquara do Mundo Novo representou uma oportunidade de políticos pinhalenses, principalmente os conservadores, além de membros da elite de Taquara do Mundo Novo, muitos deles de origem germânica, de atingirem o poder, uma vez que em Santa Cristina do Pinhal o Partido Liberal e Francisco Alves dos Santos, até então, detinham o poder administrativo.¹²²

A reação dos políticos pinhalenses¹²³ contrários à emancipação de Taquara do Mundo Novo foi imediata. Francisco Alves dos Santos repudiou a iniciativa de Philereno e Koseritz, dizendo que foi “o desejo de agradar meia dúzia de moradores da vila de Taquara, adeptos consistentes do último signatário do aludido projeto” (MAGALHÃES, 2003, p. 451).

Chama-se a atenção para o atrito gerado entre os políticos liberais Koseritz e Chico dos Santos, demonstrando uma discordância de interesses do Partido Liberal para esta colônia de imigração do Mundo Novo. Enquanto Koseritz defendia a possibilidade de os alemães administrarem a nova cidade, Chico dos Santos temia que uma ascensão da oposição conservadora de Santa Cristina do Pinhal atingisse o poder em Taquara do Mundo Novo. Fatos esses que se concretizaram, pois percebe-se que, além de representantes teutos na câmara de vereadores e no conselho municipal, foi registrada a presença de políticos pinhalenses no poder.

Entretanto, o atrito de interesses de Koseritz e Chico dos Santos não significou que se estabelecesse uma inimizade entre estes políticos. Destaca-se que, com a ascensão de novas forças políticas, Chico dos Santos passou a sofrer um processo de decadência política e econômica. Mesmo possuindo um respeitável eleitorado em Santa Cristina do Pinhal, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra, percebendo que dificilmente recuperaria o poder que até então detinha,

¹²² Além de representar uma possibilidade de ascensão política para os moradores de Taquara do Mundo Novo e de Santa Cristina do Pinhal que não conseguiam atingir o paço, ou a câmara municipal de Santa Cristina do Pinhal, Taquara do Mundo Novo – pela sua proximidade ao município pinhalense – possibilitava aos cidadãos desses municípios que possuíssem mandatos simultâneos nas duas câmaras, como foi o caso do Sr. Guilherme Lahm; encontra-se registro deste no *Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo*, AHRS.

¹²³ A reação de políticos pinhalenses do Partido Liberal a membros do mesmo partido podem ser caracterizadas por José Alfredo Barocho, que define o os interesses de um partido político com as seguintes características: “caracteriza-se por dois elementos: o vínculo sociológico, representado pela comunhão ideológica ou de interesses e o fim político, representado através da conquista do poder”. Caracteriza-se ainda “como a união de várias pessoas [ou grupos de poder X ou Y] que opõem a outras, tendo em vista interesses ou opiniões contrárias”. (BAROCHO *apud* CARNEIRO, 2000, p. 27).

começou a cobrar do Estado dívidas relativas ao aluguel da Câmara de Vereadores de Santa Cristina do Pinhal¹²⁴, que teve como sede a sua residência por um período de seis anos. Conforme se verificou, Chico dos Santos enviou pelo menos duas petições solicitando o pagamento dessa dívida. Destaca-se que, no Período Imperial, no qual ele detinha a representatividade provincial junto a Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, não se constatou sequer uma citação referente ao aluguel de sua residência utilizada como Câmara Municipal. Também não se encontrou qualquer documento com algum retorno por parte do governo estadual relativo às petições do Coronel Francisco Alves dos Santos.

Neste momento de crise do político pinhalense, é que surge o Deputado Koseritz para defender o colega de partido. No dia 8 de julho de 1889, ele realizou um afamado discurso em defesa de Chico dos Santos, discurso este que foi publicado no diário *A Reforma* em 24 de julho de 1889 (p. 01):

Discurso pronunciado na sessão de 8 de julho de 1889:

O S D. Koseritz – Sr. Presidente, eu estava com uma impugnação ao parecer por parte do nobre deputado que pediu a palavra, (referindo-se ao Sr. Barcelos) mas não se tendo dado e companhia, julgo-me na obrigação de oferecer a casa alguns esclarecimentos em apoio parecer que se discute. A despeito do escandaloso procedimento da Câmara Municipal de Santa Cristina, prestando a esta casa as informações falsas que prestou, é incontestável o direito que este pagamento tem o referido coronel Santos. A casa foi efetivamente ocupada pela Câmara, como em muitos outros deputados podemos atestar; foi o Sr. Major Neves quem, como Presidente da mesma, assinou essa falsa informação, atestando que a Câmara nunca ocupou a casa do Sr. Coronel Francisco.

O referido pronunciamento de Koseritz explicita o incondicional apoio ao seu correligionário Chico dos Santos. Demonstra que a manifestação de insatisfação deste último quanto ao apoio de Koseritz na emancipação de Taquara do Mundo Novo, além de uma provável desavença entre esses influentes políticos liberais, foi de ordem efêmera – ao menos ao se analisar esse contundente manifesto em prol do político pinhalense.

No entanto, através da documentação expedida pela Câmara Pinhalense, desde a emancipação de Taquara até a efetivação da Câmara Municipal, percebeu-se que a Câmara Pinhalense, notadamente através de seu presidente Francisco Alves

¹²⁴ Sobre as cartas de cobranças de aluguel e retorno do Estado: *Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo*, AHRS.

dos Santos, estabeleceu um controle sobre Taquara, através de decretos, cobranças (impostos), controle e organização de eleições (juízes de paz, vereadores, deputados).¹²⁵

A instalação da Câmara da Vila do Bom Jesus do Mundo Novo¹²⁶ ocorreu somente em janeiro de 1888, praticamente dois anos após a emancipação, tendo a seguinte ata de instalação:

ATA DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DA TAQUARA DO MUNDO NOVO

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e oito, nesta vila da Taquara do Mundo Novo, Comarca de Santa Cristina, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no paço da Câmara Municipal, às nove horas do dia, presente os vereadores de Santa Cristina, Francisco d'Oliveira Neves e Pedro José Jung, para, de conformidade com o disposto no Aviso de 13 de março e outros, deferir juramento e dar posse aos Vereadores da Câmara Municipal desta vila, eleitos em 1º e 2º escrutínios, realizados a dezessete de setembro e vinte e oito de outubro do ano próximo findo; e tendo comparecido os vereadores Frederico Jacobus Junior, José Raymundo, Guilherme Kordonfer, João Petry e Henrique Fauth, com seus respectivos diplomas, que exhibiram, foram, na forma do art.º 17 da Lei de 1º de outubro de 1928 (sic) e, com as solenidades legais, juramentados e empossados no cargo de vereadores desta vila de Bom Jesus do Mundo Novo, tomando logo seus respectivos lugares. (MÉRCIO, *apud* KAUTZMANN, 2004, p. 447).

Chama a atenção na referida ata de instalação da Câmara Municipal citada que, dentre os representantes políticos de Santa Cristina do Pinhal, está o vereador Coronel Francisco de Oliveira Neves, líder conservador de Santa Cristina do Pinhal, o que possibilita o entendimento de que os interesses do referido coronel estavam em ampliar sua influência para além de Santa Cristina do Pinhal, em contrapartida ao líder liberal, o Coronel Francisco Alves dos Santos, que foi um dos principais críticos da emancipação de Taquara do Mundo Novo.

É importante destacar que essa instalação ocorreu no ano de 1888, um ano antes da Proclamação da República, que foi um dos fatores determinantes para que se consolidasse de vez a mudança da ordem do poder local e da consolidação de Taquara do Mundo Novo como sede da região do Alto Vale dos Sinos.

¹²⁵ Sobre os documentos e cartas pesquisadas, encontram-se no Maço de correspondências de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

¹²⁶ Vila Bom Jesus do Mundo Novo foi o primeiro nome que foi concedido ao município de Taquara.

5.3 A INSTALAÇÃO DO REPUBLICANISMO EM SANTA CRISTINA DO PINHAL E TAQUARA DO MUNDO NOVO

Com a ascensão do republicanismo no Brasil, em 15 de novembro de 1889, os Partidos Republicanos, outrora frágeis nas representações legislativas, iniciaram um processo de estabelecimento de hegemonia política. No Rio Grande do Sul, todavia, conforme já relatado, encontra-se uma singularidade na comparação com o nível nacional: havia no estado um processo eleitoral competitivo entre dois partidos, ao contrário dos demais Estados da nação, caracterizados pelo predomínio do Partido Republicano na posse do poder.

Em Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, o PL continuava a manter sua estrutura, possuindo o maior eleitorado, tendo como seu representante máximo o Coronel Francisco Alves dos Santos. Em oposição aos liberais, a representação do Partido Republicano Rio-grandense foi estabelecida principalmente, com os líderes do extinto PC, Coronel Francisco de Oliveira Neves e o Major Diniz Martins Rangel.

Mesmo observando um gradativo enfraquecimento do poder político do Coronel Francisco Alves dos Santos, desde 1886, com a derrota do candidato a deputado apoiado por Chico dos Santos e a emancipação de Taquara, foi a partir do regime republicano que ele sofreu seus maiores reveses.

Verificou-se, no ano de 1890, a perda de um importante cargo que Chico dos Santos ocupava. Conforme se encontra em Magalhães:

Em 1890 o Coronel Francisco Alves dos Santos foi demitido do comando superior da Guarda Nacional em Taquara e Santa Cristina do Pinhal, sendo substituído pelo Major Francisco de Oliveira Neves (ex-escrivão), por não ser da confiança de Júlio de Castilhos. (MAGALHÃES, 2003, p. 438).

O objetivo, por parte do governo estadual, para diminuir a influência do Coronel Francisco Alves dos Santos, era fragilizar e acabar com os focos de oposição ao Partido Republicano no Estado.

Com o enfraquecimento político do Coronel Francisco Alves dos Santos, conquistou evidência o Coronel Francisco de Oliveira Neves como a nova referência da política da região. Esse político pinhalense alcançou um assento na câmara municipal em 1888:

Paço da Câmara Municipal de Santa Cristina, 4 de agosto de 1888.

Comunicando a V. Excia Ilmo o Exmo Sr. Vice Presidente desta Comarca, para o qual havia sido eleito único dos vereadores domiciliados no município vizinho, Mundo Novo, para o preenchimento de cujas vagas procedia-se, a eleição no dia 2 do mês findo – foi, uma sessão de hoje eleito o vereador Francisco de Oliveira Neves para aquele lugar.

Ilmo Gir. a V. Excia.
Ilmo Exmo SR. Dr. Rodrigo Azambuja Villanova
M. D. Presidente da Província.

Francisco de Oliveira Neves
Joaquim Paz de Oliveira
Jorge Fleck
Domingos Martins de Souza

O PL, aparentemente, enfraqueceu na região de Taquara do Mundo Novo, no entanto, ele ainda continuava a ser hegemônico, especialmente pela participação crescente dos teutos no partido. O que ocorreu foi uma diminuição do poder de uma liderança, sendo ela fragmentada. Chico dos Santos perdia seu poder, mas novas lideranças estavam se desenhando. O Coronel Jorge Fleck, paulatinamente, ia aumentando sua influência ante os liberais da região.

Desse modo, se, por um lado, a atuação decisiva de Koseritz para a emancipação de Taquara do Mundo Novo acabou enfraquecendo o principal do líder liberal local, por outro lado, acabou propiciando aos teutos uma maior participação política. Isso ocasionou uma renovação de lideranças do Partido Liberal na região; essa substituição, que nos primórdios fragilizou as bases do partido, oportunizou, num segundo momento, uma renovação e revigoração de lideranças. Salienta-se que essa renovação foi responsável pelo aumento da base política liberal em Taquara do Mundo Novo e região.

Do lado oposto aos liberais, Francisco de Oliveira Neves, genro do Major João Martins Philereno, foi um antigo líder político do Partido Conservador em Santa Cristina do Pinhal e um dos principais articuladores para a emancipação de Taquara do Mundo Novo, tendo sido também o herdeiro político de Philereno. Com a morte de seu sogro, assumiu a liderança do Partido Conservador e, na sequência, o comando do PRR na região, com a proclamação da República. O Coronel Francisco de Oliveira Neves era, na região, o homem de confiança do Presidente do Estado, Júlio de Castilhos. Justamente por isso, alcançou o poder em Taquara do Mundo Novo, em 1892. Mas, para entender sua posse, é necessário caracterizar, em mais detalhes, os

três conturbados anos de transição, 1889 a 1892, a fim de demonstrar o importante papel nas articulações políticas que o Coronel Neves exerceu na região.

5.3.1 Os três conturbados anos de transição republicana

Assim como no Estado do Rio Grande do Sul, como um todo, os municípios de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo passaram por transições profundas e complexas, num período de três anos (1889 a 1892), em que a alternância do poder era constante, havendo governos de pouca duração.

Em 1890, a câmara municipal de Bom Jesus do Mundo Novo foi dissolvida. Houve então a nomeação de vereadores que formaram uma junta administrativa até 1892. Naquele ano nada menos do que sete conselheiros ocuparam o cargo de presidente do conselho para governar a cidade. Ainda em dezembro de 1892, deu-se a nomeação do intendente para o município. Resumindo, podemos verificar que de 1889 a 1892, ou seja, num período de três anos, Taquara teve no seu comando político nove diferentes administradores. (REINHEIMER, 2008, p. 126).

A situação política era de perplexidade, pois as Câmaras Municipais de Taquara do Mundo Novo e de Santa Cristina do Pinhal foram dissolvidas com o Estado intervindo, e dando posse e poderes administrativos aos Conselhos Municipais. Quem assumiu o Conselho Municipal em Taquara do Mundo Novo foram Júlio Petersen (Presidente do Conselho), João Petry e Guilherme Korndörfer. Em Santa Cristina do Pinhal, assumiram José Antônio de Oliveira, Godofredo Fay e André Manique.

Júlio Petersen, João Petry e Guilherme Korndörfer já se faziam presentes na Câmara Municipal no período monárquico, e continuaram durante o período de transição Monarquia-República, vinculando-se ao PRR; constituindo, desse modo, os “republicanos de última hora” (ALVES, 2002).

Petersen, inclusive, iniciou um processo de lutas políticas pela expansão territorial do território taquarense. Em correspondência expedida em 13 de janeiro de 1890¹²⁷, através de um abaixo-assinado dos moradores de Rolante, pediu anexação deste último território a Taquara do Mundo Novo, sob a alegação de que o município sede daquela localidade, Santo Antônio da Patrulha, ficava mais distante que Taquara. Além disso, alegava que Santo Antônio não prestava a assistência de justiça

¹²⁷ Informações obtidas na AHRS: Lata 95, vert. 195; A.MU – 276; Maço 276.

necessitada pelos descendentes de imigrantes alemães e portugueses existentes naquela localidade. No documento, consta a assinatura de 97 moradores.

No momento de transição de regime político, o Rio Grande do Sul foi o Estado do Brasil que mais sofreu alterações do quadro político. Os líderes do Partido Liberal passaram a ser desprestigiados pelos novos detentores do poder, do Partido Republicano Rio-grandense – PRR, conduzido por Júlio de Castilhos. Iniciou um momento em que deveria haver a derrubada do poder dos antigos líderes liberais, e, associada a essa queda, um processo de esmagamento às resistências oposicionistas ao PRR. Nas regiões de imigração alemã – como é o caso de Taquara do Mundo Novo –, um dos principais alvos a serem atingidos era justamente o político liberal de maior influência: Karl von Koseritz, que foi perseguido pelos partidários do PRR, e veio a falecer no ano de 1890, menos de um ano após a instauração do golpe republicano.

Nem mesmo a morte de Koseritz, em 1890, foi capaz de frear o interesse dos teutos pela política e de afastar a influência liberal nas áreas de colonização germânica. Fato este que veio a se refletir poucos meses após a morte de Koseritz, nas eleições constituintes de 1891¹²⁸, a ponto de, em Taquara do Mundo Novo, a oposição ao PRR conseguir vencer as eleições no município, mesmo havendo em todo estado forte indício de fraudes por parte do PRR para vencê-las (FRANCO, 2001).

5.3.2 As consequências das eleições para a Assembleia Constituinte sul-rio-grandense de 1891 no Alto Vale dos Sinos

O PRR possuía, ao que tudo indica, consciência das áreas de risco para a sua vitória nas eleições da Assembleia Constituinte. As regiões de imigração alemã, que se caracterizavam por uma tendência oposicionista, ou de vínculos fortes com os políticos oriundos do antigo PL, eram alvo de ressalva por parte dos políticos do PRR.

¹²⁸ “Para a eleição da Assembleia constituinte de 1891 o PRR realizou uma consulta prévia entre 48 pré-candidatos e formou uma chapa única no dia 16 de abril, com o apoio do Centro Católico. Mas a oposição reagiu, e no dia 23 de abril surgiu o Partido Federal, a partir da junção da União Republicana e da União Nacional, que congregavam até então antigos liberais e os novos dissidentes. O projeto constitucional foi publicado no dia 25 de abril. O pleito foi desferido no dia cinco de maio e consagrou os candidatos da chapa republicana. Mesmo assim, os ‘federalis’ alcançaram quase 40% dos votos do eleitorado. Muitas foram as acusações de fraude. O Rio Grande do Sul estava dividido” (FRANCO, 2001, p. 30).

Para tentar coibir, ou intimidar, os adversários do governo, uma das estratégias mais utilizadas foi a criação, o fortalecimento ou a reestruturação militar através da Guarda Nacional, principalmente no período pré-eleitoral.

Vários foram os atos decretados que ajudam a confirmar essa estratégia. Compete destacar que essas alterações demonstravam a clareza que o PRR possuía nas áreas onde se evidenciava a ausência do seu predomínio. Verifica-se esse fato ao constatar que, os municípios onde o PRR veio a perder a eleição de maio de 1891, sofreram profundas alterações na sua organização da Guarda Nacional. Todavia, tais alterações também ocorreram em municípios em que o PRR saiu vitorioso, mas contando com uma margem pequena de vantagem nos votos. Por exemplo, vários atos, como os números 234, 235 e 236 de 06 de abril de 1891,¹²⁹ nomeavam ou reorganizavam a estrutura da Guarda Nacional em São Leopoldo.

Naquilo que tange à região do Alto Vale dos Sinos, destacam-se os atos nº 88, de 3 de fevereiro de 1891, que nomeou oficiais para o comando superior da Guarda Nacional de São Francisco de Paula de Cima da Serra, nomeando comandante Manoel Garcez. O Ato nº 97, de 7 de fevereiro de 1891, que “criou uma seção de batalhão de Guardas Nacionais da Reserva na Comarca de Santa Cristina do Pinhal, e nomeando o cidadão Jorge Stumpf, major comandante da mesma seção”.¹³⁰ Este ato, além de abordar Santa Cristina do Pinhal, atingiu diretamente Taquara do Mundo Novo, pois o mesmo resolveu

Criar em Santa Cristina do Pinhal uma seção do batalhão de guardas nacionais da reserva, com 3 companhias e a designação de 29ª, organizada no município de Taquara do Mundo Novo, e nomear o cidadão Jorge Stumph, para o posto de major comandante da referida seção.¹³¹

Complementando essa ação de reestruturação militar, ainda foi decretado o Ato nº 220, de 31 de março de 1891, indicando o cidadão Francisco Baptista de Lucena para o posto de tenente-coronel chefe do estado-maior do comando superior da Guarda Nacional, na Comarca da Santa Cristina do Pinhal. E o Ato nº. 228, de 3 de abril de 1891, que criou um batalhão de infantaria de guardas nacionais na comarca

¹²⁹ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹³⁰ *Idem*.

¹³¹ *Ibidem*.

de Santa Cristina do Pinhal, indicando para tenente-coronel-comandante o major José Antonio de Oliveira.¹³²

Chama-se a atenção para o fato de que, em Taquara do Mundo Novo, no ano de 1891, não houve ato, diretamente referente ao município, a respeito de criação ou reestruturação da Guarda Nacional. Os únicos atos que atingiram a municipalidade taquarense foram intermediados através de Santa Cristina do Pinhal.

Ainda nesse momento pré-eleitoral, Taquara do Mundo Novo buscava aumentar seu território. Em correspondência encaminhada por Júlio Petersen, João Petry e Guilherme Korndörfer, em 23 de março de 1891, Taquara tentava aumentar suas fronteiras rumo a São Francisco de Paula, justificando que crescia mais, desenvolvia-se mais, tinha comércio forte em comparação com o outro município. Alegava que São Francisco, apesar de ter terras valorosas, eram voltadas à agricultura. Então, Taquara pedia anexação, para colonizar parte do território de São Francisco de Paula de Cima da Serra, parte essa que fazia divisa com Santo Antônio da Patrulha.

Júlio de Castilhos respondeu a punho a essa solicitação:

Não se dê andamento a esta reclamação visto que não tenho competência, em face da Constituição do Estado para alterar as divisas dos municípios existentes, sobre o caso previsto no nº 16 do art. 20.
A Intendência reclamante faça-se a devida comunicação.

Júlio de Castilhos¹³³

A negativa de Júlio de Castilhos deve, sem dúvida, ter desagradado, mas acredita-se que pouca influência a mesma deva ter surtido nas eleições da Assembleia Constituinte de maio de 1891. No entanto, a derrota do PRR nas urnas em Taquara do Mundo Novo¹³⁴, sem equívocos, trouxe grandes alterações da intervenção do PRR em Taquara do Mundo Novo.

Com essa derrota dos castilhistas em Taquara do Mundo Novo, o PRR buscou acelerar mudanças na ordem política na região. Afinal de contas, era necessário

¹³² *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹³³ Informações obtidas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na Caixa 196; A.MU – 366; Maço 366.

¹³⁴ Resultado oficial registrado na Ata Câmara de Vereadores de Taquara, na 3ª Seção extraordinária de 15 de maio de 1891 – Apuração da Eleição Constituinte do Rio Grande do Sul: Chapa PRR: 207 votos Chapa PRF: 489 votos. Assinaram: Júlio Petersen, Guilherme Korndörfer, Peregrino Monteiro. Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara do Mundo Novo – Acervo Júlio Petersen – PUC/RS.

terminar com os focos de oposição ao castilhismo, que poderiam acabar com o projeto de estabelecimento de poder hegemônico do PRR no estado sul-rio-grandense.

Os castilhistas continuavam seu trabalho de dismantelar a máquina político-eleitoral dos liberais e de montar uma própria que lhes garantisse a continuidade no poder, pois, em nome da “consolidação do novo regime”, Castilhos considerava que só seus seguidores teriam condições de assegurar a “salvação” de nova forma de governo, não reservando, assim, para esse intento, qualquer papel à oposição, uma vez que ‘na sua visão era inconcebível que os liberais pudessem ocupar posições durante a fase de organização republicana’. (ALVES, 2002, p. 27).

O dismantelamento dos focos de oposição ao PRR ocorreu com a Constituição Sul-rio-grandense de 1891, que dava plenos poderes ao Chefe do Executivo.

A primeira retaliação política a Taquara do Mundo Novo veio através do Ato nº 409, de 23 de maio de 1891, praticamente uma semana após o fim da contagem oficial dos votos da eleição do corrente mês. Esse ato, assinado por Fernando Abbot, transferiu “a sede da Comarca de Santa Cristina para a Vila do mesmo nome. O Vice-governador do Estado resolve transferir a sede da Comarca de Santa Cristina do Pinhal da Vila da Taquara do Mundo Novo para a de Santa Cristina do Pinhal”.¹³⁵ Além da perda da Comarca Taquara do Mundo Novo, houve, ainda, um golpe às avessas de suas pretensões de expansão territorial, pois, pelo Ato nº 413, de 25 de maio, o governo estadual ordenou a transferir “para o município de Santa Cristina do Pinhal o território mandado anexar ao da Taquara do Mundo Novo pela Lei nº 1804, de 28 de julho de 1889”.¹³⁶ Os territórios perdidos compreendiam as localidades de Arroio Grande, Solitário e Voluntários – em direção a São Francisco de Paula, seguindo a estrada de Gramado.

A reação da câmara municipal de Taquara do Mundo Novo pareceu ser de plena obediência. Durante a 4ª Seção extraordinária:

¹³⁵ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹³⁶ *Idem*.

A Câmara leu o comunicado do vice-governador do Estado e um ato de 23 de maio de 1891.

Transferindo a sede da Comarca de Santa Cristina do Pinhal desta Vila para de Santa Cristina do Pinhal, e outra comunicando o ato de vinte e cinco de maio porque o mesmo governador do Estado resolveu determinar que volte a pertencer ao município de Santa Cristina do Pinhal todo o território mandado anexar ao deste pela Lei nº 1804, de junho de 1889, que ficou assim revogado.¹³⁷

Desse modo, Santa Cristina do Pinhal cresceu territorialmente, e fortaleceu sua política com os políticos pinhalenses, tomando conta da vila da Taquara do Mundo Novo, que era economicamente mais forte. Pode-se verificar que, nessa microrregião, o município de Santa Cristina do Pinhal era o porto seguro para os políticos do PRR, em contraposição a Taquara do Mundo Novo, que seria o berço dos opositores ao PRR.

Um dos tantos aspectos oposicionistas, que se fizeram presentes em Taquara do Mundo Novo, está no fato de esse município ter sido o único que ousou pedir o cancelamento das eleições de maio, sob o pretexto de fraudes eleitorais.

A reação republicana veio com as declarações de abertura da ata da instalação da Assembleia Constituinte, em seção preparatória, em 20 de junho de 1891. Essa Assembleia retratou o sucesso do processo eleitoral, exaltando a inexistência nos pedidos de impugnações, exceto:

Porém, com relação a feição que se efetuou na 6ª seção eleitoral do município de Taquara do Mundo Novo, para nulidade da qual se ofereceu um auto exame sobre a ata da instalação da respectiva mesa. Ata devidamente autenticada com a assinatura do escrivão *ad-hoc*.

Sala das comissões, 20 de junho de 1891

O ato de Taquara do Mundo Novo ter ousado questionar o processo eleitoral desencadeou uma forte perseguição e retaliação política àquela municipalidade.

Entretanto, esse processo de retaliação foi obstruído devido à reação, em nível estadual, da oposição ao PRR, que sancionou a nova constituição sul-rio-grandense em, 14 de julho de 1891. Os reflexos dessa constituição foram instantâneos e prejudiciais ao PRR, pois, no mesmo ano, devido ao autoritarismo, a oposição armou o golpe para assumir o poder, e derrubar Júlio de Castilhos, estabelecendo um governo provisório de curta duração, que ficou conhecido como *governicho*.

¹³⁷ Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara do Mundo Novo – Acervo Júlio Petersen – PUC/RS.

Em Taquara do Mundo Novo, houve o reflexo imediato desse golpe do Estado sul-rio-grandense. O Coronel Jorge Fleck e João Batista Julien assumiram o poder de forma violenta (MÉRCIO, *apud* KAUTZMANN, 2004). A entrada dessa nova junta administrativa ocasionou uma série de transformações no município Taquarense. A ata da câmara de vereadores de Taquara deixou explícito que os tempos de mudança haviam iniciado¹³⁸:

Termo de declaração

Ateste aqui a FL. 27 termina os trabalhos da extinta intendência municipal e que para constar lavrou-se o presente termo. Paço da junta municipal da Taquara do Mundo Novo, em 07 de janeiro de 1892.

O presidente: Jorge Fleck
Junta provisória: Carston Heinrich Jurgensen
José Luiz Esteves
O secretário: Augusto Kruger

Nesse mesmo dia, foi retirado Júlio Petersen – que era vinculado ao PRR – da Comissão de tomada de contas. Em seu lugar, entrou Tristão José Monteiro Sobrinho.

Nota-se que, em 1891, enquanto o PRR esteve na Câmara, ocorreram apenas quatro reuniões ordinárias e quatro extraordinárias. Já enquanto a oposição esteve no poder, foram cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária, em apenas 15 dias no poder.

Para sinalizar que os tempos eram de mudança, a postura do governo estadual em relação a Taquara do Mundo Novo teve como uma de suas primeiras ações a assinatura do Ato nº. 75 de 3 de dezembro de 1891:

Declarando sem efeito o de nº. 413 de 25 de maio deste ano.

O Governador Provisório do Estado, atendendo a representação da população da Vila da Taquara do Mundo Novo, resolve declarar de nenhum efeito o Ato nº. 413 de 25 de maio deste ano, pelo qual foi transferido para o município de Santa Cristina do Pinhal o território mandado anexar aquele pela Lei nº. 1804, de 28 de junho de 1889. Fica assim restabelecida a lei.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 3 de dezembro de 1891.
Domingos Alves Barreto Leite¹³⁹

¹³⁸ Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara do Mundo Novo – Acervo Júlio Petersen – PUC/RS.

¹³⁹ *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Mas o governo provisório enfrentou enormes dificuldades para se manter no poder. A própria falta de coesão política da junta provisória gerava atritos entre os políticos aliados. As prometidas eleições estaduais foram postergadas duas vezes, sendo uma primeira data 25 de fevereiro de 1892, passando para 21 de março, e, posteriormente, 18 de maio do corrente ano.

Essas eleições movimentaram o estado, e ficaram a cargo da fiscalização do processo eleitoral das câmaras municipais. Assim, ocorreu a segunda reunião extraordinária da câmara de Taquara do Mundo Novo¹⁴⁰, em 16 de abril de 1892, quando foi estabelecido que:

Foi presente o ofício nº 1682, de 09 de abril do corrente ano, do exmo. Dr. vice-presidente do Estado, enviando as instruções que baixam com o decreto nº 760, de 16 de março último e remetidas com a circular nº 1627 de 6 do corrente, reclamando que compete ao presidente da última câmara eleita ou seus substituintes providenciem sobre a organização das mesas eleitorais para a eleição das vagas de deputados, a efetuar-se no dia 21 de maio do próximo vindouro.

A junta resolve execução as referidas ordens transferindo-as ao cidadão Frederico Jacobus Junior como presidente da última câmara eleita a fim de providenciar sobre a organização das mesas eleitorais, considerando-se incompatibilizada em face do decreto nº 760, de 16 de março último, a continuar na gestão dos negócios deste município. Resolve pedir, coletivamente sua exoneração de membro desta junta.

Quem deveria ocupar o cargo de presidente da Câmara Municipal era Frederico Jacobus Junior. Porém, quem reassumiu o comando da câmara foi o último presidente: Júlio Petersen, que era o antigo ocupante do cargo.

No dia 30 de abril de 1892, ocorreu reunião extraordinária, com a retomada dos antigos membros da câmara eleitoral, para organizar as eleições do mês seguinte. Foram definidos os membros efetivos das cinco seções eleitorais existentes no município. Assinaram a ata os vereadores: Júlio Petersen; Guilherme Korndörfer; José Raymundo; Felipe Kruse; Jorge Stumpf. Com essa nominata, constata-se que, apesar de o PRR estar apeado do poder em escala estadual, ele ainda mantinha a predominância de seus membros no controle das seções eleitorais. Ainda vale salientar que os políticos coligados ao PRR se caracterizavam muito mais por estarem no partido por conveniência política do que, necessariamente, por serem fiéis correligionários ao partido.

¹⁴⁰ Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara do Mundo Novo – Acervo Júlio Petersen – PUC/RS.

Depois da eleição de 21 de maio, houve a retomada de Jorge Fleck e sua junta ao poder, através da ata da 3ª reunião extraordinária, de 9 de junho de 1892. Em 10 de junho de 1892, na 4ª reunião extraordinária, a junta provisória comunicou o adiamento da eleição da convenção rio-grandense de 21 para 27 de junho, subdividindo o município de Taquara em sete seções.

Após o final do governo golpista *governicho*, o PRR se estabeleceu novamente no poder com Júlio de Castilhos e, em escala local, em 21 de junho, Júlio Petersen retomou o comando da câmara municipal, reestruturando as bases administrativas anteriores a Jorge Fleck. Este fato foi oficializado na seção extraordinária de 2 de julho de 1892, sendo também confirmada a eleição de Guilherme Korndörfer para presidente e Júlio Petersen para vice.

Verifica-se que, durante o *governicho*, não se encontra no Arquivo Histórico nenhum documento ou correspondência entre Taquara do Mundo Novo e o Governo do Estado, apesar de haver, ao que tudo indica, uma boa relação do governo estadual a localidade, inclusive com o governo estadual devolvendo os territórios taquarenses, perdidos na retaliação que o PRR promoveu ao município.

Averigua-se, ainda, em Taquara do Mundo Novo, que a ascensão do Coronel Francisco de Oliveira Neves ocorreu com Castilhos no governo, e sua perda de poder ocorreu também com a queda de Castilhos na esfera do poder estadual. Esse episódio caracteriza o período de idas e vindas do poder no Estado do Rio Grande do Sul:

Em novembro de 1891, o Dr. Barros Cassal, republicano histórico, mas então adversário de Júlio de Castilhos, acompanhado do Capitão Chachá Pereira, o mesmo que mais tarde se passou também para as linhas dos “castilhistas”, chegou a Taquara e demitiu o intendente Coronel Francisco de Oliveira Neves, colocando em seu lugar o Coronel Jacob Fleck. Mas apenas meio ano depois, com a subida de Júlio de Castilhos ao poder, o Coronel Neves então, protegido por aquele, planejou a retomada do poder, o que realmente certo dia executou e tomou de fato a Intendência de assalto, expulsando o intendente Coronel Fleck. (ENGELMANN, 2003, p. 07).

No entanto, a retomada do Coronel Francisco de Oliveira Neves do Paço Municipal de Taquara do Mundo Novo apresenta um outro aspecto, que foi de singularidade na história do Rio Grande do Sul, visto que articulou, juntamente com os interesses do Presidente do Estado, o estabelecimento do poder do PRR na região. Agregando, desse modo, o território de Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra a Taquara do Mundo Novo.

5.3.3 As combinações políticas e o fim da municipalidade de Santa Cristina do Pinhal

Dominar Taquara do Mundo Novo era fundamental para os interesses do PRR. Como a base política do PRR naquele município não era uma base confiável, foi necessário então introduzir políticos de confiança de Júlio de Castilhos. Desse modo, tramou-se a ascensão do principal líder do PRR na região, Francisco de Oliveira Neves, para a obtenção do controle político em Taquara do Mundo Novo, que era o principal município, economicamente, do Alto Vale dos Sinos. Assim, articulou-se a colocação do político pinhalense ao poder no município taquarense.

Francisco de Oliveira Neves era o homem de confiança de Júlio de Castilhos na região. Desse modo, caberia a ele articular o novo foco político castilhista de estabelecer a hegemonia do PRR de baixo para cima, ou seja, dos municípios para o Estado.

Para tanto, observou-se um jogo político bem armado por Francisco de Oliveira Neves em São Francisco de Paula de Cima da Serra, e, notadamente em Santa Cristina do Pinhal, a fim de eliminar a possibilidade de a oposição liberal assumir novamente o comando nos municípios.¹⁴¹

Em 2 de julho de 1892, foram eleitos e empossados os novos conselheiros de Santa Cristina do Pinhal. Foram convidados o Coronel Francisco de Oliveira Neves, juntamente com seu cunhado, o Major Diniz Martins Rangel, e também Jorge Beck, para constituírem, juntamente com o Conselho, a comissão que deveria elaborar uma Constituição para Santa Cristina do Pinhal, além do regimento interno do próprio Conselho (MÉRCIO, *apud* KAUTZMANN, 2004, p. 451). No entanto, pouco mais de um mês depois da posse, esse mesmo Conselho, que estava destinado a estabelecer uma Constituição Municipal, encaminhou uma correspondência ao Presidente do Estado com os seguintes dizeres:

¹⁴¹ A referência ao município de São Francisco de Paula de Cima da Serra é embasada pela influência que o Coronel Francisco Alves dos Santos exercia no Partido Liberal daquele município; apesar de ele não estar atuando diretamente na câmara municipal, sua influência refletia-se em toda a região do Alto Vale dos Sinos.

**CONSELHO MUNICIPAL DE SANTA CRISTINA, SESSÃO DE 6 DE
AGOSTO DE 1892.**

Aos seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e noventa e dois, no paço municipal de Santa Cristina, presentes os conselheiros: Patrício Paz de Oliveira, Jorge Beck, Manoel Soares de Lima e Manoel Inácio Flores, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a ata anterior.

Foi presente o projeto de constituição elaborada pela comissão nomeada na sessão anterior e conjuntamente o do orçamento da receita e despesa deste município, para o ano de mil oitocentos e noventa e três.

Estudado aquele projeto de orçamento e largamente discutido, chegou o Conselho à evidência da impossibilidade absoluta de manter-se com independência, pelo que, resolve no uso da atribuição outorgada pelo art.º 62 § 2º da constituição, reclamar ao Presidente do Estado a anexação desse município ao da Taquara do Mundo Novo. (MÉRCIO, *apud* KAUTZMANN, 2004, p. 451, grifo nosso).

Tal solicitação foi expedida também pelo Conselho Municipal de São Francisco de Paula de Cima da Serra, num momento simultâneo a Santa Cristina do Pinhal, o que possibilita a dedução de que estas cartas foram engendradas com o intuito macro para o jogo político que o PRR estava traçando na região. A estratégia planejada para evitar a possibilidade de uma ascensão da oposição em Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra, que ainda seria viável devido à forte influência do líder liberal Coronel Francisco Alves dos Santos, foi muito bem urdida, porque os municípios, através dos pedidos de anexação, deixariam de existir, ficando subordinado ao PRR de Taquara do Mundo Novo. E esse município, por sua vez, seria controlado por um representante indicado diretamente por Júlio de Castilhos, para estabelecer de vez o poder do PRR em toda região do Alto Vale dos Sinos. Buscava-se, desse modo, sufocar qualquer forma de intromissão de opositores, ou políticos não fiéis ao PRR e a Júlio de Castilhos no poder.

As articulações, ao que tudo indica, estavam sendo elaboradas na esfera local e estadual, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul respondeu à solicitação do Conselho de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal da seguinte maneira:

ATO Nº. 301. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892.

Suprindo as comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e criando uma nova comarca com a denominação de Mundo Novo.

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipais de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal, que estes municípios, que constituem atualmente as comarcas dos mesmos nomes, não se acham em condições de manter-se com independência, resolve suprir as ditas comarcas e criar uma nova comarca com a denominação de Comarca do Mundo Novo.

A nova comarca se comporá do termo da Taquara do Mundo Novo, ficando este constituído do seu atual território e dos municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Cristina do Pinhal, que são também por ato desta data.¹⁴²

Além de suprimir as Comarcas de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal, por intermédio do Ato nº. 302 extinguiram-se os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e de Santa Cristina do Pinhal:

ATO Nº. 302. DE 1º DE SETEMBRO DE 1892.

Suprindo os municípios de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal e anexando-os ao da Taquara do Mundo Novo.

O Vice-Presidente do Estado, considerando em vista de representações que lhe dirigiram os Conselhos municipais de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal em ofício de 27 de julho e 6 de agosto últimos e verificando pelas citadas representações que esses municípios não se acham nas condições de prover as despesas exigidas pelos serviços que lhes incumbem e conseqüentemente no caso de manter-se com independência, resolve no do artigo 62 § 2º da Constituição da Política do Estado, suprimir os ditos municípios e anexá-los ao de Taquara do Mundo Novo.¹⁴³

A rápida resposta do estado à solicitação indica que essa perda de autonomia política já estava sendo tramada por políticos republicanos, não só na região, como também no estado, visto que a solicitação de Santa Cristina do Pinhal foi assinada em 6 de agosto de 1892, e, apenas 25 dias após essa solicitação ser enviada, o estado já mudou toda a estrutura administrativa da região, que era importante para o estado.

A presença de republicanos junto ao Conselho Municipal de Santa Cristina do Pinhal é outro indício que caracteriza essa situação como um golpe de tomada de

¹⁴² *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

¹⁴³ *Idem*.

poder que já estava sendo planejado, pois a solicitação do Conselho Municipal oficializou o interesse de alguns políticos republicanos na região.

Percebe-se que o Coronel Francisco de Oliveira Neves engendrou a sua elevação ao poder na região. Além de ser nomeado o primeiro Intendente de Taquara do Mundo Novo, assumiu também uma cadeira na Assembleia Legislativa (1892/1896), e, na posse de seu segundo mandato (1897/1900), assumiu a presidência da Assembleia Legislativa (AITA; AXT; ARAÚJO [Orgs], 1996).

Assim, Francisco de Oliveira Neves tornou-se o principal político republicano em Taquara do Mundo Novo, naquele contexto e representou os interesses políticos de Júlio de Castilhos na região.

Porém, apesar de o PRR se estabelecer no poder através desse complexo jogo político, não significou que o mesmo tenha acabado com a oposição, especialmente com os partidários do antigo PL. Em janeiro de 1893, Júlio de Castilhos tomou posse como presidente eleito do estado do Rio Grande do Sul, e, cerca de trinta dias depois, estourou um grande levante que demonstrou divisão política do estado – A Revolução Federalista (1893 a 1895). Essa revolução acabou ocasionou embates mais intensos, justamente nas áreas onde a oposição ao PRR era forte, como era o caso de Taquara do Mundo Novo.

Com essa revolução, o PRR teve grandes dificuldades em seu projeto político e hegemônico em Taquara do Mundo Novo. Vários foram os conflitos e o intendente Francisco de Oliveira Neves, indicado por Júlio de Castilhos, não conseguiu ficar muito mais de um ano no poder.

Mas as colisões dessa revolução, devido a sua complexidade, merecem uma pesquisa específica, pois os indícios de fortes conflitos na região do Alto Vale dos Sinos, apesar de estarem esparsos, demonstram o quão forte foi o embate na região.

6. CONCLUSÃO

A partir da análise proposta neste trabalho, de investigar a formação de núcleos de oposição ao PRR nas áreas de imigração alemã, através do estudo de caso de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo, chegou-se a diversas conclusões, sendo que algumas delas extrapolaram o interesse inicial da pesquisa, mas acabaram entrelaçando-se com o seu resultado final.

A pesquisa aponta que nos acontecimentos políticos ocorridos em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo transparece a realidade política sul-rio-grandense em geral. Essa constatação justifica a importância de estudar a política estadual, fazendo uma análise contextualizada, e buscando informações na história em nível estadual para compreender a realidade em nível regional e local. E esta, por sua vez, demonstra, na prática, o jogo político desenvolvido nessa transição; ocorria uma luta por conquistar eleitores, ou seguidores¹⁴⁴, quando, de acordo com Bourdieu (1998), esses políticos buscavam demonstrar que agiam em nome dos “interesses dos eleitores”.

Em relação ao nível estadual, buscou-se compreender o processo de transição de poder instaurado com o advento da República, em sobreposição ao Império. Estudou-se esse processo em âmbito nacional, com destaque para o Rio Grande do Sul, não só porque a pesquisa representa um fato ocorrido no Rio Grande do Sul, mas, principalmente, pelo caso da excepcionalidade ocorrida em solo sul-rio-grandense, uma vez que o Estado do Rio Grande do Sul foi aquele do Brasil em que mais se evidenciou a substituição da elite oligárquica que estava no poder com o advento da República, além de ser o único Estado a ter uma corrente opositora fortemente constituída contra o Partido Republicano, encastelada no poder.

A contextualização, em especial da história do Rio Grande do Sul vista a partir de São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo, além de servir de subsídio para afirmações no trabalho, comprovou que os fatos ocorridos na história estadual se refletiram diretamente e imediatamente nos municípios pesquisados. Pode-se dar como exemplo dessa constatação a alternância de líderes políticos, que ocorreu intensamente, tanto em nível estadual quanto local, nos três primeiros anos

¹⁴⁴ Utilizou-se o termo “seguidores” devido ao aspecto pragmático estabelecido pelos dois grandes campos políticos dessa fase transitória, consubstanciados em duas eminentes figuras: Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos.

da República (1889-1892), quando poucos políticos conseguiram ficar mais de seis meses no poder. Outra comparação que se pode relatar é que, no mesmo período em que o Estado do Rio Grande do Sul teve o chamado *governicho*, golpe ocorrido através de imposição armada, encontrou-se evidências que em Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo também passaram por esse mesmo processo com seu Chefe de Executivo sendo expulso do poder através da imposição armada. E o período do fim *governicho* estadual determina também o fim do *governicho* em Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo.

Assim, através do estudo da história em nível estadual, além dos aspectos já levantados, conseguiu-se atingir um dos principais objetivos: contextualizar os fatos que estavam ocorrendo em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo no processo de troca da elite política do poder. Essa afirmação ficou evidente ao analisar-se, por exemplo, os dois principais líderes políticos de Santa Cristina do Pinhal e Taquara do Mundo Novo, no momento de transição do Império para a República: o Coronel Francisco Alves dos Santos (líder liberal) e o Coronel Francisco de Oliveira Neves (líder republicano).

Naquilo que tange à história de nível regional, iniciou-se a pesquisa através da análise da presença de partidários políticos ligados ao antigo PL e ao PRR. De um modo geral, a rivalidade PL *versus* PRR é uma continuação da dialética outrora existente entre os políticos do PL *versus* PC. O PL possuía fortes influências, não só pelo seu principal líder Gaspar Silveira Martins, mas também pela ampla influência de Karl von Koseritz, considerado o grande representante dos teutos na política estadual, o que atraía muitos adeptos ao partido que ele representava, o PL, além de muitas inimizades políticas. Destaca-se a presença direta de Koseritz, sobretudo nas municipalidades de São Lourenço do Sul (durante o atrito dos colonos alemães e o chefe da colônia Jacob Rheingantz) e Taquara do Mundo Novo (na luta por sua emancipação política), foi fundamental para que, nessas localidades, o vínculo ao PL e seus representantes fosse intenso.

Intensa também foi a mobilização dos imigrantes teutos para a participação política. Fato esse que se intensificou com a aprovação da Lei Saraiva, de 1882. A partir dessa lei, também se evidencia uma outra peculiaridade teuta, a busca de novas alternativas políticas. Apesar de um forte vínculo dos teutos aos tradicionais partidos estaduais, a luta por um partido que representasse os interesses de comunidades teutas, ou, na lógica de Bourdieu (1998), partidos que elaboram e impõem uma

representação do mundo social – mundo social esse subordinado à lógica de conquista do poder –, levou à criação de dois partidos: o Partido do Centro e o Partido Colonial.

Cabe reiterar que a concentração do poder político era restrita, ficando nas mãos de um pequeno grupo, que possuía algumas características, apontadas por Bourdieu (1998) como fundamentais para tal função: tempo livre e capital cultural.¹⁴⁵ Há de se acrescentar, ainda, além desses pontos, o capital financeiro.

Outro ponto a ser destacado foi a resistência dos políticos de Santa Cruz do Sul ao seu engajamento ao PRR. Mesmo o passar dos anos e todo o controle da máquina pública/administrativa do município nas mãos do PRR, não foram suficientes para que esse município perdesse seu aspecto de contestação aos políticos impostos pelo partido mandatário, em contrapartida aos municípios de São Lourenço do Sul e Taquara do Mundo Novo, em que o trabalho de acabar com os focos opositores se mostrou nas eleições posteriores bastante eficaz.

Constatou-se, também, uma diferenciação na estratégia da organização da Guarda Nacional. Em São Lourenço do Sul, ocorreu um certo desprezo aos cidadãos de origem teuta, com a nomeação de poucos descendentes germânicos, em contrapartida a Santa Cruz do Sul, onde, apesar do predomínio do PL, o PRR contava com um significativo contingente de teutos em seus quadros. Já em Taquara do Mundo Novo, não ocorreu a nomeação de Guarda Nacional, ficando o município sob o controle regional através de Santa Cristina do Pinhal, o que indicava a preocupação do PRR numa intervenção direta na municipalidade taquarense, ao menos naquela conjuntura pré-eleitoral de 1891.

Dentre os vários aspectos analisados, constatou-se a escassez de material sobre processos de emancipação que ocorreram durante o período do Brasil Pré-Republicano. Encontraram-se diversas fontes, muitos trabalhos a partir da Proclamação da República, mas pouquíssimo material dessa temática produzido no Período Imperial e nos primórdios da nova forma de governo, o que faz dessa pesquisa uma das poucas referências até agora existentes, mesmo que o foco do

¹⁴⁵ “Forças e lutas que visam a transformar a relação de forças que o estruturam em um dado momento. É o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que neles se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados do lugar de produção” (BOURDIEU, 1998, p. 164).

trabalho não tenha sido essa temática, o que determina o caráter sucinto a seu respeito.

Constataram-se, também, os riscos inerentes ao estudo do período retratado, por haver pouco material existente em arquivos – documentações oficiais, cartas, jornais. Isso fez com que se chegasse à conclusão de que muitos materiais foram, provavelmente, descartados pelo PRR, já que se tratava de documentos da oposição, fossem eles de teor crítico ou até mesmo administrativo. No período do assim chamado *governicho*, nos arquivos pesquisados, são pouquíssimos os documentos que retratam a administração dos opositores nesse curto período de pouco mais de meio ano, quando os opositores ao PRR assumiram o poder.

Reitera-se que, mesmo com um grande número de adeptos, a luta oposicionista em permanecer acabou sucumbindo ante as relações de poder, impostas por Júlio de Castilhos, de introduzir uma política de fortalecimento de bases do PRR de “baixo para cima”, da esfera local para a estadual. As relações de poder ocorreram, na prática, sob os auspícios do governo central, de “cima para baixo”, já que, através da força da imposição, introduziu-se e se fortaleceu-se a política republicana. Supõe-se que essa prática não só ocorreu em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e Taquara do Mundo Novo, como também em outras localidades do interior do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lacy Maria; CASADO Irene Luciana. *Taquara de Tristão José Monteiro*. Taquara-Porto Alegre/RS: Prátika/Palotti, 1986.

AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir (Orgs). *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALVES, Francisco das Neves. Revolução Federalista: uma abordagem historiográfica. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Trajetórias da Historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 1999. p. 59-97.

_____. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2002.

_____. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2004

_____. *Cultura & memória no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande – FURG, 2007.

ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Laços e traços de identidade numa leitura de Karl von Koseritz. *Rev. Hist. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.65-85, jan./jun. 2012.

AXT, Gunter. *Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891*, 2002. Disponível em: <http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol2n3/13-Gunter_Axt.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2010.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1980.

_____. O Positivismo do Rio Grande do Sul: Questões pendentes e temas para pesquisa, *In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIX Loiva Otero. RS: 200 ANOS definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Editora da Universidade UPF, 2002.*

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. *In: Textos políticos da História do Brasil. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 8, p. 525-548.*

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. *In: O Poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.*

CAMARGO, Antonio Eleuthério de. *Eleição do 1º distrito na Província do Rio Grande do Sul: o libelo político. Acervo Júlio Petersen – PUC/RS. Porto Alegre/RS: [s.n], 1886.*

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.*

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 23 out. 2008.*

CHACON, Vamireh. *Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul (1890). In: História dos partidos brasileiros. 2.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985. p. 293-301.*

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. *Estudos Avançados, 11 (5), 1991, p. 173-191.*

COMTE, Augusto. *Discurso sobre o Espírito Positivo. Porto Alegre: Escala, [s.d.]. Tradução de Antonio Geraldo da Silva.*

_____. *Reorganizar a Sociedade. Porto Alegre: Escala, [s.d.]. Tradução de Antonio Geraldo da Silva.*

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.*

COSTA, Marcus Vinícius da. *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006.*

DREHER, Martin. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, Unisinos, vol. 31, nº 142, Mai./Jun. 1995, p. 59 – 82.

_____. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. *Estudos Leopoldenses – Série história*. São Leopoldo, Unisinos, v. 3, n. 2, 1999, p. 49-70.

_____. (Org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo*. Compilação de textos publicados no Jornal RS 115. Igrejinha: [s.n.], 03 de novembro de 2003.

_____. *A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: E.G.Engelmann, 2004, Volume I.

_____. *A Saga dos Alemães – do Hunsrück para o Santa Maria do Mundo Novo*. Igrejinha: E.G.Engelmann, 2005, Volume II.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERREIRA, Marieta Morais. *A nova "velha história": o retorno da história política*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/109.pdf>>. Acesso em 23 out. 2008.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos à nação alemã. Círculo de Leitores – Temas e Debates*, Lisboa, 2010.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FORTES, Amyr Borges, *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 6.ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FRANCO, Sérgio da Costa, *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

GERTZ, René. *Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã*. Porto Alegre: SMC, 1993.

_____. *Karl Von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Júlio de Castilhos e a Colônia Alemã do Rio Grande do Sul. *Anais da XXIII Reunião. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Curitiba, 2003.

_____. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. *Espaço Plural*. Ano IX, n. 19, 2º Semestre de 2008.

_____. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. *História Unisinos*. São Leopoldo, n.14, vol.1, Jan./Abr. 2010, p. 38-48.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. *Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos*. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 27 ago. 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In DREHER, Martin, RAMBO, TRAMONTINI, Marcos. org. *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História Unisinos*, n.11, vol.1, Jan./Abr. 2007, p. 123-133.

HERDER, Johann Gottfried Von. *Ideas para una filosofía de la historia de la humanidad*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1959.

HOLFELDT, Antônio; RAUSCH, Fábio Flores. *A Imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização*. Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2006. Disponível em site: <http://www.essenciaeditora.com.br/antonioholfeldt/fl_adm/uploads/ar/a-imprensa-sul-rio-grandens-entre-1870-e-1937.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

IOTTI, Luiza Horn: *Imigração e Colonização*. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_lotti.pdf>. Acesso em 24 abr. 2013.

IEPSEN, Eduardo. Da contestação à conquista do poder – Ou os colonos que se revoltaram contra a administração Rheingantz na Colônia de São Lourenço. *In*: DREHER Martin N.; et. al. (orgs.). *Saúde: Corporeidade – Educação*. XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2009.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1998.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. *In*: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. Tradução de Magda Lopes.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese (Doutorado em História), Curso de História, Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 2003.

_____. No tempo das batingueiras, dos cedros e das plataneiras: Uma Reflexão sobre a construção da fronteira no Vale do Sinos. *In*: SIDEKUM, Antônio. *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

_____. et. al. O empreendimento da Fazenda do Mundo Novo. *In*: REINHEIMER, Dalva Neraci. (Org.). *Terra Gente e Fé: aspectos históricos da Taquara do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT, 2005.

MATOS, Júlia Silveira. Lucien Febvre e a quádrupla herança: aspectos teóricos do campo biográfico. *Revista Biblos* n. 20, Rio Grande: EdiFURG, 2006.

MÉRCIO, Bayard de Toledo. Os principais fatos do Município de Taquara. *In*: KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (org.). *História de Taquara*. Taquara: Prefeitura Municipal de Taquara, 2004.

MOURE, Telmo: *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MOLINA, Glória Silvina Lia Fernández, *Um estudo comparado sobre o desenvolvimento industrial de Caxias do Sul e de Santa Cruz do Sul*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

MÜLLER, Telmo Lauro. Razões da Emigração na Alemanha. *In: 1824 antes e depois - O Rio Grande do Sul e a imigração alemã*. Disponível em: <http://www.colono.com.br/asp/entrada_historia.asp>. Acesso em 29 jun. 2009.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. Colonização alemã e cidadania: a participação política dos teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul (século XIX). *Textos de História*, vol. 16, n. 2, 2008.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930)*. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (3): 125-142, 2011.

OSÓRIO, Joaquim Luís. Apêndice – constituição política do estado do Rio Grande do Sul. *In: Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. Brasília: UnB, 1981. p. 285-302.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. República Velha Gaúcha: “Estado Autoritário e Economia”. *In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio*. RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PICCOLO, Helga I. L. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. *In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs.)*. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993.

PINZANI, Alessandro. *Republicanism(s), democracia, poder*, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>>. Acesso em 23 de outubro de 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RABAT, Márcio Nono. *A Federação: Centralização e Descentralização do poder Político no Brasil*. Disponível em: <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/207708.pdf>>. Acesso em 23 out. de 2008.

RAMBO, Balduino S.J. A imigração alemã. *In: Enciclopédia Rio-Grandense: o Rio Grande Antigo*. 1º Volume. Canoas, Editora Regional Ltda, 1956.

REINHEIMER, Dalva. Colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um processo de integração e desenvolvimento no séc. XIX. *Seminário Nacional de Pesquisadores da História Teuta-Brasileira*; Lajeado, 2000.

_____. Os caminhos do Mundo Novo passam pela Navegação Fluvial. *In* MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto (Org.). *Histórias e Fatos do Mundo Novo*. Taquara: FACCAT/Prefeitura Municipal de Taquara, 2007.

_____. A constituição Política de Taquara sob o processo de colonização Alemã. *In* BARROSO, Vera Lucia Maciel, et. al. *Raízes de Igrejinha*. Porto Alegre: EST, 2008.

RÉMOND, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

_____. O retorno do político. *In* CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. Tradução de Ilka Stern Cohen.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, vol. I e II.

ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas. Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1999.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. *"Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito": a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1993.

_____. *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edicon, 2003.

RUSSOMANO, Victor, *História Constitucional do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.].

SCHEMES, Claudia; FAY, Cláudia Musa; PRODANOV, Cleber Cristian. Arriscar e inovar: uma geração de empreendedores gaúchos do século XX. *Revista História Econômica & História de Empresas*, Curitiba, v. 13, n. 1, 2010, p. 157-186.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de out.1993.

_____. *Imigração e colonização alemã no Brasil: Uma Revisão da Biografia*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p. 3-55.

SHIKIDA, Cláudio Djissey. *Breves notas sobre a emancipação de municípios no Rio Grande do Sul*. ICEG/PUC-Minas e programa de doutorado do PPGE-UFRGS. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article>>. Acesso em 17 set. 2008.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./dez. 2005, p. 295-330.

SILVA, Iva da. *São Francisco de Paula, a história, o povo, curiosidades e belezas*. São Francisco de Paula: UCS/Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, 2000.

SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Elites Regionais e formas de dominação. In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. (org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

TEIXEIRA, Maria Lúcia da Silva. *São Francisco de Paula: nossa terra... nossa gente*. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário Republicano Rio-grandense (1882-1937). In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgio. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1979.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WARKEN, Guido. *História e composição da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul*. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/historia.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.

WASSERMANN Cláudia. O Rio Grande do Sul e as Elites Gaúchas na Primeira República: Guerra Civil e a crise no bloco do poder. *In*: GRIJO, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI César Augusto Barcellos. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REFERÊNCIAS DE FONTES

Ata Câmara de Vereadores de Taquara. 3ª Seção extraordinária 15 de maio de 1891.

_____. 4ª Seção extraordinária 23 de maio de 1891.

_____. 2ª Reunião, 1ª Seção de 04 de abril de 1892.

_____. 2ª Reunião Extraordinária, 16 de abril de 1892.

_____. 3ª reunião extraordinária, 9 de junho de 1892.

_____. 4ª reunião extraordinária, 10 de junho de 1892.

_____. 1ª Seção extraordinária de 02 de julho de 1892.

Ato nº. 75 de 3 de dezembro de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 79, de 31 de janeiro de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 88 de 3 de março de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 97 de 7 de fevereiro de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 127, de 23 de fevereiro de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 128, de 23 de fevereiro de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 213, de 31 de março de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 214, de 31 de março de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 220 de 31 de março de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 228, de 3 de abril de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 409 de 23 de maio de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 413 de 25 de março de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 586 de 14 de julho de 1891. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 301 de 1 de setembro de 1892. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 301 de 1 de setembro de 1892. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº 329 de 22 de setembro de 1892. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Ato nº. 340, de 06 de outubro de 1892. *Coletânea das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. ALRS: Biblioteca do Solar dos Câmaras.

Correspondências expedida Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, 1878 a 1889. Disponível no AHRS, Lata: 151; A.MU – 206; Maço 206.

Correspondências expedida Câmara Municipal de Conceição do Boqueirão ou “São Lourenço do Sul”, 1886 a 1889. Disponível no AHRS, Lata: 114; A.MU – 58; Maço 58.

Correspondências expedida Câmara Municipal de Taquara do Mundo Novo, 1887 a 1890. Disponível no AHRS, Lata: 95ª vert.; A.MU – 276; Maço 276.

Correspondências Comarca Municipal Santa Cruz do Sul, 1891 a 1893. Disponível no AHRS, Caixa: 193; A.MU – 359; Maço 359.

Correspondências Comarca Municipal São Lourenço do Sul, 1891 a 1893. Disponível no AHRS, Caixa: 195; A.MU – 363; Maço 363.

Correspondências expedidas junto ao Conselho, junta e Intendência Municipal de Taquara do Mundo Novo, 1891 a 1893. Disponível no AHRS, Caixa: 196; A.MU – 366; Maço 366.

Correspondência de Júlio de Castilhos para a Intendência Municipal de Taquara do Mundo Novo, 1891. Disponível no AHRS, Caixa: 196; A.MU – 366; Maço 366.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 12 de março de 1891.

_____. Porto Alegre, 19 de março de 1891.

_____. Porto Alegre, 17 de abril de 1891.

_____. Porto Alegre, 06 de maio de 1891.

_____. Porto Alegre, 8 de maio de 1891.

_____. Porto Alegre, 09 de maio de 1891.

_____. Porto Alegre, 14 de maio de 1891.

_____. Porto Alegre, 18 de maio de 1891.

_____. Porto Alegre, 14 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 15 de julho de 1891.

Jornal *A Reforma*, Porto Alegre, 6 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 7 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 8 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 9 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 10 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 11 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 12 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 17 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 22 de julho de 1891.

_____. Porto Alegre, 2 de julho de 1892.

_____. Porto Alegre, 8 de agosto de 1892

Jornal *Echo do Sul*, Rio Grande, maço 1º Semestre 1891.

Jornal *Nacional*, Pelotas, 9 de janeiro de 1892.

_____. Pelotas, 12 de janeiro de 1892.

_____. Pelotas, 6 de junho de 1892.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. *Lei Saraiva*. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 15 nov. 2014.